

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Ricardo Duwe

**O PARTIDO DA ARENA NA IMPRENSA CATARINENSE: CULTURA POLÍTICA E
PODER NO JORNAL DE SANTA CATARINA (1974-1979)**

Florianópolis
2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Ricardo Duwe

**O PARTIDO DA ARENA NA IMPRENSA CATARINENSE: CULTURA POLÍTICA E
PODER NO JORNAL DE SANTA CATARINA (1974-1979)**

Trabalho de Conclusão de Curso
elaborado como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel e
Licenciado em História pela
Universidade Federal de Santa Catarina

Orientador: Prof^o Alexandre Busko
Valim

Florianópolis

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

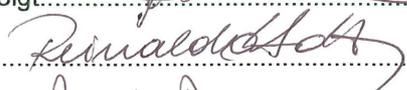
Aos vinte dias do mês de do ano de dois mil e treze, às dez horas, na Sala 10 do Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor Alexandre Busko Valim, Orientador e Presidente, pelo Professor Márcio Roberto Voigt e pelo Professor Lindolfo Lohn, Titulares da Banca, designados pela Portaria nº 50/HST/13 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico Ricardo Duwe, subordinado ao título: “O Partido da Arena na Imprensa Catarinense: cultura política e poder no Jornal de Santa Catarina”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi argüido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor Alexandre Busko Valim, a nota final 10,0., do Professor Márcio Roberto Voigt, a nota final 10,0., e do Professor Lindolfo Lohn, a nota final 10,0.; sendo aprovado com a nota final 10,0.. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, impresso de acordo com as normas da Biblioteca Universitária e em formato digital, ao Departamento de História, até o dia seis de dezembro de dois mil e treze. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo Candidato.

Florianópolis, 20 de novembro de 2013.

Banca Examinadora:

Prof. Alexandre Busko Valim.....

Prof. Márcio Roberto Voigt.....

Prof. Lindolfo Lohn.....

Candidato Ricardo Duwe.....

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à todos que fizeram parte da minha trajetória de vida e que me auxiliaram ao longo da graduação.

Em primeiro lugar, agradeço à minha família que me apoiou desde o momento da escolha pela profissão de historiador e professor. Aos meus pais por terem me ensinado importantes valores morais e éticos, os quais levarei por toda a minha vida. À minha mãe Ruth por ter me despertado a paixão pela licenciatura e ao meu pai Rubens por ter me despertado o interesse pela história e pela política (temas desta pesquisa). Agradeço especialmente aos meus avós, Harry e Umbelina, não somente pelo constante apoio aos meus estudos, mas por me servirem de exemplo de vida. Também agradeço aos meus irmãos Diana, Roberto e Rafael e aos meus tios Reinaldo, Aracy, Renato e Salete por sempre acreditarem em mim e terem me auxiliado quando precisei destes.

Agradeço à todos os meus amigos, verdadeiros irmãos que fiz ao longo deste caminho. Em primeiro lugar devo agradecer ao Roger por ter dividido a moradia comigo por mais de três anos e também por termos partilhado tantas bebidas, risadas e boas conversas. Agradeço também aos meus amigos de Blumenau, Jefferson, Edson, Guilherme, Fabrício, Henrique e Emanuel. Aos que fiz em Florianópolis, Carrinho, Dierre, Musa, Thiago, Lucas Albuquerque, Guilherme Américo, Guilherme Pereira, Rato, André, Celso e Japa. Faço aqui um agradecimento especial ao meu amigo Lucas Vilella, pois além de ter sido um grande irmão ao longo destes anos, foi um leitor, crítico e incentivador assíduo desta pesquisa.

Também agradeço aqui aos meus professores de curso que tanto contribuíram na minha formação acadêmica. Em especial ao professor Alexandre Busko Valim pela orientação e por sempre ter acreditado deste o início em minha pesquisa. Seus comentários e críticas ao longo desta trajetória foram de suma importância. Agradeço aqui também aos professores membros da banca, Márcio Roberto Voigt e Reinaldo Lindolfo Lohn, por terem aceito o convite de fazer parte da mesma.

Reservo o momento mais especial destes agradecimentos para agradecer à minha mulher Priscila por estar ao meu lado e por ter compartilhado comigo os momentos mais importantes de minha vida. Te amo para sempre, amor.

Por fim, este trabalho é dedicado à memória de Mause Nasser, minha tia, que veio a falecer durante o processo da escrita deste trabalho. Serei para sempre o seu “godinho”, tia.

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar as relações estabelecidas entre o partido da Arena e o *Jornal de Santa Catarina* desde as eleições de 1974 até o fechamento do partido em 1979. A inesperada derrota da Arena para o MDB no pleito de 1974 passou a ser considerada uma ameaça ao projeto de distensão e a legitimidade do regime. No âmbito da política regional, o partido da Arena vinha de uma trajetória de disputas internas ao longo do governo Colombo Salles (1971-1975) e visou se reestruturar com o governo de Antônio Carlos Konder Reis (1975-1979). Temendo novas derrotas nas eleições de 1976 e 1978, tanto o governo quanto o partido da Arena se mobilizaram para combater a crescente oposição. É dentro deste contexto que iremos discutir como esta mobilização se deu também por meio do *Jornal de Santa Catarina*, o qual não somente informou e interpretou os fatos, mas interviu na vida social e política do Estado de Santa Catarina enquanto um agente legitimador das ações do partido da Arena e da ditadura civil/militar. Reservamos um capítulo específico para discutir a coluna escrita por Ingo Hering no jornal. Conhecido empresário e membro do partido da Arena, a partir do ano de 1976, Hering passou a escrever artigos para JSC apresentando as suas interpretações e posicionamentos referentes aos rumos da 'revolução de 1964', suas críticas ao marxismo e seus ataques ao MDB.

Palavras-chaves: Partido da Arena; *Jornal de Santa Catarina*; ditadura civil/militar; Ingo Hering.

ABSTRACT

This research aims to analyze the relations between the Arena party and the *Journal of Santa Catarina* since the elections in 1974 to the closing of the party in 1979. The unexpected defeat of the Arena for the MDB in the election of 1974 came to be considered a threat to the project of distention and the legitimacy of the regime. In the context of regional policy, the party of the Arena came from a trajectory of infighting over the government of Colombo Salles (1971-1975) and aimed to restructure in the government of Antonio Carlos Konder Reis (1975-1979). Fearing further losses in the elections of 1976 and 1978, both the government and the party of the Arena mobilized to combat the growing opposition. It is within this context that we discuss how this mobilization also happened through the *Journal of Santa Catarina*, which not only reported and interpreted the facts, but intervened in social and political life of the State of Santa Catarina as an agent of legitimizing the actions of the Arena party and the civilian/military dictatorship. We booked a specific chapter to discuss the column written by Ingo Hering in the newspaper. Prominent businessman and member of the Arena party, from the year 1976, Hering began to write articles for JSC presenting their interpretations and positions regarding the direction of the '1964 revolution', his criticism of marxism and its attacks on the MDB.

Keywords: Arena party; *Journal of Santa Catarina*; civilian/military dictatorship; Ingo Hering.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	8
2. O partido da Arena (1974-1979).....	19
2.1 As eleições de 1974, seus significados e a crise na Arena.....	19
2.2 O partido da Arena e o projeto de distensão.....	25
2.3 O fechar das portas: anistia e reforma e partidária.....	38
3. O Jornal de Santa Catarina (1971-1979).....	43
3.1 O JSC e o governo Colombo Salles: o tempo dos técnicos (1971-1975).....	43
3.2 O JSC e o governo Antônio Carlos Konder Reis: o tempo dos políticos (1975-1979).....	58
4. A Coluna Ingo Hering (1976-1979).....	74
4.1 Ingo Hering: empresário, político e intelectual.....	74
4.2 A Coluna Ingo Hering.....	77
4.2.1 O legado de Castello Branco.....	80
4.2.2 As falácias do marxismo.....	85
4.2.3 As opções da oposição.....	91
5.Considerações finais.....	97
6. Bibliografia.....	100

1. Introdução

Queremos fazer uma proclamação, senhor presidente e senhores deputados, para que fique bem claro e não se cometa continuamente proposital confusão: a de que se o MDB e os seus integrantes desejarem ter cobertura de suas atividades, em maior intensidade neste Estado, devem constituir a sua própria imprensa.¹

Este trabalho propõe um estudo crítico a respeito do papel desempenhado pelo partido da Aliança Renovadora Nacional (Arena) na imprensa do Estado de Santa Catarina no campo político e social desde as eleições de 1974, até o fechamento do partido em 1979, tendo como fonte o periódico *Jornal de Santa Catarina*, doravante *JSC*. Neste período não somente parte dos membros da Arena, mas vários setores conservadores da sociedade passaram a se preocupar com o futuro do regime militar, chegando a considerar que este estava ameaçado, principalmente por dois fatores: o crescimento do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) após as eleições de 1974 e a política de distensão do presidente Ernesto Geisel. Sendo assim, temos como objetivo tecer uma história da política catarinense por meio da imprensa, com o fito de perceber como o partido da Arena se utilizou do *Jornal de Santa Catarina* para legitimar a ditadura civil/militar no âmbito estadual, bem como defender os seus interesses políticos e contra-atacar os setores de oposição; mas também faremos uma história da imprensa por meio da política, problematizando como a própria forma de se fazer jornalismo do *Jornal de Santa Catarina* estava diretamente vinculada às questões políticas envolvendo o partido da Arena. Devemos salientar que este trabalho também busca ampliar o debate em relação a dois campos relativamente pouco abordados pela historiografia: a história da ditadura civil/militar² em Santa Catarina e a história do partido da Arena no Brasil.

Em relação a história da ditadura civil/militar em Santa Catarina, devemos chamar a atenção para a escassez de pesquisas realizadas a respeito do período no Estado, o que implica

¹ Trecho de pronunciamento do Deputado Estadual, e líder da bancada arenista em Santa Catarina, Nelson Pedrini. Diário da Assembleia. Florianópolis. 18/03/1976. p. 14 apud PEREIRA, Moacir. **Imprensa & Poder: a comunicação em Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1992. p. 91.

² Empregaremos neste trabalho o uso do termo ditadura civil/militar para definir o regime político vigente no Brasil de 1964 à 1985. De acordo com Daniel Aarão Reis, o apoio civil à ditadura foi decisivo para a sua sustentação enquanto regime político. Todavia, segundo o autor, existe uma memória social da ditadura que ainda busca compreender esta enquanto militar, sem enfatizar a participação civil. Segundo Aarão Reis esta construção de memória é feita a partir de propósitos políticos, pois “são interessados na memória atual as lideranças e entidades civis que apoiaram a ditadura. Se ela foi apenas militar, todas elas passam para o campo das oposições. Desde sempre. Desaparecem os civis que se beneficiaram do regime ditatorial. Os que financiaram a máquina repressiva. Os que celebraram os atos de exceção. O mesmo se pode dizer dos segmentos sociais que, em algum momento, apoiaram a ditadura. E dos que defendem a ideia não demonstrada, mas assumida como verdade, de que a maioria das pessoas sempre fora — e foi — contra a ditadura”. Cf: REIS, Daniel Aarão. A ditadura civil/militar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31/03/2012. <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/03/31/a-ditadura-civil-militar-438355.asp>. Acesso em: 03/12/2013.

em relações sociais, políticas, culturais e econômicas ainda por desvelar ao longo dos 21 anos de governos militares no Estado de Santa Catarina.³ Esta espécie de *silêncio* sobre o tema torna a pesquisa em relação ao período uma tarefa em que o historiador ainda se encontra pouco preparado devido à falta de bibliografia e ainda sem muitas ferramentas, pois pouco se conhece a respeito da existência, ou não, de documentação referente ao tema e onde seria possível encontrá-la. Este trabalho não possui o intuito de resolver estas questões, mas busca auxiliar na construção dessa arquitetura de relações sociais e políticas durante o período no Estado de Santa Catarina. Justamente por irmos ao encontro de Ana Luiza Setti Reckzigel quando esta afirma que “o âmbito regional possui uma história própria, um conjunto de relações sociais delimitadas, um espaço de memória, de formação de identidades e de práticas políticas específicas”⁴, é que compreendemos que a história regional a respeito da ditadura civil/militar em Santa Catarina é um campo rico para pesquisas e ainda pouco explorado. Não buscamos contrapor ou sobrepor as abordagens de nível regional referentes ao período em relação às de nível macro da realidade nacional, mas sim relacioná-las e criar um diálogo para poder discutir de forma mais ampla como estas mutuamente se construíram e se influenciaram.

Quanto à falta de pesquisas referentes ao partido da Arena, acreditamos que esta é uma realidade da historiografia nacional, pois são poucos os trabalhos a respeito das ações do partido na sociedade brasileira durante os catorze anos de sua existência. A recente obra de Lucia Grinberg, *Arena: partido político ou bode expiatório*, publicada em 2009, é um divisor de águas a respeito do tema. Cabe ressaltar que a obra teve como sua principal base documental os arquivos referentes ao Diretório Nacional do partido que foram doados ao CPDOC/FGV (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas), em 1980, pelo último presidente da Arena, José Sarney. Todavia, embora o arquivo conte com uma ampla documentação referente à Arena, tal como atas de

³ Indicaremos aqui apenas algumas pesquisas realizadas a respeito da temática no âmbito de Santa Catarina, sendo estas: DIAS, José de Souza (org.). **Santa Catarina em perspectiva: os anos do golpe**. Petrópolis: Vozes, 1989; KASPARY, Alceu. **O discurso católico em Santa Catarina no período de 1960/1964 e sua relação com a legitimação do golpe de Estado**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002; FABRÍCIO, Edson Lucas. **A produção do espectro comunista: imprensa, política e catolicismo (Blumenau 1960-1964)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina; SILVA, Michel Goulart da. **Crescer com o Brasil: planejamento, modernização e utopia de desenvolvimento em SC (1970-1975)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de Santa Catarina; PACHECO, Diego. **Ecos da resistência: os Grupos dos Onze e os trabalhistas em Santa Catarina (1961-1964)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012; SPECK, Karina. **A cartilha militar para o combate do inimigo: a luta anticomunista no contexto catarinense, 1968 a 1979**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

⁴ RECKZIEGEL, Ana Luíza Setti. **História Regional: dimensões teórico-conceituais**. História: debates e tendências. V.1, n.1, 1999. p. 20.

reuniões, arquivos referentes aos processos eleitorais, e as preciosas correspondências entre os próprios partidários e diretórios municipais, estaduais e nacional, o mesmo foi pouco pesquisado. De acordo com Ângela de Castro Gomes, professora e pesquisadora do CPDOC/FGV, a pesquisa de Grinberg foi a primeira a ser realizada com este acervo.⁵

Não nos cabe aqui indicar, ou até mesmo problematizar os motivos deste *silêncio* de aproximadamente 30 anos para a história política brasileira, mas não podemos deixar de observar, em primeiro lugar, a falta de pesquisas relacionadas a Arena durante estes anos, pois o partido é uma peça fundamental para se compreender e discutir uma série de questões relacionadas à ditadura e à sociedade brasileira (como a democracia, a manutenção do sistema eleitoral, o apoio popular à ditadura, etc.); e, em segundo lugar, parece ter havido um distanciamento de pesquisadores sobre a Arena como objeto de pesquisa por motivos meramente ideológicos.⁶ Como o partido está intimamente associado à uma imagem de conservadorismo político, adesismo à ditadura e um mero instrumento a serviço dos militares, isto supostamente o deslegitimaria enquanto objeto de pesquisa? O que imediatamente nos leva ao questionamento: o que seria um objeto de pesquisa '*válido*'? Somente os grupos revolucionários de esquerda, de resistência à ditadura, ou o MDB? Não acreditamos que seja esta a resposta, muito menos acreditamos que o objeto de pesquisa esteja tão mecanicamente relacionado aos posicionamentos políticos do pesquisador. Inclusive, compreendemos serem problemáticas estas associações entre objeto a ser pesquisado e a ideologia política do autor, como se existisse alguma espécie de ligação direta entre ambos que fosse indissociável. Deixar de lado um partido que mobilizou dezenas de milhões de pessoas e a vida política nacional durante 14 anos é perder parte essencial das relações sociais e políticas durante a ditadura civil/militar.

É importante salientar que esta monografia possui o caráter de enfatizar a importância dos estudos a respeito das ações dos setores conservadores da sociedade brasileira durante o regime militar. Segundo Daniel Aarão Reis, existe certa dificuldade da sociedade brasileira em se refletir como um agente legitimador da ditadura civil/militar, sempre se colocando a

⁵ GOMES, Ângela de Castro. Prefácio. In: GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 11-16.

⁶ Devemos ressaltar que os estudos a respeito das *direitas* na historiografia brasileira ganhou um impulso nos últimos anos cabendo aqui elencar apenas algumas obras, tais como: RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964).** Passo Fundo: EDIUPF, 2003; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964).** São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002; VALIM, Alexandre Busko. **Imagens vigiadas: uma história social do cinema no alvorecer da Guerra Fria (1945-1954).** Tese de doutorado em História. Universidade Federal Fluminense; PRESTOT, Aline Alves. **As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe de 1964.** Dissertação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

parte, e compreendendo os 21 anos que este país viveu sob a égide dos militares um acidente de percurso na história da nação, e não um processo histórico social legitimado pelo apoio popular.⁷ Seriam compostas por fantasmas, as multidões que foram às ruas por todo o país para comemorar a queda de João Goulart nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade em 1964? Seriam tantos outros fantasmas, que eleição após eleição, saíam de suas casas e iam para as urnas exercer o seu direito democrático e votar nos candidatos do partido da Arena? Os distanciamentos, deliberados ou não, dos sujeitos quanto à ditadura ensejam uma conturbada relação de memória, e que deve ser problematizada pelo historiador.

No caso do partido da Arena a questão se torna ainda mais curiosa, pois nem mesmo os próprios ex-partidários parecem querer se relacionar com o seu antigo partido. Segundo Grinberg, o principal motivo dessa negação é o estigma de adesismo e subordinação aos militares que o partido da Arena carrega desde a sua fundação.⁸ De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, nos dizeres populares o MDB carregava a fama de ser o partido do *Sim!*, enquanto a Arena carregava a de ser o partido do *Sim, senhor!*, ou seja, ambos “se dobravam à vontade do poder, mas a Arena o fazia com mais servilismo e menos pudor”.⁹ Todavia, esta imagem da Arena como um mero fantoche das vontades do Executivo é simplória e não corresponde de fato com as relações de aproximação e distanciamento que militares e arenistas tiveram ao longo dos 14 anos de existência do partido. Segundo Grinberg, devemos compreender um partido político não como uma voz uníssona, uma coisa, ou um objeto acabado, mas sim um terreno de disputas entre os seus próprios membros, sendo que estes se relacionam e/ou são influenciados por membros de outros partidos, representantes do governo, eleitores e imprensa.¹⁰ Em segundo lugar, não podemos cair na ilusão de que os votos direcionados para a legenda da Arena representavam única e somente a adesão popular as diretrizes do partido, ou do Executivo. Nas palavras de Grinberg,

é importante considerar que os candidatos da Arena representavam o movimento de 1964 e o novo regime, mas também possuíam vínculos com o eleitorado muito anteriores a 1964, representando muito mais do que isso. (...) Se a sigla Arena era recente e podia não ter identificação popular, as lideranças que formavam o partido eram representantes da nata dos políticos da época. Portanto, se a Arena foi inventada pela ditadura, seus membros não o foram, tendo, em sua

⁷ REIS, Daniel Aarão. História e Memória. In: **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 49-50.

⁸ GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 25.

⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2ªed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 97.

¹⁰ GRINBERG, 2009, op.cit., p. 23-24.

maioria, longa prática na política partidária, tanto antes quanto durante os anos de 1945 a 1964.¹¹

Estas ressalvas são muito importantes para compreendermos a Arena de uma perspectiva mais ampla, dando ênfase à pluralidade de vozes que disputavam espaço dentro do partido e agentes externos que muito influenciaram nos rumos do mesmo.

Um conceito que irá permear todo este trabalho é o de *cultura política*. Embora seja um termo muitas vezes polissêmico, iremos ao encontro de Serge Berstein, quanto à compreensão de cultura política como

um sistema de referências em que se reconhecem todos os membros de uma mesma família política, lembranças históricas comuns, heróis consagrados, documentos fundamentais (que nem sempre foram lidos), símbolos, bandeiras, festas, vocabulário de palavras codificadas etc. (...) Assim a cultura política aparece, em suas diversas manifestações, como a linguagem comum simplificada (da qual o rito é a forma mais sumária) dos membros de uma formação, que desse modo fazem profissão de ideologia sem precisar necessariamente exprimi-la explicitamente, mas com a certeza de serem facilmente compreendidos por todos os membros do grupo.¹²

Ao longo deste trabalho tentaremos evidenciar que a ala do partido da Arena ligada diretamente à oligarquia Konder Bornhausen e ao empresariado do Vale do Itajaí, possuía uma cultura política bastante particular, que transcendia, inclusive, a história do partido. A trajetória da família Konder e da família Bornhausen na política catarinense, a imagem construída pelos seus tradicionais membros de que estas seriam famílias predestinadas à política, o papel essencial atribuído à iniciativa privada e ao empresariado para o crescimento do Vale do Itajaí, são elementos integrantes da composição da cultura política deste grupo em específico, constantemente referenciados no JSC, revestidos de uma longa e duradoura tradição.

Utilizaremos elementos do ferramental teórico de Berstein também para problematizarmos o nascimento de um partido político. Segundo o autor, para os partidos políticos surgirem, em primeiro lugar se torna necessário condições históricas estreitamente ligadas a um determinado estado da sociedade resultante das “consequências da revolução industrial, do avanço das ideias liberais, do desenvolvimento de burguesias e classes médias que acedem à cultura e desejam, através do regime representativo, desempenhar um papel na vida política”.¹³ Mas somente estas condições não são suficientes,

¹¹ Idem, *Ibidem*. p. 30-32

¹² BERSTEIN, Serge. Os partidos In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 88-89.

¹³ Idem, *Ibidem*. p. 66.

para que nasça um partido, é necessário além disso que, no interior do movimento evolutivo constatado, se produza uma crise, uma ruptura bastante profunda para justificar a emergência de organizações que, diante dela, traduzam uma tendência da opinião suficientemente fundamental para durar e criar uma tradição capaz de atravessar o tempo. (...) um partido não nasce fortuitamente, da decisão de seus criadores, e só tem chance de sobreviver se responder de uma maneira ou de outra a um problema fundamental colocado para a sociedade contemporânea, e que faz com que haja adequação entre a imagem que ele transmite de si mesmo e as aspirações mais profundas de uma parte importante da população que aceita, como solução para os problemas que ela percebe, a mediação política que ele propõe. (...) Assim, o longo sucesso do Partido Liberal britânico no século XIX explica-se menos pelos caprichosos acasos de escrutínios incompreensíveis do que pelo fato de ele ter sabido identificar-se com as aspirações reformistas de uma sociedade cuja permanente vontade de adaptação tendia a erigir-se em verdadeira lei (...).¹⁴

Compreendemos que esta concepção dialoga com a crise de legitimidade popular enfrentada pelo regime militar nas eleições de 1965. Torna-se necessária e relevante a ressalva ao leitor de que a ARENA e o MDB não foram criados com o golpe de 1964, mas sim após as repercussões das eleições para governadores dos Estados em 1965. Candidatos apoiados pelo governo militar perderam para as alianças entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD), as quais obtiveram vitórias importantes nos Estados da Guanabara e de Minas Gerais. Este foi o pretexto necessário para a *linha dura* ganhar forças dentro do escalão militar e intensificar as medidas ‘*revolucionárias*’, alegando que a nação se encontrava em crise, pois muitos membros desses partidos simbolizavam a ‘*anarquia*’, a ‘*desordem*’ e a ‘*corrupção*’, valores combatidos pela ‘*revolução*’ de 1964. Sendo assim, o Ato Institucional nº2 (AI-2), foi editado em 27 de outubro de 1965. Nele, os militares afirmaram que

a revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil. Para isto precisa de tranquilidade. Agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada teimam, entretanto, em se valer do fato de haver ela reduzido a curto tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais, e já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária, precisamente no momento em que esta, atenta aos problemas administrativos, procura colocar o povo na prática e na disciplina do exercício democrático. Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação. Não se pode desconstituir a revolução, implantada para restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra

¹⁴ BERSTEIN, op.cit., p. 67-68.

nacional.¹⁵

Foi com intuito de colocar o povo na '*prática e na disciplina do exercício democrático*', desde que sob as rédeas do regime, que a ala da *linha dura* obteve uma importante vitória: a extinção de todos os partidos políticos e a criação de um sistema supostamente '*democrático*' que atendesse aos seus interesses. No mês seguinte à promulgação do AI-2, o Ato Complementar nº4 estabeleceu as condições para a formação de novos partidos. Um partido só poderia ser organizado por membros do Congresso Nacional se possuísse mais de 120 deputados e 20 senadores. As novas legendas não poderiam usar quaisquer símbolos dos grupos extintos e nem mesmo a palavra *partido* em seus nomes.¹⁶ Com tamanhas restrições, somente dois partidos puderam ser criados, o da situação, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), e o da oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Vale à pena ressaltar que o bipartidarismo não foi a única proposta no período. Muito foi discutido a respeito da criação de um terceiro partido de viés moderado, porém não houve representantes suficientes para a criação do mesmo.¹⁷

O esperado retorno a democracia prometido pela gestão Castello Branco após as eleições de 1965 não ocorreu. O que aconteceu foi uma subversão dos valores democráticos e a criação de um sistema eleitoral próprio para a ditadura civil/militar. Tal sistema ficou caracterizado por eleições indiretas para o Executivo (presidente e governadores) e diretas para o Legislativo (senadores, deputados) e poderes municipais (prefeitos e vereadores). No caso das eleições indiretas, a eleição passou a ser feita por meio de Colégios Eleitorais, compostos por alguns políticos, parlamentares e delegados indicados pelos partidos. Para as eleições presidenciais a base do Colégio Eleitoral era o Congresso Nacional e na escolha do governador era a Assembleia Legislativa.¹⁸

Com a extinção dos partidos da UDN, PSD e PTB, os membros destes tiveram que migrar para a Arena, ou para o MDB. Tal processo gerou uma grande amalgama de setores de direita, de esquerda e de grupos políticos que não necessariamente se entrecruzavam. Porém, tendo em vista o novo contexto político, passaram a ter que se relacionar, e principalmente disputar espaço dentro destes novos partidos. Neste trabalho, por exemplo, faremos constante referência à disputa por poder dentro do partido da Arena em Santa Catarina pelas famílias Konder Borhausen (UDN) e Ramos (PSD). Oligarquias rivais que disputaram a hegemonia

¹⁵ Fragmento retirado do Ato institucional número 2, editado no dia 27 de outubro de 1965 – Disponível em: http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_3.htm (Data de acesso: 30/04/2013)

¹⁶ GRINBERG, Lucia. Arenista, graças a Deus. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, 01/04/2008. p. 78-82

¹⁷ Idem, Ibidem.

¹⁸ MOTTA, 1999, op.cit., p. 92-93.

política¹⁹ no Estado ao longo do século XX e que, com a criação da Arena, passaram a fazer parte do mesmo partido. É durante o regime civil/militar e por meio da Arena que uma importante rede de alianças envolvendo oligarquias tradicionais de Santa Catarina, políticos, empresariado e imprensa passa a se consolidar para defender os seus interesses e lutar contra inimigos em comum. Tal como citado na epígrafe desta introdução, o MDB não encontrava espaço na mídia catarinense manipulada pelos interesses da Arena. Em outras palavras, a grande imprensa do Estado de Santa Catarina foi manipulada diretamente por partidários da Arena, e estes não estavam dispostos a abrir mão das suas redes de poder e privilégios.

Como iremos utilizar um periódico como principal fonte desta pesquisa, é importante fazer algumas ressalvas a respeito do uso deste como fonte histórica, além das relações da imprensa com a política. Seguiremos os passos de análise documental proposta por Tânia Regina de Luca de localizar as publicações na história da imprensa; atentar para as características materiais do periódico; assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo; caracterizar o material iconográfico presente; caracterizar o grupo responsável pela publicação; identificar os principais colaboradores; identificar o público a que se destina a publicação e identificar as fontes de receita²⁰ Frisamos a importância do papel que a imprensa desempenhou na política brasileira, não apenas por registrar em suas páginas acontecimentos políticos e informá-los à população, mas por ela ser em si um agente histórico que se posiciona politicamente e produz política a partir de interesses específicos. Concordamos com Maria Helena Rolim Capelato e Ligia Prado quando estas compreendem a imprensa como “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social.”²¹ A imprensa do Estado de Santa Catarina não foi diferente.²²

O jornalista Moacir Pereira, em sua obra *Imprensa & Poder*, faz uma listagem de alguns periódicos na história de Santa Catarina que estiveram atrelados diretamente com

¹⁹ O conceito de hegemonia utilizado neste trabalho remete ao revolucionário italiano Antonio Gramsci, mas que por razões de tempo e espaço não será discutido neste momento.

²⁰ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 111-153.

²¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim & PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alpha-Omega, 1980. p. 19.

²² Nas palavras do historiador Oswaldo Rodrigues Cabral: (...) A história da Imprensa de Santa Catarina não pode ser desvinculada da História da política, porque a imprensa foi fundada com objetivos político-partidários. Jerônimo Coelho veio para cá justamente durante a crise da abdicação do Imperador, com aquela política agitada. A 28 de julho de 1831 o Imperador já tinha ido embora, mas o primeiro jornal da Província queria combater a política restauradora, aqueles que queriam restaurar o trono de D. Pedro I, com propósito político, nacionalista, jacobinista mesmo. E nunca a imprensa de Santa Catarina, no século passado, se desvinculou da política. Todo o jornal que aqui apareceu, fosse com intuítos literários, ou órgão de caixeiros-viajantes, ou de tipógrafos, nunca passava do quarto número. A política sempre foi o nosso esporte, de maneira que os jornais sempre viveram em função da política e dos partidos. Fonte: PEREIRA, Moacir; DINES, Alberto. **A imprensa em debate**. Florianópolis, SC: Lunardelli: Assembleia Legislativa de Santa Catarina, 1981. p. 162.

políticas partidárias. Durante a Primeira República, por exemplo, podemos encontrar inúmeros títulos como *A República* (José A. Boiteux) e *O Dia* (Thiago da Fonseca), do Partido Republicano; *O Tempo* (Tito Carvalho e Nereu Ramos), do Partido e da Aliança Liberal; *A Pátria* (João Bayer Filho), da Coligação Republicana; *Flama Verde* (Othon Gama d'Eça), da Ação Integralista Brasileira.²³ Nomes ilustres da política catarinense e nacional jamais dispensaram os serviços da imprensa como uma importante aliada, sendo esta relação já muito estudada, problematizada e analisada pela academia. O que buscamos com este trabalho é apenas inserir um novo objeto de análise neste campo que é a relação entre o partido da Arena e o *Jornal de Santa Catarina*.

O trabalho localiza-se em um período em que a imprensa brasileira estava se modernizando, aderindo às novas tecnologias e formas de abordagem do seu conteúdo, mas principalmente, ainda se encontrava sob o controle da censura de órgãos governamentais.²⁴ Embora a prática da censura em relação a imprensa tenha um histórico anterior à ditadura civil/militar - sendo prática comum no período republicano de 1946 à 1964 - durante o período ditatorial esta prática será adaptada às diretrizes do regime.²⁵ Logo após o golpe de 1964 ocorrem casos de fechamento de jornais e prisões de jornalistas, sendo que a repressão se agravou com a edição do AI-5 no dia 13 de dezembro de 1968. O período mais difícil para a imprensa brasileira na ditadura civil/militar perdurou do estabelecimento do AI-5 até o fim da Era Médici, sendo que o governo Geisel iniciou com propostas de mudanças na relação do governo com a imprensa.²⁶ Usualmente interpretado como um período de *abrandamento da censura*, o governo Geisel simbolizou de fato alterações na relação entre Estado e imprensa, porém, isto não significou o fim da censura dos próprios donos de jornais. Vale a pena citar o caso do jornal *O Estado de São Paulo* que teve a censura prévia liberada durante o governo Geisel. Ao decorrer do ano de 1975, o ministro Golbery do Couto Silva sustentou a tese de que o fim da censura prévia no jornal *O Estado de São Paulo* não seria uma grande ameaça ao regime. Tanto acreditava nesta ideia, que segundo documentação levantada pelo jornalista Elio Gaspari, chegou a afirmar em reunião com o presidente Geisel que, ao seu ver, mesmo sem censura prévia, o *Estadão* se posicionaria enquanto “o jornal conservador que ele é. Mais

²³ PEREIRA, Moacir. **Imprensa & Poder: a comunicação em Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1992. p. 37

²⁴ MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tânia Regina de (orgs). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

²⁵ Embora exista uma grande quantidade de trabalhos realizados a respeito da temática, faremos a sugestão de duas obras: o clássico trabalho de Paolo Marconi: **A censura política na imprensa brasileira : (1968-1978)**. São Paulo: Global, 1980. Além de uma das obras mais recentes e que trouxe novas problemáticas a este campo: KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

²⁶ Cf. MARCONI, op.cit.

conservador que eu”.²⁷

Dividiremos este trabalho em três capítulos sendo que faremos uso de um *jogo de escalas*²⁸, partindo das questões de âmbito nacional (macro) até chegarmos às regionais (micro). No primeiro capítulo, intitulado *O partido da Arena (1974-1979)*, será abordado o impacto das eleições de 1974 no partido da Arena, a busca por significados e explicações para a derrota nas urnas e a crise interna pós-eleições. Em um segundo momento discutiremos a trajetória da Arena e o projeto de distensão de Geisel, além das suas relações com o presidente que, ao mesmo tempo, buscava implementar políticas que favorecessem o partido, mas que não poupou forças ao utilizar a sua *mão de ferro* para fechar o Congresso e, por meio do AI-5, cassar mandatos de políticos arenistas. Questões como a distensão política, a necessidade da manutenção do AI-5, o crescimento do MDB, quais os caminhos que a Arena deveria tomar após a derrota de 1974 e o próprio fechamento do partido foram debatidas por arenistas, militares, ministros e o próprio presidente Geisel, porém, nem sempre houve consenso nestas discussões. Finalizando este capítulo, analisaremos o processo que levou ao fim do bipartidarismo e o fechamento da Arena.

No segundo capítulo desta monografia analisaremos o periódico *Jornal de Santa Catarina* e suas relações com o partido da Arena. Este capítulo está dividido em dois momentos, sendo o primeiro localizado historicamente na criação do jornal em 1971, passando pelas suas conturbadas relações com o governo Colombo Salles e sua política governamental favorável aos técnicos administrativos, ao invés da classe política²⁹. Tantas disputas geraram uma série de desgastes no partido e são imprescindíveis para se compreender as eleições de 1974 no Estado. Em um segundo momento analisaremos o partido da Arena, o JSC e as relações harmônicas deste com o governo de Antônio Carlos Konder Reis. Abordaremos algumas características do seu governo, como estas repercutiram no JSC, e também buscaremos realizar uma discussão a respeito da forma como o periódico interpretou os grandes eventos da política nacional e estadual neste período.

²⁷ GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Cia das Letras, 2004. p. 22

²⁸ Este termo é inspirado pela obra *Jogos de Escalas*, organizado por Jacques Revel, porém o mesmo não será aprofundado neste momento.

²⁹ Ao utilizarmos o conceito de classe social, o entendemos a partir da perspectiva do teórico Edward Palmer Thompson, pois compreendemos que este atribui um caráter mais amplo e funcional ao mesmo, não o compreendendo como um mero fenômeno mecânico de intervenção da economia na sociedade. Segundo Munhoz, Thompson entende classe enquanto um fenômeno social, não como categoria analítica ou estrutura e que implica a ação humano como condicionante. Para o autor, a principal tese de Thompson “é a de que o processo de constituição de classe se dá em decorrência do fato de as pessoas estabelecerem, em seu cotidiano, identidades e diferenças, sentindo-se como integrantes de um mesmo grupo ou de grupos antagônicos. Esta consciência, que se produz no desenrolar da ação humana, propicia a formação da classe, dotando-a de uma consciência, mesmo que embrionária”. Cf. MUNHOZ, Sidnei. **Fragments de um possível diálogo com Edward Palmer Thompson e com alguns de seus críticos**. Revista de História Regional, Maringá, 1997. p. 168.

O terceiro e último capítulo desta monografia se concentra na análise da *Coluna Ingo Hering* presente no JSC. Discutiremos os artigos publicados na coluna desde o seu início no ano de 1976, até o fechamento do partido da Arena no dia 29 de novembro de 1979. Uma das seções mais politizadas e críticas do periódico, a coluna foi assinada pelo empresário e ex-vereador udenista e arenista, Ingo Hering. Este capítulo divide-se em dois momentos, sendo que no primeiro momento apresentaremos uma pequena biografia a respeito do autor. Um dos mais conhecidos empresários do Sul do país e diretor-presidente da grande indústria têxtil Cia. Hering. Já no segundo momento problematizaremos e analisaremos a própria coluna de Ingo Hering, a dividindo em três temas: *O legado de Castello Branco*, as *Falácias do Marxismo* e *As opções da oposição*. O apoio pleno de Hering aos ideais da 'revolução de 1964', as suas constantes críticas ao marxismo e ao comunismo, além das pesadas críticas tecidas ao MDB, todos estes aspectos estão presentes de forma constante na sua coluna.

2. O partido da Arena (1974-1979)

Coitada da Arena, foi posta no pelourinho. Se a distensão não vai bem, a culpa é da Arena. Se o governo não conta com muitos eleitores, a culpa é da Arena, que não soube transmitir a linguagem oficial. A Arena segue o libelo impiedoso, não tem líderes competentes, está dividida, não renovou os seus quadros, não soube atrair os seus estudantes e trabalhadores às suas fileiras. Não conseguindo refletir os anseios populares e nem sempre interpretando corretamente o próprio pensamento do governo, tornou-se um partido inútil e inviável. Não se pode negar que algumas dessas acusações

*são verdadeiras. Mas seria a Arena a única culpada?*³⁰

2.1– As eleições de 1974, seus significados e a crise na Arena

Embora seja um marco na história da ditadura civil/militar no Brasil, nos meses anteriores às eleições de 1974 pouco se esperava em relação a mudanças no quadro político nacional. Em suma, o que se percebia, era um clima de tranquilidade para a realização da disputa eleitoral, muito distante do ambiente de repressão das eleições de 1970.³¹ Do lado do governo e da Arena predominava uma grande confiança em um resultado favorável, legitimada pelas vitórias dos pleitos anteriores, e na crença de que após 10 anos no poder o golpe de 1964 havia provado incontestavelmente à população brasileira o caráter vitorioso do mesmo. Para a grande maioria dos militares e arenistas, o Brasil trilhava os caminhos da ordem e do progresso (daí a percepção na caserna de que estava havendo uma vitória da '*revolução de 1964*'), sendo a primeira garantida com a eliminação da ameaça comunista e o segundo com o milagre econômico.³² Enquanto isso, no lado do MDB, ocorria uma intensa mobilização em busca de reverter o quadro negativo das eleições anteriores. O partido passou a adotar posturas mais críticas e incisivas em relação ao governo, além de ter procurado uma maior articulação com os demais setores de oposição, tais como: sindicatos, entidades estudantis, comunidades eclesiais de base e ex-militantes da esquerda revolucionária, que após anos de enfrentamento com o regime, passam a crer em uma renovação na luta contra o mesmo, desta vez por vias '*democráticas*'.³³

Um destaque deve ser feito para as apreciações realizadas pelo SNI (Serviço Nacional de Informações)³⁴ anteriormente à disputa eleitoral. Durante o governo de Ernesto Geisel o SNI foi chefiado pelo General João Baptista Figueiredo, o qual posteriormente seria indicado pelo próprio Geisel como seu sucessor na presidência da República. Durante o ano de 1974,

³⁰ BUARQUE, Sérgio. Partido ou bode expiatório. **Movimento**, nº2. São Paulo, p.4,14/7/1975 apud GRINBERG, 2009, op.cit., p. 36.

³¹ SKIDMORE, Thomas. **De Castelo a Tancredo**, 1964-1985. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 335-336.

³² Cf. SKIDMORE, Médici: a face autoritária. In: op.cit., p. 211-313.

³³ MOTTA, 1999, op.cit., p. 101.

³⁴ O SNI foi idealizado pelo General Golbery do Couto e Silva, seu primeiro chefe, e fundado em 1964 para servir como um órgão que operaria as atividades de informação e contrainformação relacionadas ao regime. Sendo o principal órgão de espionagem dos militares, o SNI sempre possuiu um papel crucial nas decisões presidências e o chefe de seu gabinete era indicado diretamente pelo presidente. O SNI possuía diversas secretarias, tais como a Secretária Administrativa, Política, Econômica, Ideológica, Psicossocial e outros setores que buscavam espionar os próprios agentes do órgão. Fonte: FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. (O Brasil Republicano, vol. 4). Pg.167-205.

muitas das apreciações realizadas pelo SNI enfatizavam certa desconfiança em relação à classe política brasileira e o seu compromisso com os '*ideais revolucionários*'. Segundo Celso Castro, o fato curioso é que tais suspeitas contemplavam ambos os partidos.³⁵ Anteriormente ao pleito de 1974 o SNI já alertava o gabinete presidencial a respeito do partido governista. A Arena era vista pelo órgão como um partido com sérias disputas internas, repleta de partidários que privilegiavam o imediatismo dos seus interesses em detrimento dos interesses nacionais e que, por fim, exercia um papel importante, porém acessório, nas decisões nacionais.³⁶ Entretanto, o SNI possuía a crença de que a superioridade da Arena no Congresso era uma garantia de vitória nas eleições de 1974 e que o MDB não possuía intuítos de obter vitória no pleito, mas que buscava sim aumentar a sua representatividade nas Assembleias Legislativas dos Estados e conseguir 1/3 da Câmara Federal.³⁷ Todavia, os resultados das eleições não corresponderam com as previsões do SNI.

Quadro 1 – Previsões do SNI para as eleições de 1974

	Número de deputados federais antes das eleições	Previsão do resultado feita pelo SNI	Resultado das eleições de 1974
Arena	223	238 a 265	204
MDB	86	99 a 126	160

Fonte: SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio Janeiro: Zahar, 2000.

A surpresa foi grande para ambos os lados, um verdadeiro *raio caído de um céu azul*, como muitos, em uma paráfrase de Marx, interpretaram o ocorrido.³⁸ O MDB praticamente duplicou o seu número de membros na Câmara Federal e conquistou 16 das 22 cadeiras do Senado. Embora o recém-empossado presidente Ernesto Geisel não tenha ficado satisfeito com o resultado, alegando que “o eleitorado é muito despreparado e não se informa”, “não entende de governo” e que “eleição é isso mesmo, o povo vota livre e normalmente no contra”³⁹, de acordo com Suzeley Kalil Mathias, a derrota ou a vitória da Arena nas eleições de 1974 não alterava em substância o seu projeto de distensão, mas sem dúvida implicava em uma drástica mudança nos meios de implementá-lo.⁴⁰

O partido governista já não tinha a maioria de dois terços no Congresso, sendo assim,

³⁵ CASTRO, Celso. As apreciações do SNI. In: CASTRO, Celso & D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). **Dossiê Geisel**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2002. p. 44.

³⁶ Idem, Ibidem. p. 43-44.

³⁷ Idem, Ibidem. p. 44.

³⁸ MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)**. Campinas: Papirus, 1995. p. 112.

³⁹ GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Cia das Letras, 2003. p. 467

⁴⁰ MATHIAS, op.cit., p. 39.

toda e qualquer reforma na Constituição teria que passar pelo aval da oposição. Sem contar que em Estados importantes para o governo, como São Paulo e Rio Grande do Sul, o MDB conquistou a maioria nas Assembleias Legislativas, as quais elegeriam os novos governadores.⁴¹ Algumas perguntas pairavam no ar: estaria Geisel disposto a negociar as suas reformas com a oposição no Congresso? Estaria o governo preparado para lidar com governadores do MDB em Estados tão importantes?⁴² Como veremos ao longo do próximo subcapítulo, uma das características marcantes do presidente Ernesto Geisel foi a autocracia e o individualismo nas suas decisões, o que desprestigiava tanto os membros da oposição, quanto da Arena.

Muitos significados foram atribuídos aos resultados das eleições na busca de compreender o fenômeno. De acordo com Celso Castro, o próprio SNI interpretou-a com um sentimento de insatisfação e sustentou a tese de que as eleições não fortaleceram a democracia, pois o voto não foi esclarecido, e a campanha pautou-se por interesses pessoais e não nacionais, sendo que o governo poderia “sentir-se futuramente obrigado a medidas extremas destinadas a garantir a continuidade do processo revolucionário”.⁴³ O colunista Carlos Castelo Branco interpretaria o fato na sua famosa coluna política no *Jornal do Brasil* como um passo firme ao retorno da política como tema de políticos, e que o governo perdeu a disputa não devido à suas ações atuais, mas ao acúmulo de erros naqueles 10 anos. Entretanto, o arguto analista político finalizou afirmando que o MDB “ainda não está no poder, nem foi chamado a compartilhá-lo. O poder continua solidamente nas mãos do Presidente Ernesto Geisel que dispõe de todos os instrumentos de efetivá-lo”.⁴⁴

A busca por uma explicação para o fenômeno político também fez efervescer a academia. Algumas obras foram lançadas no *calor do momento*, sendo o grande clássico a respeito do tema, a obra organizada por Bolivar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso: *Os partidos e as eleições no Brasil*, lançado em 1975. Os autores propõem que as eleições de 1974 vieram para derrubar as teses de que a massa política brasileira era apática; de que os partidos correspondiam mais a abstrações jurídicas do que aos eleitores e suas preferências ideológicas; e de que a democracia representativa no Brasil não se adéqua por motivos de atraso cultural das massas e uma falta de compatibilidade entre formas importadas de organizações políticas e a realidade social brasileira.⁴⁵ Lamounier e Cardoso ao longo de sua

⁴¹ SKIDMORE, op.cit., p. 339.

⁴² Idem, Ibidem, p. 340.

⁴³ CASTRO, Celso. Op.cit. p. 45.

⁴⁴ BRANCO, Carlos Castelo. Política voltando a ser tema de políticos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 29/11/1974.

⁴⁵ Cf. LAMOUNIER, Bolivar; CARDOSO, Fernando Henrique (orgs.). *Os partidos e as eleições no Brasil*.

obra apontam para uma questão central na análise dos votos direcionados ao MDB. Grande parte do seu eleitorado era oriunda dos setores de classe baixa das grandes cidades brasileiras, o que contrariava as expectativas do regime de que em áreas mais urbanizadas e industrializadas a Arena teria maior apoio devido aos sucessos do '*milagre econômico*'.⁴⁶

Outra obra importante para as análises de 1974 foi *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. Inspirada na obra de Lamounier e Cardoso, este trabalho, organizado por Fábio Wanderley Reis, fez ressalvas importantes a respeito dos novos rumos que o processo eleitoral brasileiro estava passando. A pluralidade do eleitorado brasileiro foi um dos principais alvos de análise da obra, sendo que no processo eleitoral, diversos tipos de voto coexistiam e disputavam espaço. Desde o voto casual e pouco informado que compreendia a Arena como o partido dos *ricos* e do *governo* e o MDB como o partido dos *pobres* e do *homem comum*, tal como existe o voto ideológico e conhecedor profundo das atividades partidárias. Segundo Reis, o que se percebeu nestas eleições foi o reflexo de um esgotamento do ciclo de *conquistas* econômicas do regime no processo eleitoral. A partir deste momento iniciou-se um processo de busca por normalização institucional em diversas classes sociais na qual o processo eleitoral e os partidos políticos possuíram um papel fundamental.⁴⁷ Ficava assim cada vez mais evidente que 1) o milagre econômico não havia '*abençoado*' à todos e 2) as classes baixas dos grandes centros urbanos passaram a ver o MDB como um representante legítimo de suas causas.

Tendo em vista esta relação do MDB com as classes baixas no pleito de 1974, encontramos um interessante testemunho nas palavras de Paulo Torres (Arena-RJ), candidato arenista derrotado ao senado no Estado do Rio de Janeiro:

Eu apresentava gráficos e estatísticas na televisão, mostrando que em 1963 havia tantos analfabetos e que agora só existiam tantos. Falei das obras da Revolução, principalmente da ponte Rio-Niterói. Ai eles vinham e falavam que precisavam de tantas horas de trabalho para comprar um quilo de carne e que ponte não enche barriga.⁴⁸

Acreditamos que o uso de propaganda eleitoral por via das televisões no pleito de 1974 foi um fato inédito, e que segue ainda pouco estudado. Arenistas e emedebistas pela primeira vez tiveram que enfrentar as câmeras e utilizar de estratégias de marketing e

2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

⁴⁶ LAMOUNIER; CARDOSO, op.cit.

⁴⁷ Cf. REIS, Fábio Wanderley (org.). **Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo: Símbolo, 1978.

⁴⁸ GASPARI, 2003, op.cit., p. 466.

propaganda para convencer o eleitorado.⁴⁹ Enquanto a Arena encontrava dificuldades para utilizar este meio de comunicação mais dinâmico, o MDB investiu em publicidade e conseguiu montar uma campanha mais organizada, usando este espaço principalmente para atacar o regime em três pontos básicos: justiça social (distribuição desigual de renda), liberdades civis (violações dos direitos humanos, censura, permanência do AI-5 e da Lei de Segurança Nacional) e desnacionalização da economia (a proliferação de multinacionais no território brasileiro).⁵⁰

Para David de Castro Netto, o período da década de 1970 é o momento em que a televisão deixa de ser “um modo de entretenimento de luxo para se tornar uma realidade comercial”.⁵¹ Ou seja, tal como podemos observar no quadro abaixo, com o aumento do número de telespectadores no país, e o início da expansão do mercado de televisores para diferentes classes sociais, a propaganda política por via das transmissões televisivas se tornou uma nova e importante ferramenta de uso político e ideológico nas campanhas eleitorais.

Quadro 2 – Crescimento do número de televisores em milhões (1962-1980)

1962	1.275 milhões
1963	1.553 milhões
1964	1.867 milhões
1965	2.202 milhões
1966	2.583 milhões
1967	2.985 milhões
1968	3.579 milhões
1969	4.225 milhões
1970	4.931 milhões
1971	5.809 milhões
1972	6.746 milhões
1973	7.950 milhões
1974	8.979 milhões
1975	10.185 milhões
1976	11.603 milhões

⁴⁹ GRINBERG, 2009, op.cit., p. 187.

⁵⁰ SKIDMORE, op.cit., p. 338.

⁵¹ NETTO, David Antonio de Castro. **Propaganda e legitimação da ditadura civil-militar brasileira** (1968-1977). Maringá, 2011. Dissertação – Universidade Estadual de Maringá. p. 72.

1977	13.196 milhões
1978	14.818 milhões
1979	16.737 milhões
1980	18.300 milhões
Fonte: CAPARELLI, Sérgio. Televisão e capitalismo no Brasil . Porto Alegre: L&PM, 1982. p. 88.	

Veremos adiante que a derrota de 1974 foi um fator importante para que o governo reavaliasse a necessidade do uso dos meios de comunicação para fortalecer a Arena, sendo esta uma das principais prioridades do então Ministro da Justiça Armando Falcão, e que pode ser exemplificada na criação da Lei Falcão no ano de 1976 (ver p. 29-30).

De acordo com Alzira Alves de Abreu, as concessões de emissoras de rádio e TV eram dadas, renovadas, ou negadas pelo próprio presidente, o que implicava em uma série de pressões políticas por parte de grandes empresas do ramo, políticos e ministros em relação às decisões de Geisel.⁵² Uma das orientações políticas do ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira, ao presidente era de prestigiar os governadores dos Estados, pois “estes têm sido sempre consultados antes da decisão de editais de concorrência e das renovações de emissoras de radiodifusão que apresentem problemas”.⁵³ Oliveira também informa que em todos os Estados membros do partido da Arena procuravam novas estações de rádio e televisão e que “de maneira geral há coincidência de opinião, no que diz respeito ao grupo a receber a outorga, entre o governador do Estado e as diferentes correntes políticas”.⁵⁴ A partir de um levantamento realizado pelo jornalista Moacir Pereira, podemos perceber que no caso de Santa Catarina esta política de privilegiar os membros do partido da Arena foi realizada de forma ostensiva. Segundo o mesmo, durante os anos de 1975 e 1979, Santa Catarina teve concessão de 22 emissoras de rádio e cinco de televisão que foram distribuídas entre 20 contemplados, os quais estavam todos filiados à Arena.⁵⁵

Os partidos políticos eram o centro das atenções nesse período. Se para o MDB o momento parecia propício para galgar vãos ainda maiores, para a Arena era de busca por reformulação.⁵⁶ Veremos no próximo subcapítulo que ao mesmo tempo que o governo esperava muito do seu partido, a Arena também esperava muito do seu governo. A derrota nas eleições serviu para que os seus membros realizassem debates internos a respeito do futuro do

⁵² ABREU, Alzira Alves de. As telecomunicações sob a ótica do governo Geisel. In: CASTRO, Celso & D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). **Dossiê Geisel**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2002. p. 152.

⁵³ Idem, Ibidem. p. 152-153.

⁵⁴ Idem, Ibidem. p. 153.

⁵⁵ PEREIRA, 1992, op.cit., p. 94-95.

⁵⁶ GRINBERG, 2009, op.cit., p. 187-191.

partido. A falta de participação dos membros da Arena nas decisões do governo fazia com que estes vissem dissonâncias no discurso governista. Também atentaremos para analisar que enquanto o governo afirmava ter planos de fortalecer a Arena, fazer dela novamente a principal ligação entre a '*revolução*' e o povo, além de atribuir ao partido um posto de *imprescindível* no projeto de distensão política, do outro lado, muitos arenistas não constataavam estas afirmações com a realidade. Estes se sentiam cada vez mais desprestigiados pelo presidente Geisel e cada vez mais distantes das importantes decisões governamentais. Observaremos também que para a Arena o período entre as eleições de 1974 e o fim do bipartidarismo em 1979 é marcado por conflitos entre o presidente Ernesto Geisel e a *classe política* em geral, os quais irão culminar em uma série de medidas autoritárias visando limitar a participação dos parlamentares na política.

Embora os significados das eleições de 1974 sejam muitos e variados - pois assim são os marcos históricos; quando tratamos de um marco histórico envolvendo interesses partidários a disputa por *verdades* e *memórias* em relação a este o torna um verdadeiro campo de batalha. Compreendemos que para a Arena a disputa eleitoral de 1974 possuiu um significado de ruptura e crise. Do partido que vinha obtendo vitórias arrebatadoras nos pleitos eleitorais ao grande culpado pela falta de apoio popular do regime. Buscaremos assim ter uma visão mais ampla do período de abertura política e compreender melhor o que se passava entre um governo que havia estabelecido um rígido projeto político de distensão - o qual deveria ser seguido à risca por todos - e um partido político que se encontrava no descrédito e com suas ações cada vez mais coibidas. As eleições municipais de 1976 e as nacionais de 1978 tornaram-se o grande centro de debates entre partido e governo, pois os erros de 1974 não poderiam voltar a ocorrer.

2.2– O partido da Arena e o projeto de distensão

Essenciais para compreendermos os rumos tomados pelo partido da Arena durante o governo Geisel, as eleições de 1974 fazem parte de um processo histórico e político mais amplo. Nesta conjuntura histórica o pleito de 1974 dialoga diretamente com a principal diretriz política do governo Geisel: o projeto de distensão. Nas palavras do próprio presidente, o projeto de distensão visava

combinar orgânica e homogeneamente, todos os setores – político, social e econômico – da comunidade nacional. Com esse desenvolvimento é que

alcançaremos a distensão – isto é, a atenuação, se não eliminação das tensões multiformes, sempre renovadas, que tolhem o progresso da nação e o bem estar do povo.⁵⁷

Consideramos esta definição dada por Geisel deveras emblemática a respeito do projeto de distensão e os seus objetivos políticos e sociais, e que a mesma nos permite realizar uma análise mais aprofundada.

De acordo com Geisel o projeto de distensão buscava *combinar orgânica e homogeneamente todos os setores da comunidade nacional*. Entretanto, para que tal ação fosse possível e a comunidade nacional atingisse o *desenvolvimento*, os setores desta comunidade deveriam estar combinados de forma homogênea, pois somente assim a *distensão* seria alcançada. Porém, a palavra *distensão* na passagem referida foi apropriada para um sentido que diverge do seu original. Se por distensão usualmente compreendemos ato ou efeito de distender, desenvolvimento ou afrouxamento, Geisel se apropriou do termo como um sinônimo para *a atenuação, se não eliminação das tensões multiformes*. Sendo assim, o projeto de distensão não buscava somente abrir caminho para um retorno à democracia, mas também *eliminar tensões multiformes que insistem [insistiam] em se renovar e tolher o progresso da nação e o bem estar do povo*. Defenderemos ao longo deste subcapítulo a ideia de que estas *tensões* citadas por Geisel seriam as tensões sociais referentes à disputa entre militares e setores de oposição pelos rumos do processo de abertura.

De acordo com Thomas Skidmore “o governo Geisel não admitiria ser pressionado pra adotar um rígido cronograma de reformas políticas. O planalto imprimiria o ritmo [da abertura], não a oposição”⁵⁸. Em leitura semelhante do projeto de distensão, Francisco Carlos Teixeira da Silva afirma que “o projeto de Geisel-Golbery supunha, para seu completo êxito, a subordinação completa da sociedade civil aos objetivos e prazos estabelecidos pelo poder e jamais revelados ao público”.⁵⁹ A partir destas perspectivas, compreendemos que de acordo com os interesses do alto escalão militar o processo de abertura deveria ser elitizado e condicionado estritamente pelos próprios militares de forma *lenta, gradual e segura*⁶⁰ por

⁵⁷ Pronunciamento realizado por Geisel à nação no dia 1/8/1975 apud MATHIAS, op.cit., p. 78.

⁵⁸ SKIDMORE, op.cit., p. 334.

⁵⁹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar eu processo de abertura política no Brasil,1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. (O Brasil Republicano, vol. 4). p. 264.

⁶⁰ Em relação à dinâmica *lenta, gradual e segura* do processo de abertura, Geisel afirmou o seguinte: “(...) essas três condições, acho que se justificam por si mesmas. Por que ela tem que ser lenta? Porque não pode ser uma abertura abrupta. Porque cria um problema maior com a área que é favorável à revolução. Sobretudo a área que havia nas Forças Armadas, que era a tal chamada linha-dura. Ela tinha de ser gradual, progressiva. E tinha que ser segura, porque nós não podíamos admitir uma abertura que depois não funcionasse e voltasse o regime de exceção. Era preciso que ela fosse montada e organizada de maneira que representasse uma

meio do seu projeto de distensão.

Embora o ex-ministro da Fazenda de Médici, Delfim Neto, tenha definido a ação da oposição na abertura política da seguinte maneira:

[A oposição] nem ajudou nem atrapalhou [a abertura]. A abertura foi uma decisão interna [dos militares]. É irrelevante [a oposição]. Quando ouço o nosso Franco Montoro dizer: 'Nós conquistamos a democracia', eu morro de dar risadas. Porque não conquistaram coisa nenhuma.⁶¹

Corroboramos com a análise de Francisco Carlos Teixeira da Silva quando o autor afirma que este tipo de interpretação visa eliminar a participação dos setores de oposição do processo de abertura. Concordamos com Silva quando este coloca que “faz parte da postura conservadora a recusa a pensar a cidadania, e os demais agentes históricos, como parte do processo político e, acreditar com firmeza que evoluem num cenário vazio, onde são capazes de controlar todas as falas”.⁶² Dialogando com esta perspectiva, vamos ao encontro de Mathias para diferenciar o que compreendemos por projeto de distensão e processo de distensão, ou de abertura. Segundo a autora

O **projeto** como estratégia de ação, procura sem êxito abarcar 'todas' as possíveis respostas para sua proposta. O **processo**, ao contrário, ainda que impulsionado pelo projeto, muitas vezes foge ao controle porque toda mudança traz consigo uma dinâmica autônoma que faz nascer novos horizontes.⁶³

E é a partir destes posicionamentos que compreendemos o processo de abertura política não somente por meio do projeto de distensão e das ações da cúpula militar, mas mediante um cenário de disputas em que militares, políticos e vários setores da sociedade civil influíram nos rumos destes processo.

Como veremos ao longo deste subcapítulo, houve neste período uma disputa constante pelo futuro da política nacional entre uma sociedade civil cada vez mais descontente e mobilizada contra a ditadura⁶⁴ e um governo militar que se baseava em um projeto de distensão elitizado, no qual as reformas políticas (tais como o término do AI-5, o abrandamento da censura, a reformulação partidária e a anistia) seriam administradas pelo alto escalão militar e com a mínima interferência possível dos setores de oposição e da sociedade

solução definitiva” Cf: COUTO, Ronaldo Costa. **Memória viva do regime militar**. São Paulo: Ed. Record, 1999. p. 209 apud SILVA, op.cit., p. 262).

⁶¹ NETTO In: COUTO, op.cit., p.138 apud SILVA, op. cit., p. 256.

⁶² SILVA, op.cit., p. 256.

⁶³ MATHIAS, op.cit., p. 109.

⁶⁴ SKIDMORE, op.cit., p. 354-369.

civil, pois compreendiam que a participação desta apenas aumentariam as *tensões multiformes*.

Devemos aqui enfatizar que ao longo deste trabalho vamos ao encontro da concepção de Mathias para a participação política durante o regime. De acordo com a autora

A participação [política] deve restringir-se aos partidos políticos. As demais associações civis, como sindicatos, não têm e não podem cumprir esta tarefa. Quando as associações 'fazem política', isto é visto como 'desvio', como anormal e como amostra de que os partidos não estão cumprindo seu papel. Porém, ao partido não cabe tomar decisões: estas são responsabilidade do governo, que está acima das facções e interesses; ao partido cabe simplesmente sugerir.⁶⁵

A partir desta definição de Mathias observaremos também que o partido da Arena se encontrava em uma posição muito particular neste conflito. De acordo com Lucia Grinberg, embora o partido fosse considerado pelos militares como o principal elo de ligação entre a '*revolução*' e o povo, muitos dos seus membros passaram a se queixar de que a Arena não possuía espaço nas políticas do Executivo, nem seus membros autonomia para realizarem política sem a interferência do mesmo.⁶⁶ Veremos que uma crítica comum dos próprios arenistas na época era de que *a Arena era do governo, mas não estava no governo*. Mesmo nesta situação ambígua, o partido teve importante papel no projeto de distensão do Executivo e este será problematizado doravante.

Entretanto, antes de focarmos no fundamental papel que o partido da Arena representou no projeto de distensão política, devemos compreender que este projeto só pôde ser implementado devido às condições sociais e históricas em que o regime militar se encontrava.

Desde a sua gênese, o projeto de distensão foi elaborado pelo alto escalão militar. Segundo Suzeley Kalil Mathias, em sua obra *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*, já existia uma proposta de relaxamento das regras autoritárias antes da chegada de Ernesto Geisel à Presidência da República. A formulação de um projeto dessa natureza está relacionada com dois fatores:

primeiro, a partir da derrota de Castelo Branco em impor um projeto de intervenção militar cirúrgico, parte da oficialidade militar passou a alentar desde Costa e Silva uma intenção distencionista, entendendo por isto o afastamento dos militares do governo, ainda que mantendo a sua tutela sobre ele. Esta intervenção transformou-se em projeto de distensão do regime

⁶⁵ MATHIAS, op.cit., p. 99.

⁶⁶ GRINBERG, 2009, op.cit., p. 185-231

autoritário a partir da indicação de Geisel para a Presidência da República. Segundo, a conjuntura existente no final do governo Médici favorecia mudanças no regime político, pois os objetivos que determinaram o sucesso do golpe de 1964 estavam sendo alcançados. Isto significa que propostas distencionistas encontravam sustentação tanto em setores civis quanto militares.⁶⁷

Compreendemos assim que embora existissem propostas de relaxamento do Estado de exceção previamente ao governo Geisel, foi mediante as '*conquistas*' do governo Médici que o projeto de distensão encontrou aceitação no meio militar e civil. Os militares acreditavam que a *missão da 'revolução'* de 1964 estava finalmente sendo cumprida, pois as perspectivas econômicas eram otimistas⁶⁸ e a ameaça dos setores revolucionários de esquerda eliminada⁶⁹, sendo então o contexto propício para se criar um projeto político que visasse uma digna retirada dos militares do poder.

De acordo com Mathias, a Arena teve um papel fundamental no projeto de distensão, pois caberia ao partido do governo fazer uso da sua maioria no Congresso e implementar as reformas políticas desejadas por Geisel. Entretanto, com a derrota nas eleições de 1974 o partido perdeu esta estratégica vantagem, e novas estratégias deveriam ser adotadas para assegurar que o projeto de distensão não viesse a se consolidar como mais uma *promessa vazia* do governo. Para a autora

desde sua indicação até as eleições de 1974, os discursos de Geisel são marcados por um misto de compromisso com a reforma política e a cautela que deve cercar a mudança. (...) Essa atitude do general-presidente parece estar relacionada com a certeza de que a Arena poderia, como partido do governo, assumir o processo de distensão através da vitória eleitoral sendo, pois, desnecessária a continuidade das ações repressivas do governo na área política. (...) Após as eleições de 1974, a ação do governo é pautada muito mais pela cautela do que pela reafirmação do compromisso. As eleições passam a ser a principal preocupação do governo e percebe-se uma modificação no projeto de liberalização, sinalizando que talvez ele seja uma simples promessa vazia, como tantas feitas pelos governos militares.⁷⁰

Vemos assim que existia uma preocupação por parte do governo de que a Arena assumisse o projeto de distensão, pois assim este seria realizado por vias democráticas, e as

⁶⁷ MATHIAS, op.cit., p. 24.

⁶⁸ De acordo com Francisco Carlos Teixeira da Silva “o cenário econômico otimista tenderia a facilitar a transição. Assim, na sua origem, não é a crise [do petróleo devido ao embargo da OPEP] que condiciona a abertura; ao contrário foi a eficiência econômica do governo Médici que favoreceu a sucessão Geisel-Golbery e, portanto, o projeto de abertura do regime. A crise econômica irá, isso sem dúvida, condicionar o ritmo da abertura, levando a opinião pública a voltar-se em sua maioria contra o regime militar”. Cf. SILVA, op.cit., p. 254.

⁶⁹ SKIDMORE, op.cit., p. 249-269.

⁷⁰ MATHIAS, op.cit., p. 105-106.

ações repressivas do governo, tal como o AI-5, tornar-se-iam desnecessárias. Todavia, com a derrota da Arena em 1974 e o crescimento da popularidade do MDB, o que se pode perceber foi a necessidade dos militares em intervir neste processo, com medidas autoritárias, tais como a Lei Falcão e o Pacote de Abril, para garantir que este não caísse nas mãos da oposição, ou da sociedade civil.

Consideramos as eleições de 1974 não somente como o marco inicial da crise da Arena, mas também como o primeiro grande revés do projeto de distensão política. Os desencontros entre governo e Arena passam a se agravar a partir deste momento. De acordo com Grinberg, cada vez mais a Arena era relegada para o campo meramente instrumental das vontades do Executivo de Geisel, o que só viria a corroborar a sua fama de partido do *Sim, senhor!*⁷¹

As relações entre o partido da Arena e o presidente Ernesto Geisel sempre foram conturbadas. Para Elio Gaspari, embora Geisel dependesse da classe política para realizar o seu projeto de distensão, ele a desprezava. Era um general convencido de que “todo político é falso e todo milionário é ladrão”.⁷² E segundo Thomas Skidmore, a grande marca do governo de Geisel foi a autocracia e a concentração do poder em suas mãos.⁷³ Esta preferência do presidente pela ação autocrática, aliada à sua desconfiança em relação à classe política, gerou uma série de tensões, tal como a manutenção do AI-5 durante o seu governo e o uso deste para caçar mandatos de políticos.

Embora Geisel alegasse que o AI-5 só seria utilizado em casos inevitáveis, e quando necessário fosse para evitar retrocessos no processo de abertura *lenta, gradual e segura*, o ato institucional mais severo da ditadura foi uma ferramenta indispensável para o presidente.⁷⁴ O mesmo se utilizou deste em algumas ocasiões para manter o Legislativo sob seu controle, cassando mandatos de políticos e até mesmo fechando o Congresso para reformas. Durante a Era Geisel doze deputados federais tiveram os seus mandatos cassados, sendo dez emedebistas e dois arenistas. O fato de o presidente não poupar nem os membros da Arena repercutia de forma negativa entre os partidários, aumentando assim as tensões entre partido e governo.⁷⁵

O período que sucede a derrota nas eleições de 1974 foi um momento de autocrítica

⁷¹ GRINBERG, O tempo da abertura democrática In: op. cit., p. 223-231

⁷² GASPARI, 2003, op.cit p. 232.

⁷³ Skidmore define Geisel como o mais autocrático dos presidentes desde 1964. O autor, inclusive, se usa da definição do colunista Carlos Chagas para exemplificar este traço político de Geisel. Segundo Chagas, “Geisel nunca ouviu ninguém, porque presumia em sua onipotência que sabia tudo”. Cf: SDKIDMORE, op.cit., p. 408.

⁷⁴ GASPARI, 2003, op.cit., p. 323.

⁷⁵ GRINBERG, 2009, op.cit., p. 193-195.

dentro da própria Arena. Ainda atormentados pela derrota de 1974, os arenistas buscaram discutir estratégias para o futuro do partido na Convenção Nacional da Arena, realizada nos dias 20 e 21 de setembro de 1975 em Brasília. O senador Petrônio Portella (Arena-PI), presidente do Diretório Nacional, apontou a sua preocupação em relação à imagem negativa e impotente que o partido passou a ter perante a oposição e ao governo. Em discurso na Convenção, Portella advertiu que: “É preciso desmoralizar a tese dos adversários da Arena e do governo de que este ousa e cria, mas a Arena silencia e omite”.⁷⁶ A imagem da Arena era semelhante perante o presidente Geisel, pois se por um lado este alimentava expectativas de que o partido assumiria a sua posição de levar a cabo o processo de desenvolvimento político e social do país, por outro, o desqualificava considerando-o “tímido e sem iniciativa”.⁷⁷

Segundo Lucia Grinberg, tais referências são importantes para compreendermos a construção de uma imagem negativa a respeito da Arena no período. Para a autora, até mesmo a oposição admitia aspectos positivos no governo, mas tanto ela, quanto o presidente Geisel, atribuíam aspectos vergonhosos, tais como *silêncio*, *omissão*, *timidez* e *falta de iniciativa* à Arena.⁷⁸ O deputado federal Aluisio Campos (Arena-PB) teve uma aguçada percepção a respeito desta construção de uma imagem negativa da Arena, relacionando-a com a falta de livre desempenho do partido enquanto órgão político. Segundo Campos

quando os partidos deixaram de ser realmente a verdadeira fonte do poder político, a agremiação incumbida de eleger e apoiar o presidente da República passou a enfrentar limitações no exercício da sua autonomia. Este o fundamental e grave problema da Arena que apoia, mas não participa; transige, mas não critica; obedece, sem ser ouvida; fracassa e não se emenda. É a imagem, negativa, deteriorada, mas dominante e cada dia mais expandida, por efeito da convicção de que não adotamos deliberações independentes, pois não dispomos de autodeterminação para decidir.⁷⁹

Veremos que o descontentamento com a falta de autonomia dos partidários da Arena torna-se ainda mais evidente quando analisamos a recepção destes em relação a Lei Falcão e ao Pacote de Abril, medidas impostas pelo governo em busca de conter os avanços da oposição.

Após muitas reflexões a respeito da derrota de 1974, o partido da Arena buscou concentrar forças para as eleições municipais de 1976. Partidários se mobilizaram por todo o país buscando reverter o quadro das últimas eleições, pois se nas grandes concentrações urbanas a oposição crescia, principalmente fomentada pelo crescimento da mobilização de

⁷⁶ GRINBERG, 2009, op.cit., p. 195

⁷⁷ **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 3, 7/6/1975.

⁷⁸ GRINBERG, 2009, op.cit., p. 195.

⁷⁹ CAMPOS apud Idem, *Ibidem*. p. 196-197.

organizações civis contrárias à ditadura, no interior brasileiro a Arena ainda prevalecia.⁸⁰

Enquanto arenistas se mobilizavam na campanha política, o Executivo ia além. Seu objetivo era garantir a vitória do partido da Arena. O governo não aceitaria de modo algum ser derrotado em duas eleições seguidas. Embora o pleito de 1974 tenha sido uma intragável surpresa, ficou a lição de não subestimar a oposição e o apoio popular que esta havia consolidado. Podemos ver em Maria Celina D'Araújo como o ministro da Justiça, Armando Falcão, passou a buscar um fortalecimento da Arena a partir da derrota de 1974.⁸¹ Em uma reunião com o então presidente da Arena, Francelino Pereira (Arena-MG), Falcão ressalta a importância de governo e partido melhor utilizarem as transmissões televisivas:

A Arena é o partido do governo. O governo é o dono real da televisão e do rádio, que apenas dá em concessão a particulares. Os próprios jornais, com raríssimas exceções, dependem do governo para viver e sobreviver. É mister utilizar essas armas incríveis com inteligência e habilidade. Foi um erro permitir o uso da televisão e do rádio na campanha eleitoral de 1974.⁸²

Tal como indicamos anteriormente, o uso da propaganda televisiva pelo MDB nas últimas eleições foi um fator novo e decisivo na vitória da oposição (ver p. 19-21). Levando em conta estas premissas e este contexto político é que surge a Lei Falcão, a qual passou a vigorar nas eleições municipais de 1976 e perdurou até o final do regime. A nova lei apenas permitia que os candidatos fornecessem os currículos e apresentassem as suas fotos no horário eleitoral.⁸³ Nas palavras do próprio Falcão, direcionadas ao presidente Ernesto Geisel, a propaganda eleitoral deveria ser restringida e limitada ao nível do justo, “não oferecendo ao adversário a principal arma que, sem sombra de dúvida, lhe assegurou considerável avanço no pleito de 15 de novembro de 1974”.⁸⁴

Embora a Lei Falcão visasse privilegiar a Arena, a recepção desta não foi um consenso no partido. Novamente nos utilizaremos de Lucia Grinberg para nos apresentar algumas recepções negativas de parlamentares da Arena a respeito da Lei Falcão, tal como a do senador Teotônio Vilella (Arena-RJ). O senador foi contrário à medida do governo e ainda afirmou “nada mais desolador para o político do que votar contra o cerceamento dos seus próprios direitos”⁸⁵. Outros membros do partido, tais como os deputados Lins e Silva (Arena-PE) e Jarbas Lima (Arena-RS), consideraram a aprovação da Lei Falcão um retrocesso no

⁸⁰ SKIDMORE, op.cit., p. 372.

⁸¹ D'ARAÚJO, Maria Celina. Ministério da Justiça: o lado duro da transição. In: CASTRO, Celso & D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). **Dossiê Geisel**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2002. p. 34-37.

⁸² Idem, Ibidem. p. 35.

⁸³ Idem, Ibidem. p. 34-37.

⁸⁴ Idem, Ibidem. p. 36.

⁸⁵ VILELLA apud GRINBERG, 2009, op.cit., p. 201.

amadurecimento político do povo brasileiro e do aperfeiçoamento da prática democrática.⁸⁶ Embora tenha recebido represálias de alguns membros do partido, os resultados das eleições de 1976 foram favoráveis à Arena, pois o partido recebeu um grande número de votos e venceu a maioria das disputas pelo país, com exceção dos grandes centros industriais.⁸⁷ Se as restrições da Lei Falcão ao debate político por meio da televisão foram consideradas por parte dos membros do Legislativo como uma medida de caráter autoritário do governo em relação aos parlamentares, mal sabiam estes o que viria pela frente.

Durante o mês de março de 1977 o contexto era de conflito entre governo e MDB. Geisel buscava a aprovação de reformas no Judiciário, porém o projeto esbarrava na oposição. O senador Petrônio Portella ficou incumbido de ser o representante do governo nas negociações com o MDB – este evento ficou conhecido como *Missão Portella* - porém os membros do partido oposicionista não viam sentido nas reformas sem que antes se revogassem leis arbitrárias como o AI-5 e a Lei de Segurança Nacional⁸⁸. A situação chegou ao ponto do insustentável, principalmente após Geisel acusar o MDB de fazer uma ditadura da maioria – ironicamente uma estratégia política muito utilizada pela Arena no Congresso.⁸⁹

A solução para a situação foi deveras autoritária. No dia 1º de abril o presidente fez uso do AI-5 e fechou o Congresso para reformas que ficariam conhecidas como o Pacote de Abril. As reformas decretavam que: o mandato dos presidentes da República passava a ser de seis anos; as emendas constitucionais apenas exigiriam maioria simples para sempre aprovadas; todos os governadores de Estado e um terço dos senadores seriam escolhidos indiretamente em 1978 por colégios eleitorais estaduais (que incluiriam os vereadores, ficando assim assegurado o controle da Arena); os deputados federais teriam o seu número fixado à base da população e não do total de eleitores registrados; e o acesso dos candidatos ao rádio, ou a televisão, ficaria rigorosamente limitado nos termos da Lei Falcão já aprovada em 1976.⁹⁰ O Congresso ficou fechado por 14 dias. Tamanho exemplo de autoritarismo não era visto desde a edição do próprio AI-5 em 1968.

Tanto a implementação da Lei Falcão em 1976, quanto a do Pacote de Abril em 1977, foram medidas adotadas pelo Executivo e que geraram polêmicas e desavenças dentro da Arena. Embora ambas as medidas fossem tomadas sob circunstâncias casuísticas e nitidamente buscando favorecer o partido governista, muitos partidários da Arena foram ao encontro da oposição e as consideraram uma afronta à classe política em geral. Podemos

⁸⁶ GRINBERG, 2009, op.cit., p. 201.

⁸⁷ SKIDMORE, op.cit., p. 372.

⁸⁸ Idem, Ibidem. p. 373.

⁸⁹ SILVA, op.cit., p. 267.

⁹⁰ SKIDMORE, op.cit., p. 373.

considerar que estes foram um dos poucos momentos no regime militar em que membros da Arena deixaram as usuais desavenças com o MDB de lado e adotaram uma postura unificada em represália ao autoritarismo governista.⁹¹

Eis que chegaram as tão aguardadas eleições de 1978. Se ao término das últimas eleições criou-se uma grande expectativa para este pleito, pois existia a grande possibilidade da oposição vir a eleger mais senadores e até mesmo governadores em Estados importantes como São Paulo e Rio Grande do Sul, com a implementação do Pacote de Abril o que se viu foi uma vitória da Arena.

Com as eleições para governadores e senadores sendo indiretas, o partido do governo conseguiu manter sua maioria nos governos estaduais, além de conquistar 15 cadeiras no senado, contra 6 do MDB. Na Câmara dos Deputados a Arena conquistou 223 cadeiras contra 187 do MDB.⁹² Assim, o crescimento da oposição foi contido, a maioria da Arena foi assegurada e reformas importantes para o governo passariam tranquilamente no Congresso. Ainda no mandato de Geisel a Arena auxiliou o governo na aprovação da importante Emenda Constitucional nº11, a qual revogava o AI-5 e revisava a Lei de Segurança Nacional.⁹³ Já no governo Figueiredo tínhamos a edição da Lei da Anistia e da reforma partidária, sendo que esta decretaria o fim da Arena e do MDB e o retorno ao multipartidarismo.

Defendemos que os atritos entre governo e a Arena podem ser considerados um dos '*retrocessos*' no projeto de distensão política. Ademais, ao fazermos um balanço do projeto de distensão no governo Geisel, em primeiro lugar devemos considerar que este possuiu não um, mas uma série de '*retrocessos*'. E por '*retrocessos*' compreendemos tensões sociais e políticas que implicaram resistências ao projeto de distensão ou alterações na velocidade de sua implementação, mas que nunca chegaram a alterar substancialmente os rumos destes. Buscamos enfatizar assim que o alto escalão militar não eram o único grupo a propor uma abertura política, ou mudanças no cenário político nacional.

Se o projeto de distensão compreendia que o controle do processo de abertura fosse pleno do alto escalão militar, este não contava com uma série de tensões e conflitos durante o governo Geisel que desafiaram o caráter *lento, gradual e seguro* que os militares buscavam atribuir à distensão. Citaremos aqui cinco fatores que consideramos terem sido '*retrocessos*' no projeto de distensão do governo: 1) o primeiro vem dentro do próprio exército, a *linha dura* desafiava o presidente Ernesto Geisel por não concordar que este era o momento da

⁹¹ GRINBERG, 2009, op.cit., p. 201-215.

⁹² Idem, Ibidem. p. 215.

⁹³ Idem, Ibidem. p. 209.

abertura política, sempre enfatizando a contínua ameaça anticomunista no país;⁹⁴ 2) a forte pressão internacional em relação as violações dos direitos humanos no Brasil, principalmente dos EUA após a eleição de Jimmy Carter para a presidência em 1976;⁹⁵ 3) o crescimento da mobilização de grupos da sociedade civil que contestavam o regime como a CNBB (Conselho Nacional de Bispos do Brasil), CEB's (Conselhos Eclesiais de Base), ABI (Associação Brasileira de Imprensa), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), movimentos estudantis, sindicatos e até mesmo uma parcela considerável de executivos e empresários passaram a pressionar o governo Geisel pelo fim do Estado de exceção;⁹⁶ 4) o crescimento do MDB a partir das eleições de 1974 e a sua constante pressão no Congresso por reformas políticas;⁹⁷ 5) os conflitos entre governo e o partido da Arena.

Nas palavras do historiador Thomas Skidmore, ao final do seu governo

Geisel demonstrara ter acumulado mais poder pessoal do que qualquer dos seus antecessores (...). Os presidentes militares anteriores experimentaram todos uma perda de poder dentro do Exército, quando assumiram o governo. Geisel não apenas reteve esse poder, mas o aumentou (...). O presidente estava usando agora o seu poder aumentado dentro do Exército para promover a liberalização.⁹⁸

Esta concentração de poder pessoal de Geisel defendida por Skidmore, pode ser percebida na forma autoritária com que o presidente buscou promover o projeto de distensão. Podemos evidenciar este autoritarismo também na sua relação com o partido da Arena, o qual

⁹⁴ Segundo a perspectiva de Thomas Skidmore, os confrontos entre a ala linha dura e o governo Geisel são atenuados com a continuidade das práticas de violação dos direitos humanos por parte dos setores de segurança do Estado - tais como torturas, desaparecimentos e homicídios. De acordo com o autor, tais eventos levaram a demissão do general Ednardo D'Ávila Mello do comando do II Exército de São Paulo em 1976, e chegou ao seu ápice com a demissão do Ministro do Exército, e líder dos *linhas dura*, Silvio Frota em outubro de 1977. Para uma análise mais profunda destas disputas internas na ala militar Cf: SKIDMORE, op.cit., p. 339-397.

⁹⁵ A oposição à ditadura civil/militar brasileira nos EUA foi realizada por diferentes personagens e grupos organizados, indo desde movimentos sociais contra a violação dos direitos humanos; estudantes e professores que mobilizavam congressos, eventos e palestras e contavam com ilustres presenças de Márcio Moreira Alves, Dom Hélder Câmara etc.; grupos organizados por brasileiros, ou demais latino-americanos exilados, que buscavam denunciar na sociedade estado-unidense a triste realidade dos conterrâneos que sofriam com as ditaduras de segurança-nacional patrocinadas pelo próprio governo dos EUA; grupos eclesiais que vinham em missão para o Brasil buscando auxiliar no combate à pobreza extrema; e a própria grande imprensa estado-unidense publicou diversos dossiês, reportagens e notícias denunciando a realidade da sociedade brasileira sob a égide de uma ditadura; e por fim, parlamentares que buscavam denunciar o apoio dos EUA à ditaduras de segurança-nacional na América Latina. Se somente a partir de Carter o governo dos EUA passou a se posicionar de forma contrária a violação dos direitos humanos no Brasil, muitos outros grupos da sociedade estado-unidense já o haviam feito previamente. Para melhor compreender a oposição à ditadura civil/militar brasileira nos EUA Cf: GREEN, James N. **Apesar de Vocês**: oposição à ditadura militar nos EUA 1964-1985. Companhia das Letras: São Paulo, 2009.

⁹⁶ SKIDMORE, op.cit., p. 354-401.

⁹⁷ MOTTA, 1999, op.cit., 100-102.

⁹⁸ SKIDMORE, op.cit., p. 388.

pouco foi consultado durante o seu mandato e tratado de forma instrumental pelo presidente cabendo ao governo tomar as importantes decisões nacionais. Ao partido da Arena coube o simples papel de homologar as decisões tomadas pelo presidente, sem nunca participar na construção das propostas e projetos políticos.

De acordo com Grinberg, a designação de que a Arena era o partido do *Sim, senhor!* passou a ser usada após as eleições de 1974, em um contexto de crescimento político do MDB e relações conturbadas entre Geisel e Arena.⁹⁹ Nas palavras de Paulo Brossard (MDB-RS), líder da oposição no Senado:

Dez anos de dominação exclusiva do governo causaram à Arena grave lesão. Reduzida a partido do governo como objeto pertencente ao governo, seu senhor e possuidor, sobre ela exercendo domínio e posse, sofreu os danos inexoráveis da situação a que foi reduzida. O governo era menos uma projeção do partido largamente majoritário do que este uma ancila a serviço daquele. Como brasileiro, preferiria que a Arena fosse um partido **no** governo, em vez de ser, declaradamente, um partido **do** governo. Contudo, já foi dito, e ainda agora repetido por ilustre deputado, o senhor Nelson Marquesan, que o seu partido é **do** governo, mas não está **no** governo.¹⁰⁰

Até mesmo alguns arenistas, tais como o deputado Herbert Levy, iam ao encontro das críticas e reconheciam a contradição de ser do governo, mas não estar no mesmo. Segundo Levy, a crítica era pertinente e desta os próprios arenistas se queixavam. Ao seu ver a Arena ficava “com todos os ônus de governo – que são indiscutíveis, e a eles já me referi – e sem as vantagens. E isto precisamente porque os governos não são arenistas, não são marcadamente partidários. E devem sê-lo”.¹⁰¹ Já o deputado Célio Marques Fernandes (Arena-RS) se dizia parte de um grupo no partido que buscava “democratizar a Arena, porque não nos conformamos com aquela Arena que só diz amém, que só recebe ordens de cima e não leva as reivindicações de baixo para cima”.¹⁰²

Como aponta Grinberg, os arenistas eram vetados de serem a ponte que realizava o diálogo entre a população e governo, um dos pilares básicos do ato de se fazer política, o que era humilhante para os arenistas, pois estes eram políticos profissionais. Muitos destes possuíam trajetórias de décadas na política brasileira e eram reconhecidos líderes populares. Justamente por isso, a autora aduz que a designação de partido do *Sim, senhor!* atingia a legitimidade e a dignidade da Arena pois evidenciava que a Arena era o partido da ausência por não ter liberdade para criar, não ser convocada para propor/dialogar com o Executivo, e

⁹⁹ GRINBERG, 2009, op.cit., p. 223.

¹⁰⁰ BROSSARD apud Idem, Ibidem, p. 224-225.

¹⁰¹ GRINBERG, 2009, op.cit., p. 226.

¹⁰² Idem, Ibidem, p. 225.

nem os seus membros possuírem a autonomia para a prática livre e profissional da política.¹⁰³

O próprio projeto de distensão, tal como já definimos, foi um projeto autoritário e elitista de retorno ao Estado de direito, e que simbolizava uma característica marcante não somente de Geisel, mas de uma série de militares '*revolucionários*' que acreditavam ser possível pensar os processos históricos sem a presença de agentes históricos das mais diferentes classes e posicionamentos políticos.

A concentração de poder pessoal que Geisel buscava era uma forma deste tentar direcionar os rumos dos processos históricos no seu governo e silenciar as vozes divergentes do projeto de distensão. Se a autocracia e o autoritarismo de Geisel lhe garantiu uma série de vitórias em conflitos internos no exército e lhe permitiu implementar uma série de reformas políticas, este não conseguiu controlar as vozes da sociedade civil que se posicionavam de forma contrária à ditadura e à perda de legitimidade que esta encontrou a partir de 1974.

Percebemos assim que a crise que o partido da Arena enfrentou após 1974 dialoga com esse processo de perda de legitimidade do regime. Se durante o governo Geisel a Arena foi culpabilizada pelo fato do processo de distensão não estar indo bem, pelo fato governo não contar com muitos eleitores, e também por não saber transmitir a linguagem oficial do governo¹⁰⁴, os motivos não eram somente a falta de competência dos arenistas enquanto políticos.

Veremos a seguir que o processo de crise na Arena e crescimento do MDB levariam a uma reforma partidária que extinguiria o bipartidarismo para um retorno ao multipartidarismo. Arena e MDB fechavam as suas portas para serem fragmentados em novos partidos. Esta reforma aconteceria no conturbado governo Figueiredo.

2.3– O fechar das portas: anistia e reforma partidária

De acordo com Mathias, o projeto de distensão, desde sua formulação, “indicava que as reformas, para que fossem totalmente implementadas, necessitavam de um período maior do que o representado por uma única gestão presidencial”.¹⁰⁵ Sendo assim, Geisel procurou se utilizar do seu poder pessoal acumulado para vencer as disputas internas dentro do Exército e indicar Figueiredo para dar continuidade ao seu projeto de distensão. Para Mathias, Figueiredo “não possuía seu próprio projeto político; este resumia-se na continuidade da obra

¹⁰³ Idem, Ibidem. p. 223-231.

¹⁰⁴ BUARQUE, Sérgio. Partido ou bode expiatório. **Movimento**, nº2. São Paulo, p.4,14/7/1975 APUD Idem, Ibidem, p. 36.

¹⁰⁵ MATHIAS, op.cit., p. 106.

do seu antecessor”.¹⁰⁶

Geisel escolheu cuidadosamente o seu chefe do gabinete do SNI, general João Baptista Figueiredo para ser o seu sucessor. Escolha que foi permeada de polêmicas e autoritarismo. O general Figueiredo possuía apenas 3 estrelas, enquanto todos os outros presidentes da República no regime militar foram generais de quatro estrelas. A promoção de Figueiredo estava prevista para ser a quarta da lista, somente após as eleições presidenciais.¹⁰⁷ O presidente Geisel arbitrariamente acelerou o processo e Figueiredo recebeu a sua quarta estrela a tempo hábil para no dia 15 de outubro ser eleito presidente mediante eleições indiretas pelo colégio eleitoral.¹⁰⁸ Após o resultado, João Baptista Figueiredo daria a sua famosa declaração a respeito do seu governo e o compromisso deste com a abertura política: “será para abrir mesmo, e quem não quiser que abra, eu prendo, arrebento”.¹⁰⁹ O homem de postura austera, reservado e de poucas palavras que era Geisel dá lugar para o espalhafatoso, polêmico e explosivo Figueiredo. Todavia, o conceito de que a abertura deveria ser feita por cima sob qualquer custo permanecia.

A Arena atuou durante um curto período de tempo no governo Figueiredo - apenas por alguns meses - pois no final do ano de 1979 o partido foi fechado. A sua participação neste ficou marcada principalmente pela votação da lei da anistia e pela reforma política que decretou o fim do bipartidarismo. Ambos eram assuntos que já haviam sendo debatidos ao longo dos anos durante o regime militar, mas que no ano de 1979 encontravam no contexto de abertura e reformas políticas a chance de irem de fato para a votação no Congresso.

A lei da anistia foi a primeira das duas a ir para votação. Durante o ano de 1979, os parlamentares discutiram exaustivamente a questão da lei da anistia e o caráter que esta deveria possuir. O tema era considerado polêmico e de suma importância na transição de um Estado autoritário para um democrático. Um dos principais debates era referente ao caráter desta. Discutia-se se a lei contemplaria uma revisão de penas, se seria uma anistia *ampla, geral e irrestrita* como o Comitê Brasileiro pela Anistia promovia, ou se não haveria anistia alguma.¹¹⁰

Novamente a Arena enfrentava divergências internas em relação ao tema. A partir dos testemunhos dos partidários levantados por Grinberg, alguns membros no partido como José

¹⁰⁶ Idem, *Ibidem*, p. 109

¹⁰⁷ SKIDMORE, *op.cit.*, p. 389.

¹⁰⁸ Idem, *Ibidem*, p. 389.

¹⁰⁹ Figueiredo eleito oferece a conciliação. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 1, 16/10/1978.

¹¹⁰ Para uma maior compreensão a respeito da Lei da Anistia, seus debates, sua criação e a historiografia referente ao tema Cf. RODEGHERO, Carla Simone. **A anistia de 1979**: um balanço historiográfico. Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente. Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC, 2011. p. 842-853.

Bonifácio não planejavam conceder nenhum tipo de anistia, ou revogar qualquer cassação.¹¹¹ Mas também haviam aqueles que enxergavam na Lei da Anistia um sinal de conciliação. Segundo o deputado Claudino Salles, “a anistia deveria ser precedida de uma política de apaziguamento nacional, de conciliação de entendimentos, de política de fraternidade. Não se pode falar em anistia, que é perdão, se os ódios continuam acessos”.¹¹² Já o líder da Câmara dos Deputados, Jorge Arbage, iria ainda mais longe afirmando que

ninguém, neste país, salvo os corifeus da irresponsabilidade, tentou levantar dúvidas a respeito do culto cívico que soldados e oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica devotam ao sagrado princípio da intocabilidade dos direitos humanos. As Forças Armadas sempre lutaram pela formação de homens forjados nas lições mais exemplares ministradas na caserna, e nunca foi possível detectar entre eles aqueles vocacionais para a violência e o sadismo da tortura. (...) Isto não significa defender supostos acusados, mas tem o sentido de evitar que, por culpa de meros equívocos, as instituições militares sejam expostas ao descrédito da opinião pública brasileira.¹¹³

Ficava assim evidente que o papel de muitos arenistas nestes debates era o de ser porta-voz do governo mais uma vez e defender a honra das forças armadas, buscando ao máximo evitar conflitos e apaziguar os *ódios* acessos.

Os debates da Lei da Anistia transcendiam o Congresso. Manifestações populares nas grandes cidades em prol da anistia *ampla, geral e irrestrita* aumentavam dia após dia, principalmente em Brasília.¹¹⁴ A pressão era grande em cima dos parlamentares por todos os lados e o resultado da votação mostrou como os próprios partidos estavam divididos: 206 votos a favor e 201 contra.¹¹⁵ No dia 28 de agosto o governo decretava a anistia de caráter amplo, geral e irrestrito, perdoando assim desde os guerrilheiros de esquerda, até mesmo os agentes do Estado que praticaram torturas e demais violações aos direitos humanos.¹¹⁶

Segundo Danielle Forget, houve uma recusa das autoridades em debater publicamente a questão da reciprocidade, prevalecendo uma versão da anistia enquanto concessão do governo, enquanto um ato de generosidade. Para a autora isso demonstrava que “o governo não pretende [pretendia] realizar autocrítica: prefere a posição daquele que perdoa”.¹¹⁷ Já para Carlos S. Arturi, esta foi realizada de forma elitizada e que “reforçou características históricas

¹¹¹ GRINBERG, 2009, op.cit., p. 216.

¹¹² GRINBERG, 2009, op.cit., p. 216-217.

¹¹³ Idem, Ibidem. p. 217.

¹¹⁴ Idem, Ibidem, p. 218.

¹¹⁵ Idem, Ibidem. p. 218

¹¹⁶ SKIDMORE, op.cit., p. 422-427.

¹¹⁷ FORGET, Danielle. O projeto de anistia de 1979 no Brasil: discurso de dominação e resistência. In: **Conquistas e resistências do poder: a emergência do discurso democrático no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 135.

de conciliação das elites políticas brasileiras, em detrimento de alternativas mais democratizantes”.¹¹⁸

A reforma partidária mobilizou a classe política ao longo do ano de 1979. Neste mesmo ano o governo enviou uma proposta de reforma política para o Congresso, sendo que para Skidmore, um dos principais motivos para essa reforma era o crescimento do MDB a partir das eleições de 1974, o qual passou a ameaçar a legitimidade do regime militar.¹¹⁹ O retorno ao pluripartidarismo era uma estratégia do ministro Golbery do Couto Silva para fragmentar a oposição em pequenos partidos e agregar a posição em um novo partido governista mais coeso que a Arena.¹²⁰

Devemos enfatizar que esta proposta do governo era corroborada pela maioria da classe política. Tanto arenistas quanto emedebistas nunca se mostraram completamente satisfeitos com o sistema partidário criado pelo regime. Essa insatisfação foi se agravando com o tempo e fica exemplificada pela grande aprovação dos partidários pelo retorno ao pluripartidarismo em uma pesquisa realizada no mês de março de 1979: 92% do MDB e 85% da Arena eram a favor.¹²¹

De acordo com Grinberg, uma série de propostas referentes ao caráter dos novos partidos foram sugeridas, e muitos arenistas e emedebistas se referiam às siglas extintas em 1965 (UDN, PSD, PTB, etc.) como possíveis modelos a serem seguidos – inclusive muitos partidários até sugeriram o retorno destas.¹²² O então presidente da Arena, José Sarney, realizou em maio de 1979 uma pesquisa com governadores e parlamentares arenistas para fazer um levantamento das opiniões dos partidários em relação à reforma política. Uma das questões que recebeu a resposta mais inesperada era “com qual dos antigos partidos esse novo partido mais deveria assemelhar-se”? Embora a maior parte dos parlamentares não tenha respondido à questão, os que fizeram, em sua grande maioria, votaram no extinto PSD. Segundo a autora este resultado se apresenta como uma surpresa, devido ao fato da Arena ser usualmente comparada com a extinta UDN.¹²³

Neste período de rupturas, Grinberg nos aponta para que esta reforma foi realizada tendo em vista um novo paradigma na política partidária brasileira. Para a autora, apesar do fato das siglas extintas em 1965 ainda estarem vivas na cultura política brasileira, sendo

¹¹⁸ ARTURI, Carlos S. Transição política e consolidação da democracia: notas a partir da experiências brasileira. In: REIS, Maria Hermínia; FRY, Peter (Orgs.). **Política e cultura**: visões do passado e perspectivas contemporâneas. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 148.

¹¹⁹ SKIDMORE, op.cit., p. 427.

¹²⁰ Idem, Ibidem, p. 427.

¹²¹ GRINBERG, 2009, op.cit., p. 218-219.

¹²² Idem, Ibidem, p. 219-220.

¹²³ Idem, Ibidem, p. 221.

muitas vezes motivos de conflitos internos nos partidos, a conjuntura de 1979 já apontava indícios de mudanças. Para a Arena, por exemplo, o retorno de siglas como a UDN e o PSD significaria dividir os seus membros pelo viés do getulismo, o que já não faria sentido em fins de década de 1970. Para a autora, o que se percebe principalmente após 1974, período em que o MDB ganhou maior legitimidade nacional, é que a ditadura civil/militar tornou-se o novo paradigma da política nacional, e que a partir deste modelo os novos partidos se posicionaram e se dividiram entre si.¹²⁴ O estabelecimento deste novo paradigma seria tão evidente que durante a reforma partidária um argumento consensual entre os arenistas seria a necessidade de que a sigla Arena deveria mudar para uma legenda nova e sem qualquer semelhança com a anterior, pois esta se encontrava estigmatizada pela suas ligações com a ditadura.¹²⁵

No dia 29 de novembro de 1979, o Congresso aprovou a nova lei de reforma partidária, extinguindo a Arena e o MDB. Criou-se assim o PDS (Partido Democrático Social) como sucessor da Arena e o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) como sucessor do MDB. Políticos de viés mais moderado ainda criaram o PP (Partido Popular) – o qual teria vida curta e iria se agregar ao PMDB em 1981 –, enquanto parte da esquerda que não se via representada pelo novo MDB fundaria o PT (Partido dos Trabalhadores). O antigo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) foi recriado, porém uma disputa pela legenda partidária travada entre Ivete Vargas – sobrinha neta de Getúlio - e Leonel Brizola acarretaria em sérias divergências internas e a fundação do PDT (Partido Democrático Trabalhista) por parte de Brizola por não se ver representado pelo novo PTB.¹²⁶

Buscamos neste capítulo fazer um panorama das ações do partido da Arena desde a sua derrota nas eleições de 1974 até a sua extinção em 1979. Vimos que a perda da legitimidade da Arena dialogou com a perda de legitimidade do próprio regime militar. Se as eleições de 1974 demonstraram que o partido do governo não era imbatível, com o passar dos anos vimos que a sociedade se sentia cada vez menos representada pela Arena e pela ditadura. O projeto de distensão *lenta, gradual e segura* foi uma tentativa do alto escalão militar de controlar esse processo de liberalização o máximo possível, e para realizar este objetivo fez uso da maioria arenista no Congresso para a aprovar suas reformas políticas. Embora seja arriscado afirmar que com o crescimento do MDB e da pressão popular o processo de abertura tenha sido cada vez mais ditado pela ação popular do que pelo regime, podemos observar um crescimento cada vez maior da participação destes setores na política nacional, principalmente

¹²⁴ GRINBERG, 2009, op.cit., p. 223.

¹²⁵ Idem, Ibidem. p. 223.

¹²⁶ SKIDMORE, op.cit., p. 429.

na década de 1980.¹²⁷ Como analisamos previamente, segundo os seus próprios partidários, a Arena sofria com os erros desta ditadura em decadência, mas não recebia os benefícios dos acertos desta (ver p. 34-35). Era o preço a se pagar por ser do governo, mas não estar no governo.

Dando seguimento a este deste trabalho, atentaremos para a realidade da Arena neste contexto no Estado de Santa Catarina, utilizando como fonte o Jornal de Santa Catarina. Observaremos como as questões da política no nível regional dialogavam com as de nível nacional apresentadas neste capítulo. Enquanto um periódico de posse de uma elite partidária e empresarial que apoiava o regime militar, o JSC não foi apenas um intérprete deste processo, mas também um agente ativo na constituição deste, pois realizou política, manipulou informações e defendeu interesses. Doravante, discutiremos estas questões desde a gênese do jornal em 1971 até o término do partido da Arena em 1979.

3. O Jornal de Santa Catarina (1971-1979)

3.1 – O JSC e o governo Colombo Salles: o tempo dos técnicos (1971-1975)

No dia 21 de setembro de 1971, na cidade de Blumenau, o governador do Estado de Santa Catarina, Colombo Salles, acionava a moderna e revolucionária impressora *off-set* - a primeira no Estado – do recém-criado Jornal de Santa Catarina para assim ser impresso o seu primeiro exemplar.¹²⁸ Ironicamente a manchete que estampava a primeira página do jornal era uma denúncia as condições de saneamento básico no Estado de Santa Catarina: “Esgoto só existe em duas cidades de Santa Catarina”.¹²⁹ Após o governador tecer algumas palavras, o editorial do jornal foi batizado e abençoado pelo bispo Dom Gregório Warmeling e pelo pastor Meinard Piske.¹³⁰ A festividade terminou em um elegante jantar com a presença de ilustres nomes da política e do empresariado do Vale do Itajaí, tais como o próprio governador Colombo Salles, o ex-vice-governador do Estado Jorge Konder Borhausen, o diretor-presidente da Cia. Hering e ex-vereador por 19 anos da cidade de Blumenau Ingo Hering, além do seu filho mais velho e então vereador Dietrich Hering.¹³¹ O que estas ilustres pessoas

¹²⁷ SILVA, op.cit., p. 256

¹²⁸ PEREIRA, 1992, op.cit., p. 125.

¹²⁹ **O Jornal de Santa Catarina**, p. 1, Blumenau, 22/9/1971.

¹³⁰ **O Jornal de Santa Catarina**, p. 3, Blumenau, 22/9/1971.

¹³¹ **O Jornal de Santa Catarina**, p. 4, Blumenau, 22/9/1971.

tinham em comum? Todos eram membros da Arena.

O Jornal de Santa Catarina não estava sendo lançado para ser apenas mais um jornal no mercado de periódicos catarinenses. Ele estava sendo lançado para ser o maior e mais moderno jornal do Estado, tendo como seu grande projeto cobrir todos os 197 municípios de Santa Catarina.¹³² Uma proposta empresarial e comercial tão ambiciosa para um periódico não poderia estar desvinculada de uma sólida proposta política para este. Buscaremos analisar e compreender neste capítulo justamente como este grande empreendimento empresarial estava ligado a interesses de membros do partido da Arena, mais especificamente a uma elite política e empresarial do Vale do Itajaí formada principalmente por grandes empresários da região e políticos tradicionais. O Jornal de Santa Catarina é um exemplo de como o partido da Arena interveio na vida social catarinense também por meio da imprensa.

A respeito da fundação do JSC, encontramos preciosas informações na obra *Imprensa e Poder* do jornalista Moacir Pereira. Segundo o autor, o JSC surge como um projeto dentro da TV Coligadas de Blumenau, a primeira rede televisiva do Estado de Santa Catarina.¹³³ Um grupo de empresários em sociedade formavam a diretoria da TV Coligadas e do JSC, sendo estes: Wilson de Freitas Melro (diretor-presidente), Caetano Deeke de Figueiredo (diretor-superintendente) e Flávio de Almeida Coelho (diretor-comercial). Filiada da Rede Globo, a TV Coligadas estava em expansão em Santa Catarina no início da década de 1970, tendo iniciado suas transmissões no dia 1º de setembro de 1969, dia do aniversário de fundação da cidade de Blumenau.¹³⁴ Um ano depois de inaugurada, a emissora já cobria praticamente dois terços do território catarinense, num esforço técnico e de investimentos sem precedentes no Estado.¹³⁵ A TV Coligadas retransmitia a programação da Rede Globo, mas também oferecia uma ampla programação regional e tinha como principal slogan ser a *emissora da integração catarinense* – slogan este que também seria utilizado no JSC. Sua programação era voltada para o público da região do Vale do Itajaí, sendo que alguns dos principais programas já recebiam o patrocínio de empresas da mesma região, tal como o *Repórter Garcia* (Cia. Garcia) e o *Telejornal Malhas Hering* (Cia. Hering).¹³⁶

Ainda de acordo com Moacir Pereira em dezembro de 1970 ocorreram os primeiros contatos para a compra da impressora *off-set*, capaz de oferecer um produto de melhor qualidade gráfica e ser passível de imprimir de forma mais rápida e em maior quantidade. A compra da impressora era um grande investimento e um diferencial na época, pois os demais

¹³² PEREIRA, 1992, op.cit., p. 124-125.

¹³³ Idem, Ibidem, p. 125.

¹³⁴ Idem, Ibidem, p. 143.

¹³⁵ Idem, Ibidem, p. 144.

¹³⁶ Idem, Ibidem, p.124-125.

jornais do Estado ainda operavam com antigas e ultrapassadas rotoplanas.¹³⁷ O JSC buscou se diferenciar também pela sua equipe de profissionais. A grande maioria destes eram gaúchos formados na PUC-RS, com experiência no ramo e escolhidos pessoalmente por Nestor Fedrizzi, o diretor-chefe da redação e professor na universidade gaúcha.¹³⁸ Um destaque especial deve ser dado pelas ações de marketing da própria TV Coligadas, que muito se empenhava em divulgar o seu jornal na sua programação.¹³⁹ A primeira edição do jornal foi publicada no dia 22 de setembro de 1971 e nela já era possível perceber duas questões de grande relevância para este trabalho: os patrocinadores, anunciantes e demais grupos que apoiavam o jornal e a sua particular forma de realizar política.

O Jornal de Santa Catarina contou com anúncios publicitários constantes de determinadas empresas que eram presididas por importantes membros do partido da Arena no período estudado (1971-1979), tal como: a Cia. Artex (Carlos Curt Zadosny)¹⁴⁰, a Cia. Garcia (Jorge Buechler e Marcos Henrique Buechler)¹⁴¹, a Eletro Aço Altona (Bernardo Wolfgang Werner)¹⁴² e a Cia. Hering (Ingo Hering). Também era comum no jornal o apoio de grupos dirigidos por membros do partido, tais como a FIESC (Federação das Indústrias de Santa Catarina), então presidida por Bernardo Wolfgang Werner e, a partir de 1975, podemos citar também o BESC (Banco Estadual de Santa Catarina), o qual passou a ser presidido por Jorge Konder Bornhausen, sendo que no mesmo ano este se tornou acionista do jornal.¹⁴³ Embora nem todos os patrocínios, anúncios e apoios recebidos pelo jornal fossem oriundos de lideranças da Arena, é notória a forte ligação que existia entre o empresariado e o partido em nível regional. Sendo assim, acreditamos que existiam interesses comuns ao partido da Arena, o empresariado regional e o Jornal de Santa Catarina. Inclusive, na sua primeira edição o jornal reforça a importância desta tríade em uma carta voltada ao *povo catarinense*.

¹³⁷ PEREIRA, op.cit., p. 125.

¹³⁸ Idem, Ibidem, p. 125.

¹³⁹ PEREIRA, 1992, op.cit., p. 125

¹⁴⁰ Carlos Curt Zadosny foi empresário, tendo sido diretor-presidente da Cia. Artex de Blumenau, e político, com trajetória pelo PSD e Arena. Se elegeu prefeito da cidade de Blumenau e exerceu o cargo de 1965 à 1969. Cf. ARANTES, Marco Antônio. **Conversa com Ingo Hering, hoje**. Tubarão: COAN, 2008. p.109-110.

¹⁴¹ Jorge Buechler e Marcos Henrique Buechler são irmãos. Enquanto o primeiro se limitou a uma vida de empresário, tendo sido diretor-presidente da Cia. Garcia, o segundo veio a ser membro da Arena e vice-governador do Estado de Santa Catarina durante a gestão Konder Reis (1975-1979). Cf. BORNHAUSEN, Paulo Konder. **Retrato político de uma época** (1960-1982). Florianópolis, SC: Insular, 2000. p. 230.

¹⁴² Bernardo Wolfgang Werner foi empresário, tendo sido diretor-presidente da Eletro Aço Altona em Blumenau, e durante 15 anos - de 1971 à 1986 – foi presidente da FIESC. Também foi político e membro da Arena, tendo sido por quatro mandatos vereador de Blumenau durante as décadas de 1950 à 1960. Cf: <http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2008/11/morre-bernardo-wolfgang-werner-ex-presidente-da-fiesc-2308779.html>. (Data de acesso: 26/10/2013)

¹⁴³ CARREIRÃO, Yan. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina** (1945-1979). Florianópolis: Editora da UFSC, 1990. p. 96.

O JSC nasce em uma época singularmente importante para a comunidade barriga-verde. Vivemos momentos de extraordinária expectativa, neste alvorecer de uma nova era, vista sobre os prismas da integração **Governo – Empresa – Povo**. E o papel deste veículo de informação, como de todos já existentes, está diretamente ligado ao processo da integração catarinense. Governo compreendido em todos os seus degraus hierárquicos e em todos os Poderes Harmônicos e Empresa – alavanca propulsora da economia estadual - precisam, devem e necessitavam de uma comunicação com o povo, em todas as suas representatividades. E o diálogo a estabelecer só pode ser exercido através dos veículos de comunicação de massa. (...) Uma palavra final de expectativa: os meios de comunicação de massa envolvem o mundo, tornando-o menor e mais íntimo de cada um de nós. Traz em informações, entretém, educam e orientam a opinião pública. E efetivamente a tarefa fundamental que, a partir de Guttemberg, permitiu ao Homem abrir as janelas do mundo para melhor conhecê-lo. O processo de cultura de massa é executado com maior assiduidade e intermitência pelos veículos de comunicação. Seja o JSC não apenas um informativo, um entretedor, um orientador de opinião, seja fundamentalmente um instrumento de educação, porque, parafraseando Thomas Jefferson ‘onde a imprensa é livre e todo homem é capaz de ler, tudo está salvo’.¹⁴⁴

A partir destes posicionamentos do JSC é possível observar alguns aspectos importantes relacionados à constituição do jornal e os seus interesses. Em um primeiro momento o texto/discurso de inauguração do jornal ressalta a importância da integração entre a tríade Governo – Empresa – Povo e o papel do jornal enquanto um meio de comunicação de massa que serve aos propósitos do governo e das empresas no seu diálogo com o povo. Já em um segundo momento, o texto atenta a função do jornal, de não apenas informar e entreter o povo, mas de educá-lo e orientar a opinião pública. Ao juntarmos estes dois pontos, reforçamos o nosso posicionamento de que existiam interesses mútuos entre membros do partido da Arena e do empresariado regional que se utilizaram do JSC enquanto um veículo que buscou educar e orientar a opinião pública ao seu favor. Configuramos assim que o JSC atendia os desígnios políticos de um grupo específico, porém, quais eram as preocupações deste grupo no início da década de 1970?

A postura política que marcou a linha editorial do JSC nos seus primeiros anos foi a de constantes ataques ao governo estadual. A capa da primeira edição do jornal foi uma declarada afronta política ao governo do Estado, denunciando a falta de saneamento básico em Santa Catarina.¹⁴⁵ Estes primeiros anos da existência do JSC estão inseridos em um contexto de disputa pela hegemonia política do Estado de Santa Catarina. O governador Colombo Salles havia sido indicado pelo Executivo Federal para realizar uma reforma política

¹⁴⁴ **O Jornal de Santa Catarina**, p. 15, Blumenau, 22/9/1971.

¹⁴⁵ **O Jornal de Santa Catarina**, p. 1, Blumenau, 22/9/1971.

no Estado, e esta reforma tinha como um dos seus principais intuitos a renovação política do partido da Arena em detrimento das suas lideranças tradicionais.

Segundo Yan Carreirão, a indicação de Colombo Salles para o cargo de governador do Estado de Santa Catarina gerou muitas controvérsias, principalmente por ter sido uma decisão arbitrária do Governo Federal. De acordo com o autor

Colombo Salles representou a tentativa mais significativa de ruptura com o poder oligárquico em todo o período estudado, a partir da cúpula do poder no Estado. (...) Os demais governadores do período são membros centrais das oligarquias: Nereu Ramos; Aderbal Ramos da Silva; Irineu Bornhausen; Celso Ramos; Antônio Carlos Konder Reis e Jorge Konder Bornhausen. Colombo foi indicado de forma autocrática pelo governo militar brasileiro e tinha, aparentemente, o respaldo inicial do núcleo do poder federal para combater, ou pelo menos minimizar, o poder das oligarquias catarinenses, na arena política.¹⁴⁶

Devemos enfatizar que a história da política catarinense durante o século XX foi marcada pela presença das oligarquias Ramos e Konder Bornhausen (conferir abaixo os quadros 3 e 4) e a partir do golpe de 1964, estas que eram antigas rivais vieram a compor a direção central do partido da Arena em nível regional.¹⁴⁷ Sendo assim, a arbitrária decisão do presidente Médici de indicar Colombo Salles para o cargo rompia com a tradição política destas oligarquias no Estado.

Quadro 3- Presença Oligárquica no Executivo do Estado de Santa Catarina

Governador	Período
Vidal Ramos	1902-1905
Vidal Ramos	1910-1914
Adolfo Konder	1926-1930
Aristiliano Ramos	1933-1934
Nereu Ramos	1935-1937
Aderbal Ramos da Silva	1947-1951
Irineu Bornhausen	1951-1956
Celso Ramos	1961-1966
Antônio Carlos Konder Reis	1975-1979
Jorge Konder Borhausen	1979-1982

Fonte: PEREIRA, Moacir. **Colombo Salles**: o jogo da verdade. Florianópolis: Editora Insular, 2007. p. 106.

¹⁴⁶ CARREIRÃO, 1990, op.cit., p. 93.

¹⁴⁷ Idem, Ibidem. p. 93.

Quadro 4- Presença Oligárquica no Senado do Estado de Santa Catarina

Senador	Período
Vidal Ramos	1915-1917
Vidal Ramos	1935-1937
Nereu Ramos	1955-1958
Irineu Bornhausen	1959-1962
Antônio Carlos Konder Reis	1963-1975
Celso Ramos	1967-1970
Jorge Konder Bornhausen	1983-1990
Jorge Konder Bornhausen	1999-2007

Fonte: PEREIRA, Moacir. **Colombo Salles**: o jogo da verdade. Florianópolis: Editora Insular, 2007. p. 106-107.

Embora Salles possuísse em seu currículo alguns trabalhos no campo administrativo enquanto Secretário do Governo no Distrito Federal, e até mesmo uma breve passagem como Secretário Executivo do Plameg (Plano de Metas do Governo) da gestão de Ivo Silveira (1966-1971) em Santa Catarina, este era um engenheiro de profissão - ou seja, um técnico – que não possuía vínculo algum com o partido da Arena até o momento da sua indicação ao cargo de governador.¹⁴⁸

Compreendemos que a indicação de Colombo Salles para o cargo de governador pode ser analisada como mais um indício do uso instrumental da Arena pelos militares. Esta perspectiva é corroborada não somente pela forma autocrática com a qual Salles foi indicado ao seu cargo, mas também devido ao fato deste ser um estranho no próprio meio da política partidária. No seu livro de memórias, *Colombo Salles: o Jogo da Verdade*, escrito por Moacir Pereira, podemos encontrar o curioso relato do próprio ex-governador de que este sequer era membro da Arena no período de sua indicação, tendo que assinar o livro de filiação partidária às pressas antes de efetivar a sua candidatura no Colégio Eleitoral.¹⁴⁹ Todavia, esta interferência do Executivo Federal na Arena acabou por gerar rupturas internas no partido em Santa Catarina.

Sendo assim, a Arena durante o governo Salles ficou visivelmente dividida entre dois

¹⁴⁸ Colombo Machado Salles, nascido no dia 20 de maio de 1926 em Laguna, era um engenheiro de portos, mar, rios e canais, tendo sido Superintendente do Porto de Laguna e Chefe do Distrito de Portos e Canais na década de 1950. A sua entrada no círculo militar se deu após o golpe de 1964, quando passou a morar em Brasília, e exerceu a função de Secretário do Governo do Distrito Federal nos anos de 1964 à 1967. Colombo Salles prestou uma série de serviços técnicos enquanto engenheiro ao governo federal, tendo inclusive trabalhado no Ministério de Transportes, e dali tendo sido indicado para o cargo Secretário Executivo do Plameg (Plano de Metas do Governo) em Santa Catarina no final do governo Ivo Silveira (1966-1971). Cf. PEREIRA, Moacir. **Colombo Salles**: o jogo da verdade. Florianópolis: Editora Insular, 2007.

¹⁴⁹ PEREIRA, 2007, op.cit., p. 59-61.

grupos: os *renovadores* e os *tradicionais*. Os *renovadores* eram o grupo de apoio de Colombo Salles, formado pelo seu fiel secretariado e por políticos que buscavam ocupar o espaço das oligarquias tradicionais enquanto elite política no Estado, tal como os deputados Epitácio Bittencourt, Aldo Pereira de Andrade, Gentil Belani, Homero de Miranda Gomes, Celso Ivan da Costa, Afonso Guizzo, Wilmar Ortigari, Henrique Córdova e o presidente da Assembleia Legislativa durante os anos 1971/72, Nelson Pedrini (Arena-SC).¹⁵⁰ Já os *tradicionais*, eram a ala formada pelos membros das oligarquias, sendo estes Renato Ramos da Silva, Aderbal Ramos da Silva, Celso Ramos, Antônio Carlos Konder Reis, Irineu Bornhausen, Paulo Konder Bornhausen e Jorge Konder Bornhausen.

A intervenção política dos militares no governo Colombo Salles foi tão profunda na sua busca por reduzir o poder político das oligarquias, que este escolheu para formar o seu governo vários membros da Escola Superior de Guerra, sempre com o aval do presidente Médici e consultas prévias aos órgãos de segurança e informação (SNI, 5º Distrito Naval, Secretária de Segurança Pública) para consultar o histórico destes.¹⁵¹ Nenhum membro das tradicionais oligarquias foi contemplado no seu secretariado. A gestão de Salles visivelmente realizava um diálogo direto com a proposta de governo do presidente Médici de privilegiar um governo *técnico* em detrimento de um *político*.¹⁵²

Era evidente que a tarefa de Salles não seria fácil e que encontraria forte resistência por parte das lideranças tradicionais. Podemos observar como se deu esta resistência por parte das oligarquias por meio da análise da imprensa catarinense. Os dois maiores jornais em Santa Catarina no período estavam sob o controle das lideranças tradicionais, eram estes o *Jornal de Santa Catarina* e *O Estado*, sendo que o primeiro estava sob a influência da oligarquia Konder Bornhausen¹⁵³ e o segundo era de posse de Aderbal Ramos da Silva, célebre membro da oligarquia Ramos.¹⁵⁴ As posturas adotadas pelo governo, tais como os discursos antioligárquicos e os critérios adotados para a formação do governo – privilegiando técnicos militares ao invés de políticos – repercutiam de forma negativa na imprensa manipulada pelos interesses das lideranças tradicionais. De acordo com Moacir Pereira, os

¹⁵⁰ PEDRINI, Nelson. **Pedra Lisa**: como tudo aconteceu. Florianópolis: Ed. Papa livro, 2001. p. 161.

¹⁵¹ PEREIRA, 2007, op.cit., p. 87-89.

¹⁵² De acordo com Thomas Skidmore, uma das características marcantes que o governo Médici buscou imprimir na '*revolução*', e que o difere dos demais governos '*revolucionários*', era a sua predileção por indicar técnicos-administrativos na formação do seu ministério. Segundo o autor, os ministros de Médici “eram principalmente administradores, em contraste com os outros ministérios desde 1964, constituídos mais com políticos profissionais e representantes de interesses econômicos ou sociais. O governo Médici afirmava ser um Estado elevando-se *acima* de sua sociedade, com os tecnocratas e os militares administrando atentos aos melhores interesses dos setores sociais nominalmente não representados. (...) Esta postura *não política* era o que mais agradava aos militares”. Cf. SKIDMORE, op.cit., p. 213.

¹⁵³ PEREIRA, 1992, op.cit., p. 91.

¹⁵⁴ Idem, *Ibidem*. p. 117.

conflitos foram ainda mais atenuados pela difícil relação que os grandes jornais passaram a ter com o recém empossado chefe da Coordenação Estadual de Relações Públicas, o carioca Luiz Henrique Palumbo Targat. Segundo o autor, se os líderes oligárquicos desconheciam Targat, este também não fazia ideia das peculiaridades da política e da imprensa catarinense.¹⁵⁵ Como observaremos doravante, a imprensa se tornou um palco de embates internos do partido da Arena no governo Colombo Salles.

Um dos nomes de grande destaque neste período foi o do deputado estadual Nelson Pedrini. Como presidente da Assembleia Legislativa – cargo pelo qual foi indicado por Salles – Pedrini proferiu constantes ataques às lideranças tradicionais.¹⁵⁶ Um dos ataques mais emblemáticos foi proferido em uma entrevista cedida para uma rádio de Joinville no dia 5 de julho de 1971, na qual um agressivo e enfático Pedrini afirmou que

não podemos ter o nosso Estado como se fosse uma grande fazenda onde três milhões de catarinenses que lá vivem fossem três milhões de peões a receber ordens ditadas por quatro famílias que mandam na política desde 1930. (...) Não serão meia dúzia de lavadeiras de fundo de quintal que farão eu me afastar das minhas diretrizes.¹⁵⁷

As ofensivas do presidente da Assembleia continuaram e também foram representadas nas páginas do JSC. Em um episódio que foi noticiado na capa do JSC como *Escândalo na Assembleia*¹⁵⁸, Pedrini acusou o ex-governador Ivo Silveira - e aliado político dos Ramos - de ter forçado os parlamentares a aprovarem com rapidez um projeto que nomearia novos funcionários para assim beneficiar a sua rede de contatos eleitorais por meio de cargos comissionados. Em réplica, os adversários de Pedrini, o acusaram de realizar uma péssima administração enquanto presidente da Assembleia, sendo que o principal foco das críticas foi o da presença de policiais militares na mesma. Estes controlavam o cartão de ponto dos funcionários da Casa, inclusive dos deputados, e a partir do início da sessão não era permitida a entrada ou saída de ninguém sem a devida autorização. Segundo Pedrini a medida não deveria causar temor aos deputados que cumpriam os seus horários, mas sim punir os que não respeitavam as normas.¹⁵⁹ Membros da Arena se aliaram à oposição do MDB para criticar o cerceamento da liberdade dos deputados de irem e virem. Em menos de duas semanas o caso foi resolvido com a dispensa dos serviços dos policiais na Assembleia.¹⁶⁰ Todavia, o

¹⁵⁵ PEREIRA, 2007, op.cit., p. 124.

¹⁵⁶ PEDRINI, op.cit., p. 165.

¹⁵⁷ PEREIRA, 2007, op.cit., p. 111.

¹⁵⁸ Escândalo na Assembleia. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 1, 29/9/1971.

¹⁵⁹ Idem, *Ibidem*, p.4

¹⁶⁰ Terminou o drama, final feliz sem PM. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 1, 9/10/1971.

tratamento dado pela imprensa ao episódio foi criticado pelo deputado estadual, e membro da ala *renovadora*, Henrique Córdova. Nas palavras deste

pode a imprensa usar do episódio, mas é forçoso que se diga, que aqui NENHUM ESCANDALO OCORREU. E, quem quiser fazer escândalo para fazer manchete, que faça também o escândalo. A ninguém, portanto, cabe o direito de ditar normas a homens como nós, que fomos trazidos pelo 'beneplácito do voto popular', de no mínimo dez mil votos. E, muito menos qualificar o que aqui se passa, de escândalo.¹⁶¹

O JSC respondeu as críticas de Córdova por meio do seu editorial do dia 9 de outubro de 1971, afirmando que apenas realizou o seu papel que lhe cabia como imprensa de informar e formar opinião e que “escândalo foi, efetivamente, o que houve na Assembleia. Escândalo, e não merece outro qualificativo o pronunciamento de um presidente de Assembleia que denuncia, da tribuna, um ex-governador”.¹⁶² Também houve resposta na coluna *Ponto por Ponto* assinada pelo jornalista Adolfo Zigelli, o qual ironizou o caso, comentado que “gostamos muito mais do Senhor Córdova como Deputado brilhante e advogado respeitado. O papel que começou a desempenhar não lhe assenta bem e não terá muito futuro com ele”.¹⁶³

Outro caso que demonstrou a desarmonia dentro da Arena foi o da renúncia do Secretário de Governo Victor Sasse no dia 21 de dezembro de 1971. O motivo foi a repercussão de uma entrevista que o então Secretário cedeu para o jornal gaúcho *O Correio do Povo* no dia 20 de dezembro de 1971. Sasse disse que “o governo de Santa Catarina conseguiu contornar a crise política com as lideranças tradicionais, surgida após uma manifestação do Presidente da Assembleia, sem fazer quaisquer concessões de caráter político ou administrativo”.¹⁶⁴ O Secretário também chegou a afirmar que “não abrimos concessões que proporcionassem às oligarquias maior participação e nem poderíamos abrir”.¹⁶⁵ Por fim, Sasse causou constrangimento ao responder a respeito de um possível retorno dos militares aos quartéis, tendo dito não sentir a “ingerência dos militares no governo e na política. Talvez porque o Estado tenha apenas uma unidade naval e a Marinha seja normalmente mais retraída”.¹⁶⁶

Como Secretário do Governo, Sasse era o representante direto de Salles no Rio Grande de Sul, e tais palavras de afronta às oligarquias tradicionais e uma possível alusão à intervenção da Marinha em questões políticas e administrativas não passaram despercebidas.

¹⁶¹ Agora Córdova culpa a imprensa. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 6/10/1971.

¹⁶² A imprensa e o escândalo. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 6/10/1971.

¹⁶³ ZIGUELLI, Adolfo. A crise e o governador. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 6/10/1971.

¹⁶⁴ ZIGUELLI, Adolfo. Secretariado, ponto final? **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 21/12/1971.

¹⁶⁵ Idem, *Ibidem*.

¹⁶⁶ Idem, *Ibidem*.

Ao chegar em Florianópolis no dia posterior a sua entrevista, Sasse não resistiu às pressões e pediu a renúncia.¹⁶⁷ Segundo o colunista Adolfo Ziguelli o pecado capital de Victor Sasse foi o entusiasmo quase juvenil e sua audácia em afrontar as lideranças tradicionais.

Moço e idealista, o Secretário do Governo tinha pressa, como tem pressa todos os que vem abrir as perspectivas de uma ação positiva na vida pública. Minimizou, contudo, a importância e o legado da tradição política, mãos invisíveis que do fundo da história estendem a sua influência e seu magnetismo sobre as ações do presente. E sucumbiu ante os longos braços das lideranças tradicionais, nascidas e educadas para o desempenho da função política.¹⁶⁸

O JSC foi palco dos embates internos da Arena em Santa Catarina, mas também podemos ver em suas páginas tentativas de conciliação. Colombo Salles convocou algumas reuniões com as lideranças oligárquicas buscando *apapar arestas*, sendo a primeira delas com o então Senador Antônio Carlos Konder Reis¹⁶⁹, e posteriormente com Jorge Konder Bornhausen e Renato Ramos da Silva.¹⁷⁰ Se em primeira instância o governador buscou confrontar diretamente as lideranças tradicionais da Arena, com o passar do tempo este decidiu por dialogar com estas.

A partir do ano de 1973 os rumos da política de renovação são alterados e o maior símbolo desta mudança de rumos do governo Colombo Salles foram: 1) a indicação do deputado Zany Gonzaga no lugar de Nelson Pedrini para a presidência da Assembleia Legislativa no ano de 1973; e 2) após a renúncia de Renato Ramos da Silva da presidência do Diretório Regional da Arena no final do ano de 1972, Colombo Salles indicou para o seu lugar Jorge Konder Bornhausen. Segundo Nelson Pedrini, o líder da *ala renovadora*, tais medidas foram consideradas pelos membros do seu grupo como verdadeiras traições por parte de Colombo Salles, pois estes nutriam expectativas de que o governador viesse a indicar membros do seu grupo para os dois cargos.¹⁷¹

¹⁶⁷ Em entrevista cedida ao Jornal de Santa Catarina e publicada no mesmo no dia 9 de fevereiro de 1972, Sasse afirmou ter adotado medidas saneadoras baseadas no Projeto Catarinense de Desenvolvimento e que iam de encontro aos interesses das oligarquias políticas, que contrariadas passaram a obstaculizar as suas ações. O trecho mais crítico da entrevista é o qual Sasse acusa “os grupos oligárquicos que se valem do passado político, glorioso, sem dúvida, desempenhado pelos partidos políticos, notadamente, os homens ligados ao PSD e UDN, para inteligentemente utilizá-los como instrumentos para a continuidade no uso de privilégios junto ao Governo. Este enfoque, caracterizadamente catarinense, faz do nosso Estado, um dos mais atrasados em política no contexto nacional”. Cf: Sasse explicando a sua saída do governo. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 22/09/1971.

¹⁶⁸ ZIGUELLI, Adolfo. A segunda queda. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 22/12/1971.

¹⁶⁹ ZIGUELLI, Adolfo. Konder Reis e este encontro que deixou a casa em ordem. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 22/09/1971.

¹⁷⁰ Renovação sem erradicação. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 9/10/1971.

¹⁷¹ De acordo com Pedrini, após os últimos meses de 1972, a pregação anti-oligarquica passou a se restringir somente aos parlamentares da Arena a partir do momento em que o governador Colombo Salles iniciou

O projeto de renovação seria abandonado de vez pelo Executivo Federal com a chegada de Ernesto Geisel à presidência e a indicação de Antônio Carlos Konder Reis para suceder Colombo Salles no governo do Estado. As questões que envolveram a escolha de Konder Reis para o cargo de governador nunca foram muito esclarecidas pelo alto escalão militar. De acordo com Yan Carreirão, os contatos deste com Golbery Couto Silva, então Ministro da Casa Civil, e com o presidente do diretório nacional do partido da Arena, o senador Petrônio Portella (Arena-PI), foram decisivos para a indicação.¹⁷² Também devemos enfatizar que Konder Reis era um político de prestígio em nível nacional, tendo exercido dois mandatos consecutivos como senador (1964-1969 e 1969-1975), além de ter sido o relator da Constituição de 1967 e ser o vice-presidente do Congresso no período de sua indicação.¹⁷³

Para Carreirão, a escolha de Antônio Carlos Konder Reis significava uma espécie de vitória das lideranças tradicionais em relação ao projeto de renovação do Executivo Federal. As oligarquias conseguiram resistir à interferência externa dos militares e concomitantemente souberam cooptar os setores de oposição à nível regional para o seu lado. Nas palavras do autor

a verdade é que o poder oligárquico se mostrou mais forte do que esperava a tecnocracia federal. Ao final do período, Colombo Salles já fazia um jogo ambíguo em relação às forças tradicionais da política catarinense; Nelson Pedrini virá a ser o líder do governo na gestão de Antônio Carlos e Henrique Córdova será o vice-governador de Jorge K. Bornhausen. De um lado ficou patente que a resistência ao poder oligárquico internamente à Arena catarinense não tinha consistência ideológica alguma – tratava-se de aproveitar o momento em que o poder central sinalizou para a 'renovação política', no intuito de ganhar o espaço ocupado pelas oligarquias; de outro lado, fica claro também o poder de composição das tradicionais forças políticas estaduais, cooptando seus principais 'inimigos internos' e conseguindo, no plano federal, o aval para a indicação dos dois próximos governadores.¹⁷⁴

negociações com membros da *ala tradicional* e cedeu espaço à estes dentro do partido. Para o então líder da ala renovadora “ficava cada vez mais evidente que o projeto de renovação política, em Santa Catarina, estava indo para o espaço. O governador Colombo Machado Salles, ao concordar com a escolha de Jorge Bornhausen para presidir a Arena, cometeu o seu segundo e fatal equívoco político. O primeiro foi concordar com a eleição do deputado Zany Gonzaga à presidência da Assembleia Legislativa, queimando os nomes, primeiro de Henrique Córdova e depois de Epitácio Bittencourt, com certeza, os seus dois mais leais e íntimos amigos políticos. Colombo Salles pagou, porque quis, um alto preço por sua ingenuidade política e porque nunca aceitou ouvir conselhos de amigos leais e que entendiam da arte. Em todo o seu governo, na parte política, prevaleceu a picardia de Aderbal Ramos da Silva, de Renato Ramos da Silva, de Jorge e Irineu Bornhausen e de Celso Ramos”. Cf: PEDRINI, op.cit., p.174.

¹⁷² CARREIRÃO, op.cit., p. 94-95.

¹⁷³ Para informações detalhadas a respeito da trajetória política de Antônio Carlos Konder Reis CF: KONDER, Victor Márcio. **Antônio Carlos Konder Reis: 50 anos de vida pública**. Itajaí: Oficina da Palavra de Itajaí, 1997.

¹⁷⁴ CARREIRÃO, op.cit., p. 94.

Enquanto isso, no outro lado, ao longo do governo Colombo Salles o MDB investia em planejamento e buscava crescer cada vez mais em número de filiados e em estrutura.¹⁷⁵ Mesmo que o MDB estivesse em franca ascendência, e já houvesse conquistado importantes cargos nas eleições municipais de 1972 (as prefeituras de Blumenau, Lages e Joinville), veremos que a vitória do partido oposicionista nas eleições de 1974 no âmbito estadual foi um fato novo na política catarinense.¹⁷⁶

Na cobertura das eleições de 1974 pelo JSC podemos perceber duas posturas diferentes dentro do próprio jornal em relação aos partidos políticos. De um lado o tom moderado do colunista Adolfo Zigeli, e do outro manchetes, reportagens e publicidade de campanha em favor da Arena. Na seção *Política* do jornal eram frequentes manchetes que visavam desacreditar o eleitor das intenções do MDB¹⁷⁷, e de uma possível vitória do partido no Estado¹⁷⁸, sendo o principal enfoque das notícias supostas rixas internas dentro do partido e um descontentamento dos membros em relação ao candidato ao Senado, o ex-prefeito de Blumenau, Evelásio Vieira. Temos um exemplo deste ataque à Evelásio na notícia abaixo:

Já o MDB, que no início realizou uma grande arrancada, principalmente nos pronunciamentos, segundo membros do seu diretório, está nestes últimos dias, com suas energias praticamente esgotadas, acentuando-se mais a desunião entre os seus membros, havendo casos em que candidatos e deputados federais, não esconderam o descontentamento pelos assuntos abordados pelo candidato ao Senado Evelásio Vieira. Este que elaborou vários roteiros, e não seguiu nenhum deles, vai encerrar também a campanha através de um pronunciamento, mas o MDB nacional, compreendendo naturalmente a pouca experiência do catarinense, envia sábado o Senador Franco Montoro (...).¹⁷⁹

Ao mesmo tempo que Evelásio Vieira era combatido nas reportagens e notícias, o candidato da Arena ao senado, o tradicional político e ex-governador do Estado, Ivo Silveira, tinha a sua publicidade de campanha estampada quase que diariamente no jornal, e na maioria dos casos na capa.¹⁸⁰ Outros candidatos da Arena também se utilizaram desta ferramenta de publicidade nas páginas do JSC, tais como os candidatos a Deputado Federal, Aroldo Carvalho e Zany Gonzaga, e o candidato a Deputado Estadual Luís Antônio Soares.

¹⁷⁵ Idem, *Ibidem*, p. 100.

¹⁷⁶ Nas eleições de 1970 a Arena havia conseguido eleger 26 deputados estaduais contra 11 do MDB em Santa Catarina, Já nas eleições de 1974 o resultado ficou 22 deputados para Arena, contra 18 do MDB. Cf. PEDRINI, *op.cit.*, p. 162.

¹⁷⁷ União nacional, tese que ainda não preocupa o MDB. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 11/11/1974.

¹⁷⁸ Franco Montoro não crê na vitória do MDB em SC. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 8/11/1974.

¹⁷⁹ Arena e MDB aceleram campanhas. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 7/11/1974.

¹⁸⁰ **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 1, 10 e 11/11/1974.

O resultado das eleições foram desfavoráveis para a Arena. Na disputa para o Senado, Evelásio Vieira venceu o ex-governador Ivo Silveira. Na Câmara Federal e Assembleia Legislativa as vitórias foram da Arena - 9 deputados federais eleitos pela a Arena contra 7 do MDB, e 22 deputados estaduais eleitos pela a Arena contra 18 do MDB.¹⁸¹ Mesmo assim, o inédito equilíbrio de forças entre os partidos constituiu um fato inédito na política estadual.

Cabe aqui também uma análise dos depoimentos cedidos pelo candidato arenista derrotado ao senado em 1974, Ivo Silveira, ao jornalista Moacir Pereira nos anos de 1997 e 1998, e presentes no livro *Ivo Silveira: um depoimento*. O ex-governador Ivo Silveira explica a sua derrota pelo fato de ter sido vítima de um momento político em que a conjuntura dos fatos não lhe era favorável nos dois níveis. No estadual, Silveira cita o conturbado governo de Colombo Salles e a série de conflitos entre as tradicionais famílias catarinenses e o governo federal, além de desavenças internas entre estas famílias e o governador. Enquanto no âmbito federal, para Silveira, os *ventos da mudança* começaram a soprar e o regime militar dava sinais evidentes de estar esgotado.¹⁸²

Porém, a questão mais interessante que Silveira coloca é a da complicada aliança proposta pela Arena para as eleições de 1974, na qual ele seria o candidato para senador do partido, enquanto Antônio Carlos Konder Reis já havia sido indicado para ser o próximo governador. Nas eleições de 1965, antes dos partidos serem fechados, Ivo Silveira foi candidato a governador pelo PSD e Antônio Carlos Konder Reis pela UDN e estes travaram uma das disputas eleitorais mais acirradas e polêmicas do Estado.¹⁸³ A população não teria

¹⁸¹ **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 1, 18/11/1974.

¹⁸² PEREIRA, Moacir (org.). **Ivo Silveira: um depoimento**. Florianópolis: Insular, 1998. p. 75-77.

¹⁸³ Durante a campanha, espalhou-se o boato de que o candidato a vice-governador de Ivo Silveira, o deputado estadual Francisco Dall'Igna (PTB) seria comunista, e que Silveira poderia trilhar o mesmo caminho. Os candidatos iniciaram uma campanha de desmistificação desta imagem perante a população indo buscar apoio nos setores eclesiásticos do Estado, sendo que estes foram ao seu encontro e declararam que ambos eram cristãos temerário a Deus. Ivo Silveira vence a eleição, mas nos primeiros meses de seu governo, em 1966, Francisco Dall'Igna tem o seu mandato de vice-governador cassado pelo regime. Silveira é pressionado por ambos os lados, pois o partido arenista está dividido entre antigos membros do PSD e da UDN e que disputam espaço dentro do seu governo, ambos querendo que o seu candidato fosse o candidato do partido para o Senado nas eleições de 1966. Celso Ramos (ex-PSD) é o candidato da oligarquia Ramos que ajudou Silveira a se eleger governador e Irineu Borhausen (ex-UDN) é o candidato da oligarquia Konder Reis-Borhausen, que recebe grande apoio das forças armadas por serem '*revolucionários de primeira hora*' – inclusive o Presidente Castelo Branco manda um enviado especial para conversar com Silveira e pressioná-lo a favor da candidatura de Borhausen. Silveira resolve a questão de um modo diplomático: Celso Ramos é escolhido o candidato para o Senado e Irineu Borhausen retira a sua candidatura, mas um membro da antiga UDN ficaria com o cargo de vice-governador, sendo indicado por Irineu o seu filho, Jorge Borhausen. O grande empecilho é que Jorge Borhausen não possuía a idade necessária para assumir o cargo segundo a Constituição Estadual, a qual seria de, no mínimo, 35 anos. Uma grande negociação política se inicia, a qual envolveu diretamente o Presidente Humberto Castelo Branco e o presidente nacional da Arena, Daniel Krieger, e uma emenda constitucional é aprovada na Assembleia Legislativa reduzindo a maioria necessária ao cargo de 35 anos para 25. Embora a questão tenha sido resolvida entre as oligarquias e o regime, o governador paga o preço, pois a população não recebe nada bem o seu estrategismo político, afinal de contas, Silveira sempre foi duro crítico e rival político dos Konder Reis-Borhausen durante os tempos de

recebido bem a aliança entre os dois políticos para as eleições de 1974, pois o passado de ambos era de verdadeiros desafetos, o que nos demonstra que mesmo anos após a fundação da Arena e do MDB, o legado dos partidos da UDN, PSD e PTB ainda faziam parte da cultura política catarinense. Outro ponto colocado por Silveira é de que ninguém do governo federal, nem estadual quis se envolver na sua candidatura, faltando mobilização por parte destes em sua campanha e também da Arena, que não trabalhou como devia. Enquanto a Arena apostava no lema *Vote em quem decide!*, a oposição emedebista respondia em bom tom com o lema *Quem decide é o povo!*, o que de fato aconteceu.¹⁸⁴

O resultado das eleições foram pauta do JSC, inclusive com destaque nos editoriais do jornal. Enquanto os votos ainda estavam sendo apurados, o JSC compartilhava do sentimento de surpresa de grande parte da nação em relação à quantidade de votos do MDB, mas ainda assim mantinha uma postura confiante em relação aos candidatos da Arena. No seu editorial do dia 17 de novembro de 1974, embora Evelásio Vieira já liderasse a disputa pelo senado com folga de mais de 30 mil votos, e com grande parte das urnas do Estado apuradas, o JSC ainda acreditava que poderia haver uma reviravolta quando fossem apurados os votos de Florianópolis.¹⁸⁵ Como sabemos, tal reviravolta não ocorreu.

Com a vitória do MDB consagrada coube ao JSC proferir o seu discurso derrotista. No editorial do dia 18 de novembro de 1974, intitulado de *Maior responsabilidade*, o JSC não parabenizava o MDB por suas vitórias, mas o lembrava do peso da responsabilidade adquirida com estas.

Tanto o número de vitórias como a quantidade de votos depositados em seus candidatos conferem ao MDB uma responsabilidade muito grande: a responsabilidade de um partido adulto com um papel bem definido na vida política do país. Até aqui, o MDB, salvo em alguns estados, onde se mostrava mais forte, mais coeso e por isso mesmo, mais maduro, vinha mantendo um comportamento de um adolescente: voluntarioso, contraditório e, até mesmo, irresponsável. A responsabilidade que a espetacular votação alcançada confere ao MDB é a responsabilidade de fazer oposição sem contestação. Fiscalizando atos do governo, criticando e até mesmo denunciando, porém, com os pés no presente, sem pretender voltar ao passado.¹⁸⁶

As alusões ao '*passado adolescente*' do MDB são críticas diretas à ala radical do partido, e muito provavelmente ao caso do ex-deputado emedebista Márcio Moreira Alves em

UDN e PSD. Cf. PEREIRA, 1998, op.cit., p. 39-75.

¹⁸⁴ PEREIRA, 1998, op.cit., p. 77-82.

¹⁸⁵ As surpresas. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 17/11/1974.

¹⁸⁶ Maior responsabilidade. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 18/11/1974.

1968, evento intimamente ligado com o fechamento do Congresso e a edição do AI-5.¹⁸⁷ Para o JSC, o que se encontrava em 1974 era um novo MDB - um '*MDB adulto*' - que visava dialogar e colaborar com o regime, além de auxiliar no projeto de distensão.

Durante os dias 24 e 29 de novembro de 1974, o jornalista Adolfo Zigelli publicaria no JSC uma série de cinco textos intitulados *Mitos da Arena*, nos quais teceu pesadas críticas ao partido. O jornalista atacou desde a própria origem elitista e autoritária do partido, a sua preferência por uma política de gabinetes em detrimento as aspirações populares e a falta de uma ideologia partidária do mesmo, além da paradoxal posição de partido do governo sem estar no governo. Para Zigelli, o partido sofreu com a pesada intervenção da tecnocracia federal, simbolizada pelo governo Salles, sendo que nas palavras deste: “a tecnocracia (e não os técnicos) está em mare vazante, convencida de que, num regime democrático, quem ganha as eleições são os políticos. E quem sustentar o contrário que aponte um técnico entre os comandantes da vitória emedebista”.¹⁸⁸ E em relação a campanha do MDB, Zigelli afirmou:

A isso chama-se estruturação de um partido. Que não é feito apenas com a invocação reverente dos deuses da mitologia política, em velhos e fantásticos rituais, mas produtos de um trabalho consciente e penoso, no contato direto e frequente com as populações. E o que fez a Arena durante todo esse tempo? Cindiu-se na Assembleia, discutiu o sexo dos anjos, brigou no diretório, desentendeu-se com o governo e o governo com ela, mas acima de tudo, acreditou demais no mito da invencibilidade, fruto das urnas de 1970.¹⁸⁹

Após as eleições, os próprios partidários faziam as suas análises da situação de seus respectivos partidos. Nas palavras do deputado estadual da Arena, Zany Gonzaga, “a Arena é um partido que tem cacique, mas não tem índios”¹⁹⁰, e nas palavras de Evelásio Vieira, “o MDB é um exército de grandes soldados sem generais”.¹⁹¹

Se após a vitória no pleito de 1974 o senador Franco Montoro qualificou a vitória do MDB como uma vitória contra o governo Médici¹⁹², podemos, no âmbito estadual, qualificar a vitória do partido de oposição também como uma vitória contra Colombo Salles. Ao longo deste subcapítulo, pudemos ver que o resultado das eleições de 1974 não pode ser compreendido levando em conta somente as questões da política nacional de uma forma macro. Embora a indicação de Colombo Salles ao cargo de governador esteja intimamente ligada a uma política nacional do governo Médici, as relações no âmbito estadual

¹⁸⁷ Cf. ALVES, Márcio Moreira. 68 mudou o mundo. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1993.

¹⁸⁸ ZIGUELLI, Adolfo. Os mitos da Arena (III). *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, p. 2, 26/11/1974.

¹⁸⁹ ZIGUELLI, Adolfo. Os mitos da Arena (IV). *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, p. 2, 29/11/1974.

¹⁹⁰ Lazinho: o MDB é um exército sem general. *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, p. 2, 21/11/1974.

¹⁹¹ Idem, *Ibidem*.

¹⁹² SKIDMORE, op.cit., p. 339.

estabelecidas a partir desta indicação complexificam este processo histórico e nos apresentam uma realidade mais ampla.

O governo de Colombo Salles é um grande exemplo de como a forma autoritária com que os militares buscavam intervir na política nacional gerava uma série de desgastes na sua relação com a sociedade civil. O uso instrumental do partido da Arena por meio da política de combate às oligarquias acabou não gerando os resultados esperados, mas sim adversos, pois os conflitos internos já existentes no partido da Arena em Santa Catarina foram atenuados. E dentro destes conflitos políticos, o JSC não apenas serviu como um agente informativo dos conflitos internos do partido da Arena, mas também político, pois como um jornal diretamente influenciado pela oligarquia Konder Bornhausen, posicionou-se abertamente favorável a *ala tradicional* do partido.

Dois importantes eventos ocorreram em meados da década de 1970 e que transformam a realidade do partido da Arena e do JSC. O primeiro deles ocorre no dia 15 de março com a posse de Antônio Carlos Konder Reis como governador de Santa Catarina e o seu secretariado formado não mais por técnicos, mas sim por políticos do partido da Arena. Já o segundo evento influi diretamente no JSC, pois no ano de 1976 o grupo de empresários responsáveis pelo jornal decide transferir o controle acionário deste para um novo grupo de empresários e políticos da Arena. Adiante poderemos observar que a posse de Konder Reis atrelada as mudanças na direção do jornal vieram para intensificar as ações do partido da Arena na forma do JSC fazer jornalismo. Se do ponto de vista da imprensa nacional o ano de 1975 simbolizava mudanças que visavam o fim da censura prévia por parte do Estado, o que veremos no JSC é uma intensificação do caráter conservador do jornal e um apoio cada vez mais ostensivo ao governador Antônio Carlos Konder Reis, ao presidente Geisel e aos ideais '*revolucionários*'.

3.2 – O JSC e o governo Antônio Carlos Konder Reis: o tempo dos políticos (1975-1979)

Se no momento da posse de Colombo Salles no dia 15 de março de 1971 as oligarquias eram consideradas pelo regime militar como inimigas internas deste, quatro anos depois, no dia 15 de março de 1975, estas retornavam ao poder do Executivo Estadual. Após resistir às ofensivas do projeto de renovação política, as oligarquias voltavam ao poder por meio do governo de Antônio Carlos Konder Reis e encontravam uma situação difícil pela frente. Com a vitória do MDB nas eleições de 1974, coube à gestão de Konder Reis o papel

de evitar novas derrotas da Arena em Santa Catarina no pleito municipal de 1976 e no nacional de 1978. Enquanto um jornal vinculado aos interesses políticos da oligarquia Konder Bornhausen, o JSC foi um exímio defensor das políticas de Konder Reis e buscou intervir de forma direta nas campanhas eleitorais do partido da Arena neste período. Eventos como a Lei Falcão e o Pacote de Abril também foram registrados nas páginas do jornal de forma muito peculiar.

Após as eleições de 1974 e a indicação dos novos governadores, a formação do secretariado de Konder Reis era o ponto das atenções do JSC. Em Santa Catarina, o governador Antônio Carlos Konder Reis buscou privilegiar a classe política no seu secretariado, indicando para o cargo de Secretário da Justiça o deputado estadual Zany Gonzaga.

No dia 1º de março de 1975, dia da posse dos membros eleitos para o Legislativo, o JSC fez uso do seu editorial para enviar uma mensagem aos políticos da Arena e do MDB a respeito da responsabilidade que estes teriam pela frente neste novo contexto político.

A legislatura que hoje se instala, tanto em Brasília como em Florianópolis, é a primeira, desde o advento da Revolução, que inicia sob o signo da distensão política. Até aqui, todas as iniciativas políticas, mesmo dentro do próprio governo, eram desencorajadas cautelosamente. Com a mudança de governo, em março do ano passado, os horizontes foram clareando, por paradoxal que pareça, e o povo foi mais sensível que os próprios políticos. Prova disso foram os resultados das eleições de novembro, em que os dois partidos foram apanhados de surpresa. A Arena, porque jamais sonhara com as derrotas sofridas; e o MDB porque, mesmo crendo em algumas vitórias não imaginava sua dimensão. Desse momento em diante, passou a ser acelerada a distensão, com o próprio presidente da República exigindo vitórias eleitorais da Arena. Em outras palavras, o presidente quer um partido menos acomodado, que saia às ruas em busca de votos. Ele quer, em resumo, que a Arena seja forte por seus próprios méritos e pelo calor que o governo lhe empresta. Sob esse signo é que se instala a 8ª legislatura. Pelo dito acima, deduz-se claramente que a responsabilidade dos políticos passa a ser maior. Até aqui, eles raramente eram consultados nas decisões. De agora em diante, especialmente após a posse dos novos governadores, todos eles políticos, eles serão pacientemente ouvidos. E é exatamente aqui, que nos vemos no dever de lançar um alerta, tanto a Arena quanto ao MDB: aos políticos, e somente a eles, compete decidir sobre a continuidade da abertura iniciada. De sua postura, de suas ações, de suas palavras depende o prosseguimento da marcha em direção à plenitude democrática que o Brasil inteiro deseja. Esperamos que eles estejam à altura deste momento.¹⁹³

Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, a ideia de que '*somente aos políticos*' competia decidir sobre a continuidade da abertura não correspondia à realidade, pois o destino

¹⁹³ Maior responsabilidade. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 1/03/1975.

desta nunca de fato esteve *somente* nas mãos dos políticos, mas tal como discutimos previamente (ver p. 23-35), ela esteve em constante disputa entre vários setores da sociedade brasileira. A falta de confiança na classe política por parte de Geisel era notória e simbolizada pelo contínuo uso arbitrário do AI-5, pelas cassações de parlamentares de ambos os partidos, e principalmente pela implementação de medidas autoritárias como a Lei Falcão e o Pacote de Abril (ver p. 27-31). Muitos membros da própria Arena passaram a criticar abertamente o governo Geisel pela falta de liberdade concedida à estes para o exercício da política.

No caso de Santa Catarina, no ano de 1975, o deputado estadual da Arena Martinho Herculano Guizzo perdeu o seu mandato parlamentar por ter sido acusado de infidelidade partidária, e considerado culpado pelo Diretório Regional da Arena. O motivo alegado apenas corrobora a difícil relação entre o partido e o governo Geisel.

O senhor Martinho Guizzo disse concordar com os pronunciamentos do MDB, segundo os quais, os parlamentares da Arena são meros homologadores de decisões. Dessa declaração pública aos jornais, contendo a mais contundente crítica ao próprio partido político, Arena, e que por si só já constitui violação flagrante ao disposto no Art. 74, inciso II, da lei nº5682, de 21 de julho de 1971 (...).¹⁹⁴

As divergências internas no partido da Arena continuaram a surgir no governo de Konder Reis. Podemos encontrar nas páginas do JSC um curioso relato a respeito da luta do presidente do diretório estadual do partido, Jorge Konder Bornhausen, na busca por um consenso neste. Segundo o colunista Túlio Maraschino,

ninguém mais do que o Senhor Jorge Konder Bornhausen, digam dele o que quiserem dizer os seus inimigos declarados ou contestadores gratuitos, tem dado de si pela unificação da Arena catarinense. Qualquer observador, mesmo equidistante dos assuntos partidários, se quiser ser justo, reconhecerá a dureza e aridez do terreno semi-cultivado durante estes últimos anos e ninguém poderá atribuir ao atual presidente da Arena catarinense a pecha do comodismo ou do alheamento às coisas do partido. Mas, se desse trabalho já resultaram fenômenos inesperados – tanto os positivos como os negativos – há uma situação que não cabe ao Senhor Jorge Bornhausen e nem mesmo qualquer outro em seu lugar estaria apto a resolver: o comportamento pessoal dos indivíduos. A Arena hoje, sabe Deus porque misterioso processo, a partir dos diretórios municipais, por defectiva variação de finalidades, é uma espécie de pia de lamentações, onde cada qual deseja ter o 'sagrado direito' de ir despejar suas queixas, ódios, lágrimas e lamentações. Como não é boa a safra dos idealistas, e nem os tempos colaboram para que esta melhore, o partido – antes de ser partido – vive a mercê de uma vocação interesseira, que surge de baixo para cima e de todos os lados. Não é a Arena pois, mas os indivíduos que a compõe (ou que a descompõe), que precisam

¹⁹⁴ GRINBERG, 2009, op.cit., p. 224.

ser modificados.¹⁹⁵

Embora a questão das disputas internas da Arena fosse muito mais complexa do que um mero problema de *comportamento pessoal dos indivíduos*, podemos ver que nem mesmo sob o comando de tradicionais políticos como Antônio Carlos Konder Reis e Jorge Konder Bornhausen a Arena parecia solucionar as suas crises e conseguir a desejada unificação.

Entretanto, podemos distinguir de forma clara os diferentes meios utilizados por Colombo Salles e Antônio Carlos Konder Reis de buscarem a unificação do partido da Arena. Enquanto o primeiro buscou por meio do confronto eliminar os setores de oposição ao seu governo, Konder Reis parecia privilegiar o diálogo à cooptação de seus opositores. Os melhores exemplos desta política são Nelson Pedrini e Henrique Córdova. Estes, que eram antigos membros da dita *ala renovadora*, foram cooptados pela oligarquia Konder Bornhausen. Pedrini foi o líder do governo de Konder Reis na Assembleia durante o final da sua gestão, e quando Jorge Konder Bornhausen assumiu o cargo de governador, escolheu Henrique Córdova para ser o seu vice-governador.¹⁹⁶

O ano de 1976 marcou uma importante mudança no JSC. Os antigos donos do jornal, Caetano Decke e Wilson Freitas Melro passaram o controle acionário do mesmo para um novo grupo de empresários e políticos formado por Mario Petrelli, Flávio Coelho, Lincoln Tarquini, Alceu Gugelmin, João Saad, Carlos Guilherme Addor e os irmãos Jorge Konder Bornhausen e Paulo Konder Borhausen.¹⁹⁷ No cargo de redator-chefe, temos a saída do principal idealizador do jornal, o gaúcho Nestor Fedrizzi, para a entrada de Victor Márcio Konder¹⁹⁸, jornalista e primo de Antônio Carlos Konder Reis.

Após a mudança na direção do JSC, não houve mais espaço no jornal para tons

¹⁹⁵ MARASCHINO, Túlio. Pela base. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 7, 1/03/1975.

¹⁹⁶ CARREIRÃO, op.cit., p. 94.

¹⁹⁷ PEREIRA, 1992, op.cit., p. 125.

¹⁹⁸ A trajetória política e profissional de Victor Márcio Konder é no mínimo curiosa e digna de nota. Militante da esquerda radical entre os anos 30 e 60, viveu no centro do cenário político nacional, sendo inclusive filiado ao Partido Comunista Brasileiro e convívio ao lado de personagens como Luis Carlos Prestes, João Amazonas e João Goulart. Victor Márcio Konder estudou o secundário na cidade do Rio de Janeiro, formando-se em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. No período em que cursou a faculdade (década de 40) teve intensa militância no movimento estudantil, chegando a ser diretor do Centro dos Estudantes Cariocas, bem como dirigente e orador da UNE – União Nacional de Estudantes. Sua participação nos movimentos estudantis o estimulou a escrever de forma sistemática para a imprensa carioca e nacional, fato que posteriormente o levou a ser articulista do *Jornal do Brasil* e *Folha de São Paulo*, além de colaborar com as tradicionais publicações de esquerda *Voz Operária* e *Folha do Povo* (de Pernambuco). Por esta militância chegou a ser preso em duas oportunidades e cassado pelo AI-5 após 1968. Após este período, Victor Márcio Konder revisa os seus princípios ideológicos, passa a trabalhar como redator para o *Jornal de Santa Catarina*. A reviravolta política é tamanha que após a reforma partidária Victor Márcio Konder chega a se filiar ao PFL. Muitas das informações a respeito de sua trajetória de vida se encontram nos livros: KONDER, Victor Marcio. **Militância**: cenas da vida política nacional, no período 1935-1956, vistas, ou entrevistas. São Paulo (SP): Arx, 2002; KONDER, Rosa Weingold; RIBEIRO, Túlia de Freitas. **Victor Marcio Konder**: um homem de múltiplas facetas. Florianópolis, SC: IEA Ed.; Brasília: ITN, 2006.

moderados como o do antigo colunista Adolfo Zigelli, ou para qualquer outra voz que dessoasse da conservadora linha editorial. Uma única e dominante voz tomava o espaço político do JSC com intuítos claros de: 1) apoiar o governo '*revolucionário*' de Ernesto Geisel e seu projeto de distensão; 2) defender o governo de Antônio Carlos Konder Reis em SC, o qual, na concepção do JSC, simbolizava e reproduzia de modo fiel no âmbito estadual o governo de Geisel e seu projeto de distensão; 3) favorecer as campanhas do partido da Arena e seus membros em SC; 4) combater de forma ampla o MDB e seus membros. O jornal se tornou um verdadeiro porta-voz dos governos de Geisel e Konder Reis no nível estadual e uma ferramenta de campanha política arenista.

O JSC buscou alimentar uma imagem de alinhamento pleno entre o Executivo Federal chefiado pelo presidente Geisel e o Executivo Estadual liderado por Antônio Carlos Konder Reis. Ao longo da campanha eleitoral de 1976 esta suposta harmonia foi alimentada e utilizada para confrontar a campanha do MDB e reforçar que sob novas circunstâncias históricas, o feito do partido de oposição em 1974 não voltaria a se repetir. Podemos ver este posicionamento no editorial de 1º de outubro de 1976 do JSC:

Alguns representantes opositoristas já estão arranjando desculpas para justificar os possíveis, e prováveis, resultados das eleições de novembro. O que é bem significativo se consideramos que, até bem pouco, os homens do MDB, com base nos êxitos obtidos pelo partido em 1974, vinham ostentando um ar de grande confiança no próximo julgamento popular, até mesmo mal contida euforia ante a expectativa de um sucesso que seria estrondoso. Esses senhores deviam saber que a história não se repete e que um episódio, por mais expressivo que seja, considerado isoladamente, não autoriza conclusões definitivas. O fato é que a campanha eleitoral entrou em andamento e os homens mais realistas da grei opositorista começaram a perceber que o sentir da opinião pública é algo bastante diferente do estado de espírito corrente entre os grupos mais restritos que frequentamos. Eles contavam, naturalmente, com as dificuldades econômicas da hora presente para empolgar o eleitorado através o expediente fácil de lançar às costas do Governo e da Arena a culpa pelas aperturas atuais, especialmente a alta do custo de vida, que ainda está crescendo a um ritmo indesejável. Mas eles não contavam com a liderança firme do Presidente Ernesto Geisel que, reconhecendo honestamente a existência de dificuldades, empenha-se numa luta incansável para neutralizar essas tendências negativas e prosseguir, tenazmente, no trabalho de assegurar a continuação do desenvolvimento. E o povo está compreendendo isso e vem demonstrando, sob diversas formas, a sua confiança na ação do Presidente. De outra parte, em nosso Estado, o Governador Konder Reis está fazendo uma obra administrativa cuja importância já ninguém mais pode negar, a não ser através de palavras vazias. E o Governador, muito justamente, tal como o faz Ernesto Geisel em escala nacional, está pedindo que isso seja reconhecido concretamente pelo povo através do voto. Vêm então certos líderes da Oposição, como o Deputado Jaison Barreto há dias, e reclamam contra 'os métodos de pressão como nunca foram usados', etc e tal, muito embora eles continuem

livremente a fazer a sua campanha, inclusive com acusações infundadas ao governo revolucionário. Essas alegações, entretanto, têm toda a feição de uma justificativa prévia para um possível fracasso do MDB nas urnas e traduzem o receio de que isso venha a ocorrer realmente.¹⁹⁹

Uma verdadeira guerra foi lançada para as eleições de 1976, na qual o JSC tomou partido favorável à Arena. Embora o jornal sempre tenha apoiado de forma direta, ou indireta, os membros da Arena em eleições anteriores, ainda não o havia realizado de forma tão aberta e declarada como nestas eleições. Nos meses que antecederam a disputa eleitoral de 1976 os editoriais do JSC foram quase todos reservados para enaltecer a política de distensão do presidente Geisel, o governo de Antônio Carlos Konder Reis e atacar abertamente o MDB e seus membros. A partir do mês de outubro, além dos editoriais, e das notícias tendenciosas, uma nova coluna anti-emedebista estreava no jornal, a Coluna Ingo Hering, a qual será analisada à parte no próximo capítulo desta monografia.

Muitas ferramentas foram utilizadas para enaltecer o governo e o partido da Arena. Desde editoriais que se viam na necessidade de reiterar como “o Presidente Geisel se sentirá muito mais estimulado a prosseguir na execução do seu projeto na medida em que o povo manifestar o seu apoio de maneira concreta, votando no partido que o representa, a Arena”.²⁰⁰ Ou declarações de cunho visivelmente eleitoreiro de Konder Reis, tal como a de que “seu governo é para todos, sem injustiças, sem perseguições e sem arbitrariedade, mas que [segundo Konder Reis] 'o meu partido é o modo pelo qual se consegue se comunicar com o governo’”.²⁰¹

Os ataques diretos aos políticos emedebistas foram vários. O então deputado Jaison Barreto foi acusado pelo jornal de ter chamado os seus adversários de *vagabundos* em um comício em Brusque.²⁰² Segundo o JSC, também em um comício, o candidato a prefeito de Blumenau pelo MDB, Renato Vianna, teria usado de linguagem insultuosa, inadmissível numa oração política, contra o governador Antônio Carlos Konder Reis.²⁰³ E por fim, uma das acusações mais curiosas se encontra em uma notícia em que o senador do MDB, Evelásio Vieira, teria dito preferir uma vitória da Arena na prefeitura de Blumenau, do que uma vitória do seu correligionário, Milton Pompeu.²⁰⁴

Duas questões nos chamam a atenção nesta última notícia. A primeira é o uso do JSC das próprias rixas internas do MDB para miná-lo, pois Evelásio não apoiava a sub-legenda do

¹⁹⁹ Da euforia à dúvida. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 1/10/1976.

²⁰⁰ As eleições serão também um teste. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 5/10/1976.

²⁰¹ Konder Reis diz que governa para todos. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 6/10/1976.

²⁰² Destempero e incoerência. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 9/10/1976.

²⁰³ O candidato que fálhou. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 11/10/1976.

²⁰⁴ Lasinho prefere Arena a Pompeu. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 13/10/1976.

partido liderada por Milton Pompeu para prefeito da cidade, mas a de Renato Vianna. E a segunda é a data escolhida para publicação da notícia, pois segundo a própria notícia do JSC, a entrevista do Senador concedida à revista *Veja* foi publicada na mesma no mês de outubro, mas somente publicada no JSC dias antes das eleições no mês de novembro. O JSC ainda buscava influenciar a opinião pública por meio do seu último editorial publicado antes das eleições de 1976, intitulado *A significação de um voto*.

Com todo o respeito que merecem os nossos leitores emedebistas, assim como o próprio partido da oposição, julgamos do nosso dever, como órgão de opinião, alertar aos eleitores, especialmente aqueles que não estão comprometidos com legendas, para a importância particular que assumiu o pleito de 15 de novembro. Por uma série de circunstâncias da situação brasileira, estas eleições não representam apenas a escolha dos novos dirigentes municipais. Sua significação será muito maior. Elas servirão para aferir, em escala nacional, o grau de apoio declarado que o povo brasileiro concede ao Presidente Geisel e ao seu projeto político de 'plenitude democrática'. De outra parte, em nosso Estado, o voto de agora será também, um voto de confiança na Administração Konder Reis, perfeitamente sintonizada com a orientação do Presidente Geisel. Os destinos imediatos do País e de nosso Estado irão depender, em medida considerável, dos resultados deste pleito de caráter local. Porque se os candidatos de Geisel conquistarem uma vitória expressiva no conjunto do País, isso representará um forte apoio aos esforços que o Governo Federal vem fazendo para assegurar o desenvolvimento do País em meio a todas as dificuldades criadas pela crise mundial gerada pela alta do petróleo e especialmente à luta que o Presidente se vem empenhando no sentido de aperfeiçoamento do regime, com o fortalecimento da democracia entre nós. E representará, para o nosso Estado, a continuidade e o revigoramento do trabalho altamente positivo que a Administração Konder Reis vem desenvolvendo em favor do Estado. Naturalmente, o Sr. Konder Reis, sendo quem é, tratará de cumprir com os seus deveres de qualquer forma; procurará, com o maior empenho cumprir o seu programa e os seus objetivos, quaisquer que sejam os resultados do pleito. Mas se o governador receber uma demonstração de confiança da grande maioria do povo, através da eleição dos candidatos recomendados por ele, especialmente nos municípios mais importantes, terá condições de realizar um melhor trabalho ainda em prol de Santa Catarina. Mais do que o voto numa legenda, o voto do dia 15 poderá ser um voto decisivo para o desenvolvimento político do País e para a prosperidade de Santa Catarina.²⁰⁵

Segundo o relato do líder emedebista, Dejandir Dalpasqualle, a imprensa não foi o único recurso utilizado pelo governo Estadual para influenciar a opinião pública nas eleições de 1976. Segundo o deputado, o governo também se utilizou de forma indevida da máquina pública, realizou coerção psicológica e moral, chegando até a se utilizar da política militar para fins repressivos. De acordo com Dalpasqualle o que

²⁰⁵ A significação de um voto. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 14 e 15/10/1976.

nós assistimos em 76, não foi propriamente uma eleição, foi uma guerra (...). O que nós assistimos (...) por parte do partido do governo foi o uso da máquina administrativa do Estado de SC. Podemos dizer que foi a corrupção que o BESC, o BRDE, o BADESC, a Caixa Econômica serviram para emprestar dinheiro às empresas, muitas delas que se encontravam em situação difícil, com o comprometimento dessas empresas de aplicarem uma parte na eleição municipal e ainda com o compromisso de auxiliarem com o seu trabalho na campanha eleitoral através de seu trabalho. Além disso, nós assistimos à pressão do Governo do Estado em cima dos funcionários públicos, procurando de um a um professores e outros funcionários do Estado e ameaçando-os a todos instante. Além disso, ainda assistimos à violência, onde a polícia participava armada de metralhadora, ameaçando os homens, os políticos do MDB, procurando amedrontar aqueles que eram simpáticos aos MDB.²⁰⁶

Segundo Carreirão, de fato o uso do aparelho financeiro do Estado durante o governo de Antônio Carlos Konder Reis estava nas mãos de membros de sua família: seu irmão, Vítor Konder Reis, foi Diretor do Crédito Rural do BESC e seu primo, Jorge Konder Bornhausen, foi presidente do BESC. De acordo com um levantamento feito por este autor, algumas empresas têxteis da cidade de Blumenau desempenhavam um papel importante nas campanhas eleitorais, e não somente por meio de financiamentos, mas inclusive demitindo empregados que votassem em favor do MDB.²⁰⁷

Cabe-nos ressaltar a disparidade em relação à estrutura que ainda existia entre ambos os partidos. Segundo Carreirão, embora o MDB continuasse crescendo e abrindo cada vez mais diretórios, a diferença entre ambos os partidos era suntuosa. De acordo com o autor, desde as eleições municipais de 1968 a Arena disputava as eleições para prefeito em todas as cidades do Estado e o MDB em 1976 só havia conseguido lançar candidatos a prefeito em 90% dos municípios.²⁰⁸

O resultado das eleições de 1976 em Santa Catarina foi uma grande vitória da Arena, tendo eleito 83% das prefeituras do Estado. Todavia, o MDB ainda manteve prefeituras importantes em centros urbanos como Blumenau, Joinville e Lages. Nas páginas do JSC esta vitória da Arena era creditada especialmente à liderança do governador Antônio Carlos Konder Reis.²⁰⁹ A realidade catarinense nestas eleições não fugia da realidade nacional: o

²⁰⁶ CARREIRÃO, op.cit., p. 97.

²⁰⁷ Uma informação curiosa e que foi obtida no decorrer desta pesquisa em uma conversa informal deste autor com o pesquisador Adalberto Day – historiador na cidade de Blumenau e gerente de RH de duas empresas têxteis da cidade no período – foi a que este nos relatou a respeito da ação dos *mãos brancas* nas eleições municipais de Blumenau e suas relações com o empresariado arenista da cidade. Os *mãos brancas* eram homens que possuíam cargos de confiança nas empresas e eram protegidos por seus patrões, pois o seu papel era o de descobrir quem votou, ou votaria contra a Arena. Assim que as suspeitas eram confirmadas, os empregados eram demitidos. Fonte: e-mail trocado com o pesquisador Adalberto Day no dia 02 de julho de 2013. Acervo pessoal do autor.

²⁰⁸ CARREIRÃO, op.cit., p. 91.

²⁰⁹ Santa Catarina e seu líder. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 14 e 15/10/1976.

MDB mantinha o seu crescimento nos grandes centros urbanos, mas nas pequenas cidades do interior a Arena ainda exercia o seu poder (ver p. 30-31).

Esta foi a primeira disputa eleitoral sob a influência da Lei Falcão, que não permitia o uso da propaganda política nas rádios e televisões, somente o nome e o número do candidato. Segundo o JSC, de nada esta atrapalhou a participação popular no pleito, inclusive chegou a auxiliar os candidatos e eleitores a terem um contato mais pessoal e continuo:

Houve, sem dúvida, a participação popular no episódio eleitoral e esta participação se deu nas condições de uma campanha acirrada em que os candidatos trabalharam com todas as garantias e com plena liberdade; apesar da lei Falcão (talvez por isso mesmo) mantiveram contatos contínuos com os eleitores, de bairro em bairro, de rua em rua, e, frequentemente, de casa em casa.²¹⁰

Embora a Arena tenha se saído vitoriosa nas eleições municipais de 1976 em Santa Catarina, seria após estas que o partido enfrentaria o seu outro grande desafio: as eleições nacionais de 1978. O MDB já havia conquistado em 1974 um inédito equilíbrio de forças com a Arena na Assembleia Legislativa, Câmara Federal e Congresso Nacional. O que mais se temia desde a derrota de 1974 era que o MDB crescesse de forma tamanha que este chegasse a obter a maioria no Congresso, e pudesse impedir as reformas políticas dos militares, ou até mesmo nas Assembleias Legislativas e pudessem vir a eleger governadores. Foi neste contexto que o Pacote de Abril foi editado - o maior símbolo do autoritarismo de Geisel e da sua intervenção arbitrária na política nacional. Após Geisel utilizar o AI-5 para fechar o Congresso Nacional no dia 1º de Abril, a cobertura do JSC ao evento teve dois momentos distintos. O primeiro foi o da reação positiva e enaltecida do jornal de compreender que o fechamento do Congresso era uma medida para se garantir a democracia.

Há, portanto, uma distinção entre princípios e ideais e os meios disponíveis para levá-los à prática. A democracia terá de ser, para que persista e não se torne apenas uma fachada ou um conjunto de bons desejos, a democracia possível, aquela que as realidades e as circunstâncias permitem. É significativo que o Presidente tenha abordado esse problema no momento em que se dispunha a utilizar os poderes extraordinários que lhe foram conferidos pela Revolução para resolver problemas e impasses da organização nacional, tal como a reorganização do sistema judiciário. Geisel, como que nos advertiu que, embora empregando meios revolucionários, isso não significa o abandono de nossas ideias democráticas, que devem ser concretizados passo a passo, de acordo com as possibilidades e circunstâncias concretas da vida nacional. Desenvolvimento e democracia, com segurança, como pré-requisito indispensável. Estes os objetivos a serem

²¹⁰ A democracia na prática. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 17/10/1976.

atingidos. Os meios podem variar, mas as metas persistem. É esta a garantia que nos dá o Presidente, cuja firmeza de propósitos não pode ser posta em dúvida.²¹¹

No editorial do dia seguinte, o JSC voltou a apoiar a medida autoritária de Geisel, e responsabilizou não este pelo uso do AI-5 e o fechamento do Congresso, mas sim à ala autêntica do MDB que insistia em emperrar as '*reformas necessárias*'.

Esqueceu-se esta fração, entretanto, que o Presidente ainda dispõe da espada do AI-5, acrescentado às disposições transitórias da Constituição, e que poderia, repetindo antigo gosto cortar de um só golpe esse nó górdio por ela habilmente enlaçado. (...) Assim o único resultado, colhido pelo grêmio da oposição foi a reativação dos instrumentos de exceção criados em decorrência da Revolução de Março. Estamos certos de que a maioria de seus senadores e deputados não desejava isso. Embora o mereçam, por sua tibieza diante dos 'autênticos' posições, que não estão interessados no processo político, que implica em transação, paciência, diálogo, mas apenas em ver a casa pegar fogo.²¹²

Mas em um segundo momento coube ao jornal o silêncio. Enquanto o Congresso esteve fechado e o futuro do regime incerto, o JSC não buscou opinar a respeito do que estava ocorrendo. Embora noticiasse algumas esparsas notícias meramente informativas, como a carta de repúdio do diretório nacional do MDB e alguns comentários de membros da Arena a respeito do evento, os espaços de maior destaque do jornal buscaram desviar do assunto. Os mais diversos temas foram enfatizados nestes espaços, tais como o confisco cambial da produção de soja²¹³, as propostas de novas obras por parte de Konder Reis²¹⁴ e até mesmo um editorial intitulado *Vamos passear no bosque?*²¹⁵ e que tinha como temática o crescimento do debate a respeito da preservação ecológica. Com a reabertura do Congresso, o JSC voltou a opinar no seu melhor estilo conservador, reacionário e culpabilizando o MDB.

É certo que o recurso a esses poderes para alterar a legislação eleitoral pode ser interpretado como um passo atrás na marcha para a plenitude democrática desejado pelo Presidente Geisel. Mas, na política, como na vida em geral, nem sempre a linha reta é o caminho mais curto entre dois pontos e a marcha para a institucionalização democrática se dá através de avanços e recuos determinados pelas pedras do caminho, isto é, pelas circunstâncias concretas de cada momento. Parece-nos que razões de grande peso, ligadas a segurança nacional e a continuidade do processo de ação revolucionária, devem ter levado o Presidente a agir da forma como o fez. Esses os motivos e não, como se disse, o mero empenho político-partidário. (...) Quanto as

²¹¹ Objetivos, meios e formas. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 2/4/1977.

²¹² O recesso. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 3 e 4/4/1977.

²¹³ Esbulho ou defesa? **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 6/4/1977.

²¹⁴ Santa Catarina dá o exemplo. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 12/4/1977.

²¹⁵ Vamos passear no bosque? **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 7/4/1977.

consequências das reformas sobre as instituições democráticas, vale frisar que, não obstante o recurso do AI-5, mantém-se no País um clima de livre opinião, que é essencial como característica da democracia, como o demonstram, as próprias opiniões dos opositoristas, manifestadas de maneira extremamente contundente contra a conduta governamental. Aliás, em vez de gritarem tanto, seria melhor para todos os dirigentes do MDB, hoje manobrados pelos radicais autênticos, fizessem o exame autocrítico de sua própria contribuição para a crise, já que adotaram posições irrealistas, improdutivas e provocadoras, mostrando que pouco têm aprendido no decurso desses anos de retificação de rumos.²¹⁶

Concomitante com os problemas que Geisel sofria para implementar as suas reformas desejadas no âmbito nacional, Antônio Carlos Konder Reis sofria para impor as suas na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O que o governador propunha era uma reforma no governo estadual mediante um projeto de lei, intitulado de *Projeto de Compactação*, e que teria como objetivo extinguir quatro secretarias do Estado, mais algumas empresas, para assim reduzir os gastos do governo para o estritamente necessário. As secretarias escolhidas por Konder Reis foram: Tecnologia e Meio Ambiente, Trabalho e Promoção Social, Governo e Imprensa.²¹⁷ Para a aprovação do projeto de lei na Assembleia, Konder Reis contava principalmente com o líder do seu governo, Nelson Pedrini.

As eleições de 1974 colocaram um novo cenário político na Assembleia Estadual, pois a diferença entre arenistas e emedebistas agora não era tão grande (22x18) e haviam inimigos do governador de ambos os lados. A oposição mostrava-se contrária ao projeto de lei, pois, nas palavras de Dejandir Dalpasqualle “o governo vai começar tudo de novo, para ver se consegue colocar em andamento a máquina administrativa, que se encontra emperrada há dois anos”.²¹⁸ Segundo o deputado Nelson Pedrini no seu livro de memórias, intitulado *Pedra Lisa*, o grande medo da Arena era Zany Gonzaga. Antigo Secretário da Justiça de Konder Reis, Gonzaga foi afastado do cargo e desde então passou a nutrir um desafeto pessoal com o governador.²¹⁹ Caso a oposição votasse de forma unânime, e Gonzaga conseguisse angariar membros da Arena para apoiá-la, o projeto de reforma poderia facilmente emperrar.²²⁰

O jeito foi apelar para as artimanhas políticas de Nelson Pedrini. A estratégia adotada por este foi a de adiar a discussão e votação do projeto, e aprová-lo por decurso de prazo. E assim foi feito, pois esta só foi levada à discussão no dia 15 de abril de 1977 – o último dia para que fosse aprovada por decurso de prazo. Embora a discussão tenha sido aberta, os

²¹⁶ As reformas. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 20/4/1977.

²¹⁷ Idem, Ibidem.

²¹⁸ Razões da reforma. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 15/3/1977.

²¹⁹ PEDRINI, op. cit., p. 206-208.

²²⁰ Idem, Ibidem.

deputados sabiam que de nada adiantaria os seus esforços, pois já era tarde para qualquer tipo de reformas.

Uma série de críticas eram levantadas ao projeto do governador. O deputado Francisco Kuester (MDB) afirmava que “Santa Catarina, realmente necessita de uma grande reforma, que parta das bases. Mas não um remendo feito dentro de gabinetes por tecnocratas”.²²¹ O líder do MDB, Waldir Buzzato, criticou a forma que Pedrini conduzia o processo “preferindo a saída menos honrosa possível, chegamos a esse quadro triste e melancólico, em que esse poder deixa de cumprir com o seu dever porque não é todo formado de deputados dotados de independência”.²²² Até mesmo membros da Arena se demonstravam descontentes com o ocorrido, tal como o deputado Martinho Herculano Guizzo que afirmou sentir que “não se tenha dado um passo sequer para a grandeza desse poder, que ficará numa espécie de semi-raciocínio”.²²³ Em uma última tentativa, o MDB dirigiu um requerimento à presidência da Casa solicitando uma sessão extraordinária para a noite do mesmo dia, para que assim o projeto fosse votado. Porém, habilmente, a liderança da Arena se retirou do plenário, não dando quorum e a sessão sendo encerrada com o projeto aprovado por decurso de prazo.²²⁴

Embora a Arena tenha conquistado uma grande vitória nas eleições municipais de 1976, o fato era que o seu partido continuava dividido, sendo o episódio narrado acima um grande exemplo da complicada situação que este se encontrava desde o crescimento da oposição a partir das eleições de 1974. A Arena, acostumado com a maioria entre os parlamentares nos anos anteriores, agora necessitava protelar uma discussão na Assembleia para aprovar um projeto de lei do seu governo por decurso de prazo. A situação de Santa Catarina parece dialogar com a nacional, pois o fechamento do Congresso e a implementação do Pacote de Abril se deram sob situação semelhante, na qual o presidente Geisel não conseguiu passar por cima da resistência dos senadores do MDB e implementar suas reformas. (ver p. 30-31).

As eleições de 1978 já iniciavam marcadas pelo autoritarismo de Geisel. Em Santa Catarina, devido as reformas políticas contidas no pacote de Abril, tal como a criação do Senador biônico, Leonir Vargas (Arena) já havia sido eleito de forma indireta para o cargo, tal como o novo governador, Jorge Konder Bornhausen e o novo presidente, João Baptista Figueiredo. Inclusive, este último, passou por Blumenau no dia 30 de outubro para pedir votos ao partido da Arena. Por fins de curiosidade para esta pesquisa, e tendo em vista o nosso

²²¹ “Compactação” aprovada por decurso de prazo. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 16/4/1977.

²²² Idem, Ibidem.

²²³ Idem, Ibidem.

²²⁴ Idem, Ibidem.

capítulo a respeito da Coluna Ingo Hering a seguir, vale a pena registrar que o Presidente Figueiredo discursou para operários da Cia. Hering e almoçou no refeitório junto com estes.²²⁵ Podemos ver assim a importância da empresa em questão e as tênues ligações que a indústria têxtil do Vale do Itajaí possuía com a política, e na maioria das vezes com o apoio ao regime militar.

O clima das eleições de 1978 no JSC era semelhante ao de 1976. Somente publicidade eleitoral de membros do partido da Arena eram publicadas no jornal, constantes ataques à oposição emedebista eram feitos em notícias e editoriais, tal como que estes desrespeitavam a opinião pública ao se apegarem a '*argumentos inúteis*' para tecerem críticas violentas ao projeto de distensão de Geisel.²²⁶ Sobrou até mesmo para o '*ilustre desconhecido para a grande maioria dos brasileiros*', Luís Carlos Prestes, pois este havia lançado um manifesto de Paris, com o apoio do Partido Comunista Francês, pedindo votos para o MDB nas eleições de 1978.²²⁷

A vitória da Arena era dita como certa, inclusive, uma das colunas do jornal chegava a afirmar que a Arena obteria maioria na Assembleia Legislativa, na Câmara Federal e que certamente venceria a disputa pelo Senado.

Se havia dúvidas entre os partidários do Governo, elas agora perderam qualquer razão de ser: Jorge Bornhausen vai contar com sólida maioria na Câmara Federal e na Assembléia Legislativa. E também com dois representantes no Senado: um é o Sr. Lenoir Vargas Ferreira, já eleito por via indireta: o outro ainda vai ser escolhido: será Aroldo Carvalho, ou Wilmar

²²⁵ O povo confia em Figueiredo. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 1/11/1978.

²²⁶ Pobreza de argumentos. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 4/11/1978.

²²⁷ Vale a pena deixar registrado aqui este editorial do JSC, uma verdadeira pérola do anti-comunismo: O sr. Luís Carlos Prestes, um ilustre desconhecido para a grande maioria dos brasileiros, volta e meia reparece no noticiário, como ocorreu em 1976, quando *descobriu* que o resultado das eleições de 1974 foi uma vitória sua, volta a tentar agitar o processo eleitoral com seu manifesto lançado na semana passada em Paris, com o apoio do Partido Comunista Francês, pedindo votos para o partido oposicionista, numa intromissão inaceitável nos assuntos do País. Para os que não o conhecem, relacionamos alguns feitos do octogenário stalinista, atualmente jubilado da III Internacional com direito a casa comida e algumas viagens políticas por conta da 'pátria do socialismo'. Foi ele que em 1931 devolveu ao Exército os galões de capitão e execrou seus colegas *tenentes* como cães danados a *pôr a correr*; foi ele que montou em 1935 uma insurreição estúpida que levou a vida de centenas de inocentes: foi ele que em manifesto publicado em Buenos Aires trouxe um novo alento à República Velha, já em seus estertores, causando um choque nos que se opunham a Getúlio Vargas. Mas não foi só isso. A "Constituinte com Getúlio" foi o invento que ele produziu, pouco depois de o terem livrado das masmorras, em 1945; em 1955 apoiava o sr. Juscelino Kubitschek, muito embora o considerasse comprometido com o *conservadorismo reacionário* e com o *imperialismo norte-americano*. Guardou, então, seus rancores para um colega da *Coluna*, o general Juarez Távora. Com esses dados, todos conhecerão pelo menos um pouco do que foi o sr. Luís Carlos Prestes, um irresponsável e impenitente fabulador, em quem autocrítica emerge com novas ficções e ausência mais acentuada de escrúpulos e compostura. Cabe agora ao partido oposicionista a obrigação de responder com energia ao sr. Luís Carlos Prestes que, apesar de tantos anos de ausência do País continua tentando influir em resultados de eleições. E que a resposta da oposição faça o sr. Prestes calar a boca para sempre. Cf: Fabulador impertinente. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 8/11/1978.

Dallanhol: Wilmar ou Aroldo. E não tem choro nem vela.²²⁸

O resultado das eleições veio, e embora o jornal confabulasse uma esmagadora vitória da Arena, o que de fato se viu foi algo muito semelhante ao pleito de 1974. Na eleição para o Senado, contrariando as expectativas do jornal, novamente o MDB venceu, com Jaison Barreto. O repúdio por esta vitória foi tamanho que o jornal chegou a publicar uma curta nota afirmando que “o Sr. Jaison Barreto é Senador da República por 8 anos. Tomara que SC esteja de parabéns”.²²⁹ Já na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa as maiorias foram conquistadas pela Arena. O partido do governo elegeu 10 deputados federais, contra 6 do MDB, e 23 deputados estaduais, contra 17 do partido de oposição.²³⁰ Nem o MDB conquistou a desejada maioria entre os parlamentares, nem a Arena obteve uma vitória esmagadora como em tempos passados. O que se viu foi a manutenção de um equilíbrio de forças entre os partidos.

Logo após a euforia da disputa eleitoral, um novo tema tomou conta da seção política do JSC e da opinião pública: a reforma partidária. Logo após o término do pleito de 1978, o JSC já abordava a questão e como de praxe se posicionava favorável ao partido da Arena.

A necessidade da reformulação partidária volta a ser objeto de discussões, com líderes da Arena de um lado tentando mostrar a incoerência do sistema partidário entre nós, enquanto o MDB, nega-se terminantemente a discutir o assunto, conforme declaram seus mais expressivos líderes, embora se saiba que não poucos integrantes da bancada oposicionista, com uma visão mais ampla do problema, tenham um ponto de vista completamente diferente do que agora defendem (...). De fato, as diferenças ideológicas dentro de um partido têm sido tão flagrante, que a manutenção da disciplina partidária tem exigido um esforço verdadeiramente hercúleo por parte dos líderes das bancadas em face da diversidade de opiniões.²³¹

A questão da reforma partidária após as eleições de 1978 preocupava os arenistas. Tal como mencionamos antes, estes viam na reforma partidária uma chance de extinguir a Arena - sigla que como vimos anteriormente, já estava marcada pelo descrédito popular, pelas rixas internas e pela subserviência aos militares - e formar assim um novo partido forte de posição. E além do mais, esta desestruturaria o MDB, que após as eleições de 1974 havia se tornado uma constante ameaça ao regime.

E é dentro deste processo de reforma partidária que podemos ver uma nova alteração

²²⁸ A Arena e a certeza da vitória. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 3, 9/11/1978.

²²⁹ Especial. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 22/11/1978.

²³⁰ **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 1, 21/11/1978

²³¹ Reforma partidária. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 22/11/1978.

na forma do JSC se posicionar em relação aos assuntos políticos. A partir do ano de 1979, uma grande reforma é feita no jornal, e o caráter propagandístico de verdadeiro porta-voz do partido da Arena é abandonado. Os editoriais do jornal não mais se posicionam de forma contundente e abertamente partidária como antes, e uma série de colunistas de opiniões distintas passam a integrar o jornal. A reprodução da coluna escrita pelo jornalista Carlos Chagas no *Estado de São Paulo*, por exemplo, se torna o maior exemplo desta radical alteração no JSC. Ao se referir ao processo de reforma partidária este se posicionava de forma que seria inimaginável para o jornal no ano de 1978, por exemplo. Segundo Chagas

(...) o governo promove uma reforma partidária artificial e casuística, primeiro porque realizada a dois anos das eleições, isto é, sem a necessária contrapartida do referendo da opinião pública. Depois, porque destinado mais do que qualquer coisa a implodir a oposição, a tentar dividi-la sob a alegação de que, sem isso, será impossível prosseguir no processo de abertura política e de transferência de poder, dos militares para os civis. Parece a estratégia oficial, no entanto, a um passo de ver o petardo saindo pela culatra, e fica outro dia a análise das possíveis consequências do tiro mal dado, capaz de perturbar não só o atirador e seu alvo, mas todos os espectadores do lado de fora.²³²

No dia 29 de novembro o Congresso aprovou a extinção da Arena e do MDB, enquanto o JSC novamente mudava a sua forma de fazer jornalismo e política. Após anos servindo como um instrumento dos setores oligárquicos e tradicionais do partido da Arena, o JSC buscou se adaptar as mudanças na política nacional e pareceu optar por ir ao encontro das reformas. Todavia, o seu passado não pode ser esquecido ou apagado da história. Enquanto existiu o partido da Arena, este certamente pôde contar com o apoio de boa parte da imprensa em Santa Catarina. O Jornal de Santa Catarina é uma fonte histórica de rico valor para não somente obter informações a respeito da vida social de Santa Catarina no período, mas principalmente compreender esta rede de poder e privilégios que influía na sociedade catarinense por meio da imprensa visando a exclusiva manutenção da ordem e dos seus interesses, e que ao mesmo tempo ligava o governo federal chefiado pelos militares, os políticos da Arena, as oligarquias estaduais e o empresariado regional.

²³² CHAGAS, Carlos. Petardo saindo pela culatra. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 22/11/1979.

4. A Coluna Ingo Hering (1976-1979)

4.1– Ingo Hering: empresário, político e intelectual

Como vimos no capítulo anterior, a linha editorial do Jornal de Santa Catarina possuía um caráter conservador, de apoio ao regime militar e que era principalmente pautada pelos interesses políticos e econômicos de dois importantes setores do partido da Arena em Santa Catarina: a oligarquia Konder Bornhausen e importantes membros da classe empresarial do Vale do Itajaí. Com o cargo de governador do Estado tendo sido assumido por Antônio Carlos

Konder Reis em 1975, e com o grupo de empresários e políticos liderados por Jorge Konder Bornhausen e Mario Petrelli tendo comprado o Jornal de Santa Catarina no ano posterior, a postura ofensiva contra o governo estadual passou a ser parte do passado do mesmo e este toma uma postura defensiva, complacente e bajulatória em relação as políticas do novo governador. A linha editorial do jornal se encontrava diante de um contexto político em que tanto a Arena, quanto o regime militar perdiam gradativamente a sua legitimidade no decorrer do governo Geisel. É dentro desta conjuntura que o JSC passa a ter na pessoa de Ingo Hering um novo – e ao mesmo tempo antigo – colaborador para defender os interesses políticos e econômicos dos donos do jornal e seus investidores.²³³

A partir do mês de outubro de 1976, Ingo Wolfgang Hering passou a assinar uma coluna no JSC, na qual discutia principalmente assuntos políticos, econômicos e de caráter ideológico. Seus textos são repletos de posicionamentos contundentes e críticos em relação a uma série de assuntos, todavia, iremos focar principalmente em três aspectos: suas críticas ao MDB, o seu repúdio as teorias marxistas e as suas concepções a respeito da ditadura civil/militar no Brasil.

Ingo Hering era um dos grandes nomes do empresariado e da política catarinense. Conhecido principalmente por ser herdeiro da Cia. Hering, empresa esta que foi criada em

²³³ As relações entre Ingo Hering e o JSC se tornaram tão próximas ao decorrer do tempo que o periódico chegou a dedicar um editorial em homenagem à Hering quando este completou 70 anos de vida. Segue o mesmo na íntegra: “O fato passaria despercebido do grande público não fora a circunstância de que, no mesmo dia, o aniversariante teve de comparecer ao almoço em homenagem a Karlos Rischbieter, e, ali, um de seus colaboradores divulgou-o: o industrial Ingo Hering completava, naquela data, 25 de março, os seus setenta anos. O episódio é bem expressivo da personalidade de Ingo Hering, de sua modéstia, de seu feitio tímido e arredio, especialmente as manifestações que envolvem a sua vida pessoal. No entanto, nada mais justo do que o reconhecimento que lhe devem os seus concidadãos, os catarinense em particular, por sua obra como homem público e como empresário, realizada à custa de tantos anos de labor ininterrupto, com inteligência, abnegação e muita tenacidade. Não se trata apenas de seu trabalho como industrial, retomado a partir do legado que lhe deixaram os seus antepassados e ao qual o jovem Ingo conferiu um sentido de missão, dentro da tradição familiar. Mais do que um negócio, a construção de uma grande empresa nacional de tecelagem tornou-se, para Ingo Hering, um meio eficaz para a promoção do desenvolvimento econômico-social de sua comunidade regional e da gente brasileira. Vencendo dificuldades de toda ordem e baseando-se fundamental na competência e na dedicação ao trabalho dele próprio e de seus colaboradores, criou, em Blumenau, uma indústria que é hoje patrimônio nacional e que se projetou no mercado externo como uma das principais, senão a principal organização brasileira exportadora de manufaturados têxteis, que percorrem atualmente grandes praças da Europa e dos Estados Unidos, levando ao estrangeiro o nome do Brasil como país industrializado. Somente esta obra consagraria um homem e lhe valeria os aplausos de seus concidadãos. Mas a verdade é que o trabalho na indústria, embora importantíssimo, constitui um aspecto da atividade de Ingo Hering cuja missão maior é servir à comunidade, o que ele faz também através do fomento de atividades culturais e sociais da mais alta valia (basta mencionar o exemplo do Teatro Carlos Gomes), e de uma atuação pública, diretamente no campo político inclusive, sempre fundada em valores morais e interesses identificados claramente aos da comunidades e aos do Brasil. Uma figura que se tornou símbolo do empresariado catarinense no que temos de melhor e mais genuíno, Ingo Hering, pôde chegar aos setenta anos como um homem realizado e com o sentimento do dever cumprido. Isso não o exime, porém, conforme ao seu feitio, de continuar na luta. E todos nós esperamos que ele prossiga em sua obra, já hoje cercado pela nossa admiração e pelo nosso respeito”. Cf: Um homem símbolo. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 29/03/1977.

Blumenau pelo seu avô Hermann Hering e seu tio-avô Bruno Hering em 1880, e que teve também como diretor-presidente o seu pai Curt Hering.²³⁴ Ingo iniciou os seus trabalhos na empresa em 1929 e, após trabalhar em vários cargos, chegou à presidência desta em 1971.²³⁵ Os anos em que Ingo Hering administrou a Cia.Hering usualmente são referidos como *os anos de ouro da empresa*, sendo uma das grandes marcas deste período a expansão da marca e a diversificação dos negócios da empresa, tais como o processamento de soja em grande escala.²³⁶ Além de atuar na Cia.Hering, Ingo foi vice-presidente da empresa Força e Luz Santa Catarina e também participou da administração da Fábrica de Papel Itajaí S.A.²³⁷

Enquanto político, Ingo Hering fez parte dos diretórios da UDN, Arena e PDS, sempre mantendo relações políticas e de amizade com a oligarquia Konder Bornhausen.²³⁸ Hering foi eleito vereador de Blumenau de 1950 até 1969, usualmente com a grande maioria dos votos.²³⁹ Com a criação da Arena em Blumenau o partido ficou dividido entre dois grupos políticos oriundos dos extintos partidos: do lado do PSD a liderança ficava por parte de Curt Zadrosny, empresário presidente da indústria têxtil Artex, e do lado da UDN a liderança ficava por parte de Ingo Hering e do ex-prefeito Hercílio Deeke. Nas eleições municipais de 1965, ainda sob a vigência das antigas siglas partidárias, a vitória para o cargo de prefeito é do PSD de Curt Zadrosny. Porém, com a criação da Arena, tanto Zadrosny, quanto Ingo Hering, se filiaram ao novo partido de apoio ao regime militar. Os antigos rivais passaram a cooperar mutuamente, sendo esta aliança explicitada no convite de Zadrosny para que Ingo presidisse a

²³⁴ ARANTES, op.cit., p. 17-72.

²³⁵ Idem, Ibidem. p. 15.

²³⁶ Embora esta monografia não trate especificamente da trajetória da Cia.Hering, devemos apontar a nossa dificuldade em encontrar pesquisas de viés minimamente crítico a respeito da empresa, sendo as que são conhecidas por este autor podem ser consideradas tentativas de uma certa *historia oficial* da mesma e que devem sempre ser analisadas como pesquisas tendenciosas, pois foram patrocinadas pela própria Cia.Hering e órgãos relacionados a ela, ou até mesmo realizadas por membros da própria família. Cf: ARANTES, Marco Antônio. **Conversa com Ingo Hering, hoje**. Tubarão: COAN, 2008; HERING, Ingo. **Coletânea de artigos Ingo Hering**. São Paulo: Laborgraf Artes Gráficas S.A., 1980. ARCHIBALDO, Figueira. **A Hering de Blumenau: um Século 1880-1980**. Laborgraf Artes Gráficas S.A., 1980.

²³⁷ ARANTES, op.cit., p. 15.

²³⁸ A família Hering formou importantes alianças políticas durante o século XX com a oligarquia Konder Bornhausen na qual ambas buscavam defender os seus mútuos interesses. Desde os mais simples gestos de confiança e amizade entre elas, tal quando Ingo Hering voltou ao Brasil dos seus estudos na Alemanha em 1927 e passou a residir na casa de Victor Konder para aperfeiçoar o seu português, pois os Konder eram *alemães sem sotaque*. Cf: ARANTES, op.cit., p.80. Também podemos citar o texto que Antônio Carlos Konder Reis dedicou a Curt Hering - pai de Ingo - no livro do centenário de Blumenau em 1950, no qual ao se referir ao início da carreira política do homenageado afirma que “embora não fosse político no sentido comum da palavra, (...) [Curt] compreendeu que as classes conservadoras deviam tomar parte na administração para o bem da comuna, e assim foi impelido a ingressar na vida pública”. Cf: CENTENÁRIO DE BLUMENAU, 1950, p. 390-392. E sem dúvida o período mais relevante da aliança entre as duas famílias para esta monografia se encontra a partir da reformulação partidária pós-Estado Novo quando estas formaram importantes lideranças dentro da UDN e da Arena à nível estadual.

²³⁹ Obtivemos esta informação a partir de uma breve pesquisa nos resultados eleitorais das eleições municipais de Blumenau no jornal regional intitulado *A Tribuna*, disponível no Arquivo Municipal José Ferreira da Silva em Blumenau.

Comissão Municipal de Planejamento durante o seu mandato.²⁴⁰

Com a chegada das eleições municipais de 1969, Ingo Hering foi escolhido pela Arena para candidato à prefeitura de Blumenau. Entretanto, a sua candidatura foi impossibilitada pelo fato deste ter sido enquadrado em um IPM (Inquérito Policial Militar). Hering foi acusado de ter supervalorizado as ações da Força e Luz Santa Catarina, na qual era vice-presidente, em uma negociação com o Estado de Santa Catarina.²⁴¹ Fundada no início do século XX com o apoio do pai de Ingo, Curt Hering, a empresa era a concessionária responsável pela distribuição de energia no Vale do Itajaí e em 1960, o então governador Celso Ramos decidiu unificar e integrar as concessionárias de energia e incorporá-las a um sistema estadual único de produção e distribuição. Assim a Força e Luz Santa Catarina é vendida ao Estado e a CELESC é criada como o novo sistema unificado de energia em 1963.²⁴²

Convocado a depor no tribunal militar, Ingo Hering foi acompanhado de dois ilustres advogados, o diretor-presidente da TV Coligadas e futuro diretor-presidente do JSC, Wilson de Freitas Melro e do então vice-governador do Estado, Jorge Konder Bornhausen.²⁴³ Em sua defesa, Ingo alegou que no ano de 1963 os seus técnicos haviam avaliado que uma ação da Força e Luz Santa Catarina valeria ao equivalente a 23 ações da recém-criada CELESC, e que este - como forma de incentivar a constituição da CELESC - concordou que as ações da Força e Luz fossem convertidas a um valor equivalente a 12, 13 ações da CELESC.²⁴⁴ O resultado do inquérito foi favorável a Ingo Hering, tendo este sido livrado das acusações pelos militares. Com a sua desistência da candidatura a prefeito, o candidato da Arena passou a ser Marcos Henrique Buschler – o qual veio a ser vice-governador do Estado na gestão de Antônio Carlos Konder Reis – porém este foi derrotado pelo candidato da oposição, Evelásio Vieira.²⁴⁵ Após

²⁴⁰ ARANTES, op.cit. p. 109-110.

²⁴¹ Idem, Ibidem p. 118

²⁴² ARANTES, op.cit., p. 117.

²⁴³ Curiosamente, no livro **Conversa com Ingo Hering, Hoje**, o autor Marco Antônio Arantes omite o fato de Wilson de Freitas Melro ter sido o diretor-presidente da TV Coligadas e futuro diretor-presidente do JSC. No trecho em que o autor narra o julgamento de Ingo, este simplesmente comenta que “acompanhavam-no, além de amigos e familiares, seu advogado, Wilson de Freitas Melro e o então vice-governador do Estado, Dr. Jorge Konder Bornhausen, desde infância amigo da família Hering e ele mesmo advogado”. Cf. ARANTES, op.cit., p.118. As ligações de Ingo Hering com Wilson de Freitas Melro foram muito além de meros serviços prestados como advogado e cliente, pois a Cia.Hering possuía contratos de publicidade com a TV Coligadas (ver p. 43)e futuramente possuiu com o Jornal de Santa Catarina (ver p. 44). Seja qual foi o motivo da omissão a respeito da posição social que Wilson de Freitas Melro possuía, o fato é que os ilustres acompanhantes de Ingo já não exerciam a advocacia como suas principais profissões, e a companhia destes no prezado momento, na opinião deste autor, estava muito mais ligada ao fato destes serem pessoas públicas de confiança dos militares. O grupo de Freitas Melro havia recebido a pouco tempo a outorga do sinal de televisão da TV Coligadas pelo governo federal (ver p. 43) – o que por si já era um atestado de confiança dos militares com este – e Bornhausen era o atual vice-governador e importante membro da Arena.

²⁴⁴ ARANTES, op.cit., p. 109-119.

²⁴⁵ Idem, Ibidem. p. 119.

esta vitória de Evelásio, o MDB venceu todas as eleições para prefeito da cidade até o ano da extinção do bipartidarismo.

Embora não tenha se candidatado para mais nenhum cargo a partir de 1970, isto não significou que Ingo Hering havia abandonado a política. Ingo continuou filiado ao partido da Arena até o fim deste em 1979, e continuou participando das reuniões e das decisões dos diretórios municipais e estaduais. Sem contar que o seu filho Dieter Hering seguiu o seu legado e se elegeu vereador em Blumenau no ano de 1969. Torna-se importante frisar que as relações de Ingo Hering com o jornal não iniciaram com a sua coluna em 1976, pelo fato da Cia.Hering ter sido colaboradora tanto da TV Coligadas, quanto do JSC desde o seu primeiro fascículo (ver p.45-46).

A criação do Jornal de Santa Catarina foi um projeto de uma elite empresarial e política do Vale do Itajaí que visava intervir na vida social do Estado de Santa Catarina por meio da imprensa, influenciar a opinião pública e manipular as informações para defender os seus interesses. Sendo assim, a coluna de Ingo Hering não visava simplesmente a publicação de artigos pessoais de um ilustre cidadão blumenauense, mas a defesa de concepções políticas, econômicas e ideológicas desta elite por um dos seus maiores representantes. É por meio de sua coluna que Ingo Hering, então empresário e político, torna-se também um intelectual. Compreenderemos doravante a Coluna Ingo Hering como um prolongamento da atuação política de Ingo enquanto representante dos interesses desta elite e da Arena.

4.2 - A Coluna Ingo Hering (1976-1979)

O primeiro artigo da Coluna Ingo Hering foi publicado no JSC no dia 13 de outubro de 1976 com o título *As opções da oposição – o desejável e o possível*. Este era a primeira parte de uma série de 4 artigos que buscavam rebater as críticas do MDB ao governo de Ernesto Geisel. A data em que a coluna estreava não era um mero acaso, muito menos a temática dos artigos. Faltando um mês para as eleições municipais de 1976, Ingo atacava publicamente o MDB. Tratava-se de um evidente uso da mídia para fins eleitoreiros do partido da Arena.

Como afirmamos anteriormente, a coluna de Ingo Hering no JSC era uma extensão da vida política do mesmo. Embora tenha sido vereador de Blumenau por 19 anos, é possível que Ingo jamais tivesse realizado política de forma que suas ideias atingissem tantas pessoas. O JSC era um dos jornais mais lidos do Estado, e provavelmente o mais lido na região do Vale do Itajaí. Escrever uma coluna neste simbolizava ter um meio muito eficaz de influenciar a opinião pública e a política de Santa Catarina.

Iremos analisar neste capítulo os textos de Ingo Hering de 13 de outubro de 1976 até 24 de novembro de 1979, tendo como recorte o período em que o autor escreveu com o partido da Arena ainda em ativa.²⁴⁶ Ao total contabilizamos 62 artigos publicados neste período. Nada mais esperado do que encontrar os mais variados temas nestes 62 artigos e fazer um recorte para esta pesquisa. Os temas abordados por Ingo vão desde questões envolvendo a economia brasileira e a crise do petróleo de 1970²⁴⁷ (*Problemas econômicos, O modelo brasileiro, Desculpa esfarrapada, A marcha dos cafeicultores, Um relatório positivo*, etc.), discussões de cunho empresarial e administrativo (*Agricultura 'versus' indústria, Livre iniciativa 'versus' intervenção estatal*, etc.), e alguns poucos curiosos textos a respeito do desenvolvimento social, cultural e econômico brasileiro (*Implicações culturais do desenvolvimento, Um flagelo brasileiro: a política 'literária'*). Todavia, para fins de análise deste capítulo e tendo em vista o diálogo com as demais questões problematizadas ao longo deste trabalho, selecionamos e dividimos os artigos em três principais eixos para serem discutidos, sendo estes: *O legado de Castello Branco, Falácias do marxismo e As opções da oposição*.

Os eixos são nomeados com os títulos de artigos de Ingo Hering visando a maior fidelidade possível as suas ideias. A escolha dos três eixos busca privilegiar as questões que mais preocuparam o partido da Arena no período: os rumos do golpe de 1964 em tempos de abertura democrática, o contínuo combate ao comunismo que tomava nova forma durante o governo Geisel, e a ascensão do MDB com a vitória das eleições de 1974. Muitas vezes encontramos artigos que abordavam as três questões em um único texto, o que torna necessário frisar que a tarefa de dissociar os três eixos entre si é impossível, sendo ponto comum nesta pesquisa o constante diálogo entre estes. Inclusive, ao ler os textos de Ingo Hering, muitas vezes temos a impressão de que todo emedebista era um comunista em potencial e que este poderia subverter os rumos da '*revolução de 1964*' a qualquer momento.

O primeiro eixo a ser analisado é o *Legado de Castello Branco*, no qual iremos discutir a forma como Ingo compreendia a intervenção dos militares na sociedade brasileira, desde o golpe de 1964 até os tempos de abertura democrática em que este escrevia. É por meio deste eixo que problematizaremos a forma como Ingo Hering atribuiu ao golpe

²⁴⁶ Embora esta pesquisa possua um recorte temporal, é necessário frisar que a coluna escrita por Ingo Hering foi uma parceria de 13 anos com o Jornal de Santa Catarina, tendo esta terminado somente em 1989. Cf: HERING, Ingo. **Coletânea de artigos Ingo Hering vol.1**. São Paulo: Laborgraf Artes Gráficas S.A., 1980; HERING, Ingo. **Coletânea de artigos Ingo Hering vol.2**. São Paulo: Laborgraf Artes Gráficas S.A., 1989.

²⁴⁷ A respeito da crise do petróleo e suas implicações na política, economia e diplomacia brasileira Cf: VOIGT, Márcio Roberto. **Os Impactos dos Choques Petrolíferos na Diplomacia Brasileira** (1969-1985). Tese de doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

civil/militar de 1964 um papel de '*salvador da nação brasileira*', além da necessidade que este julgava da manutenção do regime de exceção durante o governo Geisel e os cuidados que o mesmo considerava serem necessários para que a abertura política não fosse apropriada por '*terroristas de esquerda*'.

Já no eixo *Falácias do Marxismo*, iremos fazer uma discussão a respeito das concepções de Ingo Hering em relação às teorias marxistas – sendo que esta temática facilmente é a mais presente em seus artigos. Iremos problematizar a forma como Ingo Hering compreendia o marxismo e alguns de seus conceitos intrínsecos, além de também discutir o caráter '*destrutivo*' que este atribuía as suas teorias e as '*funestas consequências*' que este tipo de ideologia poderia trazer para a abertura democrática. É neste eixo que temos a oportunidade de discutir a visão elitista que o autor possuía a respeito do curso da história, na qual as lutas sociais são consideradas irrelevantes e os rumos ditados pelas elites.

No último eixo, intitulado *As opções da oposição*, iremos analisar as críticas tecidas por Ingo Hering ao MDB e suas opiniões a respeito do sistema bipartidário criado pelo AI-2. Consideramos relevante esta discussão principalmente para fins de se compreender o ponto de vista de Ingo Hering em relação ao ato de se fazer política durante a ditadura civil/militar, e ao mesmo tempo que este tecia constantes críticas ao MDB, conseguimos ter uma noção do que este pensava em relação a Arena e a respeito do próprio sistema bipartidário.

Durante a nossa análise dos artigos de Ingo Hering, teremos sempre em vista os conceitos de *função social* e *função ideológica* apresentados por Antônio Candido para se melhor compreender a funcionalidade do texto em relação ao meio social e as imbricadas relações entre autor, texto e sociedade. Por *função social* compreenderemos “o papel que a obra desempenha no estabelecimento de relações sociais, na satisfação de necessidades espirituais e materiais, na manutenção ou mudança de uma certa ordem na sociedade”.²⁴⁸ E por *função ideológica* entenderemos ser o aspecto voluntário da criação e da recepção da obra mediante uma série de desígnios conscientes estabelecidos tanto pelos autor quanto pelo público.²⁴⁹

A partir do conceito de *função social* podemos perceber os interesses de Hering de com os seus artigos intervir na vida social do Vale do Itajaí em busca da manutenção da ordem vigente, e da defesa dos interesses de uma elite regional e do partido da Arena. O caráter voluntarioso da obra, ou seja, a sua *função ideológica* pode ser dividida em primeiro no lugar na escolha do conteúdo, pois sendo Hering um adepto do golpe de 1964, um

²⁴⁸ CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul. 9ª edição, 2006. p. 53.

²⁴⁹ Idem, *Ibidem*. p. 54.

anticomunista convicto e membro do partido da Arena, os seus artigos refletem os seus intuitos de legitimar o golpe de 1964 e o regime militar, além de deslegitimar as teorias marxistas e as posições políticas do MDB. E em segundo lugar, devemos inserir como um aspecto voluntarioso da sua obra a plataforma onde os artigos eram publicados. O JSC era um periódico que tinha histórico de vínculos econômicos com a empresa de Hering, tal como boa parte dos empresários e políticos que eram donos do jornal, e até mesmo muitos patrocinadores, faziam parte do partido da Arena ou tinham vínculos com este. Sendo assim, os artigos de Hering coadunaram de forma harmônica com a linha editorial do jornal pelos nítidos interesses classistas e de política partidária.

4.2.1 – O legado de Castello Branco

Para melhor analisarmos os artigos de Ingo Hering, torna-se necessário compreender a forma elitista e conservadora que este compreendia a política durante o regime militar. Para Hering, a abertura democrática era uma “passagem de um sistema político que se pode chamar mais de paternalista do que de ditatorial – que sempre foi considerado pelo seus líderes como temporário, senão se teria instalado, no mínimo, o Partido Único e um Ministério de Propaganda”.²⁵⁰ E “quando Castello Branco, de cuja formação democrática ninguém de boa fé pode duvidar, cortou o nó górdio do sistema multipartidário que estava emperrando as reformas planejadas, ter-lhe-ia sido fácil estabelecer um regime unipartidário do tipo mexicano”.²⁵¹

A leitura feita por Ingo Hering a respeito da intervenção dos militares em nossa política é positiva e este não compactua da opinião de que a mesma veio a formar uma ditadura, mas um regime paternalista, no qual o Estado '*cuida*' do seu povo, tal como um pai cuida do seu filho, lhe educando e o reprimindo quando necessário. Também devemos observar que Hering não nega que teria sido possível à '*revolução de 1964*' escambar em uma ditadura de partido único, mas isto não aconteceu devido aos esforços do '*indubitável democrata*' Castello Branco.

Vemos aqui interpretações de cunho extremamente conservador a respeito da intervenção autoritária dos militares na política brasileira por meio de uma política de outorga. Nesta política de concessão - da qual Hering é notório partidário - os militares bem que poderiam ter instalado um partido único, mas preferiram '*conceder*' ao povo brasileiro o

²⁵⁰ HERING, Ingo. A abertura. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 1/7/1978.

²⁵¹ HERING, Ingo. O legado de Castello Branco. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 23/4/1978.

'direito' de optar entre MDB e Arena. As tensões inerentes ao arbítrio e o autoritarismo da edição do AI-2 - o qual extinguiu partidos legitimados pela Constituição de 1946 e que possuíam grande aceitação popular - são escamoteadas pela imagem de um suposto processo político '*harmônico*', '*paternal*' e '*zeloso*'.

A política da outorga é utilizada aqui por Hering enquanto um recurso ideológico para encobrir a luta de classes. Em um '*passe de mágica*' a elite que oprime as classes mais pobres se transforma em zelosa e inclusive '*concede*' alguns direitos a estas - tal como votar nos partidos criados por essa própria elite, e nos políticos que não foram cassados por esta. É por meio deste mesmo '*passe de mágica*' que um ditador golpista se torna um democrata e um regime militar que autoritariamente interviu na política brasileira consolidando uma ditadura de 21 anos pode ser caracterizado de paternal. Enquanto um dos principais membros de uma elite regional que apoiou irrestritamente o golpe de 1964, não devemos nos espantar com o posicionamento conservador de Ingo Hering, mas sim compreender melhor o período em questão por meio de reflexão crítica dos seus textos e problematizar os interesses políticos intrínsecos a estes.

Como pudemos ver, a discussão do caráter do governo militar ocupou espaço nos artigos de Ingo e uma das grandes perguntas da época, se de fato *era uma ditadura o que se vivia no Brasil?*, também foi objeto de sua análise. No seu artigo *O perigo da volta dos líderes carismáticos*, Ingo faz uma interessante comparação entre a '*revolução*' e o Estado Novo de Getúlio Vargas, ou como este propõe, uma comparação entre uma *ditadura emergencial* e uma *ditadura ideológica*. Para Hering, “a característica da ditadura *emergencial* é, pois, a ideia de pôr as coisas em ordem, para voltar-se, então, novamente à democracia (possivelmente mais estável)”.²⁵² Já enquanto nas ditaduras de fundo ideológico se busca “a consagração de um líder carismático; abolição completa dos partidos ou criação de um Partido Único; educação do povo – e principalmente da juventude – para a ideologia desejada, pela instalação de um Ministério de Propaganda (...)”.²⁵³ Embora Hering tenha colocado os dois regimes como quase diametralmente opostos, sabemos que estes tiveram muitos aspectos em comum, e que o texto de Hering possui uma série de inverdades e omissões. E é justamente por este motivo que se torna interessante perceber como este acusou Vargas de ter formado uma ditadura fascista que tinha como características principais:

nomeação de interventores nos Estados e, por parte destes, nomeação dos

²⁵² HERING, Ingo. O perigo da volta dos líderes carismáticos. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 1/9/1979.

²⁵³ Idem, *Ibidem*.

prefeitos; eliminação completa do Congresso; instituição do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que equivalia a um Ministério de Propaganda; identificação estreita dos sindicatos trabalhistas com o regime²⁵⁴

Por outro lado, Hering não via problema algum com o fato do golpe de 1964 ter como características: a nomeação de governadores pelo alto escalão militar por meio de eleições estruturadas para somente favorecerem o partido governista; o complexo esquema de censura montado por militares, polícias e donos de jornais; a dura repressão aos sindicatos e a estrita proibição destes de se organizarem e atuarem politicamente.

Não buscamos aqui dissertar longamente a respeito das semelhanças e diferenças entre os regimes, mas ambos foram regimes autoritários que impediram a liberdade do exercício democrático no Brasil, e que instalaram aparelhos repressores considerados os *pilares básicos* das ditaduras modernas: polícia política, censura, espionagem e propaganda política.²⁵⁵ Entretanto, Hering tinha como intuito tentar legitimar a ditadura civil/militar como um regime muito mais democrático realizando um comparativo entre ambos. Ao seu ver, “se fizermos, pois, o balanço comparativo dos dois regimes, verificaremos que em realizações sociais efetivas a Revolução não perde para o Estado Novo, mas quanto ao seu espírito democrático ganha de longe”.²⁵⁶

Um outro dado que não pode ser omitido nesta comparação é o da dura repressão política na cidade de Blumenau durante os anos de Estado Novo, quando todo alemão, ou descendente de alemão passou a sofrer perseguição política devido a *política de nacionalização* do governo federal.²⁵⁷ A família Hering, por exemplo, sofreu uma série de represálias durante a Era Vargas, tal como a deposição de Curt Hering – pai de Ingo – do cargo de prefeito de Blumenau no ano de 1930, e o seu afastamento da presidência da empresa em 1942, sob a acusação deste compactuar com o nazismo.²⁵⁸

O comprometimento com o retorno à democracia plena da '*revolução*' era um dos pontos centrais nas argumentações de Hering em busca de legitimar os governos militares como '*comprometidos com os ideais democráticos*'. Para este, desde o seu início, a '*revolução de 1964*' teve caráter temporário, apenas de uma cirúrgica intervenção na política nacional, todavia, fatores externos à elite militar levaram ao adiamento do processo de abertura. Em

²⁵⁴ HERING, Ingo. O perigo da volta dos líderes carismáticos. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 1/9/1979.

²⁵⁵ Para uma maior compreensão a respeito do funcionamento destes aparelhos repressores durante a ditadura civil/militar Cf: FICO, 2007, op.cit.

²⁵⁶ HERING, Ingo. O perigo da volta dos líderes carismáticos. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 1/9/1979.

²⁵⁷ Para melhor compreender a repressão política do Estado Novo em relação a comunidade teuto-brasileira Cf: GERTZ, René. **O Fascismo no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

²⁵⁸ ARANTES, op.cit. p. 57-73.

trajetória cronológica, Ingo disserta a respeito dos motivos que impediram o retorno à democracia:

infelizmente, o recrudescimento das atividades esquerdistas e terroristas no ano fatídico de 1968 tinha de provocar um novo endurecimento, que culminou com a promulgação, pelo presidente Costa e Silva, do AI-5. E quando se começou, finalmente, a colher os frutos da política econômica revolucionária – o que teria facilitado uma nova abertura-, sobreveio, em fins de 1973, a crise do petróleo, que requeria medidas de austeridade que só um governo forte poderia executar sem demasiados tropeços.²⁵⁹

Novamente se utilizando da imagem dos presidentes militares como *'guardiões zelosos'* da democracia e da economia nacional, Ingo Hering atribuía a demora no retorno a democracia à fatores externos com os quais os militares tiveram que lidar, ora defendendo o país da *ameaça comunista*, ora para evitar uma *ameaça de crise econômica* devido ao embargo da OPEP. Tendo em vista o caráter conservador do autor e os interesses deste e do próprio jornal, não podemos imaginar que, em algum momento, os interesses internos da cúpula militar em aumentar a longevidade do regime fossem colocados em pauta e discutidos abertamente de forma crítica, mas o que nos chama a atenção é o enfoque que os seus textos possuem em exagerar o perigo de uma suposta *ameaça comunista* e de uma *ameaça de crise econômica* durante o governo Geisel.

Defendemos que estes exageros estavam ligados ao intuito de se *'criar'* inimigos que *'somente'* os militares estariam preparados para combater. Para Ingo Hering, os grandes inimigos do governo Geisel eram os terroristas em potencial que ainda existiam no país e a crise internacional do petróleo que afetava a nossa economia. Sendo assim, os militares eram os *'únicos aptos'* a lutarem contra estes inimigos, pois possuíam a experiência de terem praticamente eliminado todos os grupos revolucionários de esquerda durante a Era Médici e de terem realizado o *'milagre econômico'*.

Seguindo esta linha de raciocínio, Hering compreende que o governo Geisel merecia verdadeira admiração pelo fato de, mesmo com estas *'ameaças'* pairando sobre a sociedade brasileira, ter decidido iniciar a *lenta, gradual e segura* abertura democrática. Nas palavras do autor a decisão de optar pela abertura

na atual situação de crise econômica ainda não superada completamente, representa, até, um ato de coragem. (...) Não vamos, novamente, por um certo revanchismo, querer forçar soluções de *curto-circuito*, que não apenas prejudicariam o atual governo, mas que, a médio e a longo prazos, levariam

²⁵⁹ HERING, Ingo. O legado de Castello Branco. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 23/4/1978.

com muito maior probabilidade a novos conflitos do que a uma passagem tranquila em direção a uma democracia plena, mas suficientemente forte para poder resistir as agressões do anarco-marxismo.²⁶⁰

Hering entendia que o processo de abertura política deveria ser elitizado, ou seja, todos os esforços deveriam ser direcionados para que os rumos da abertura fossem definidos pela cúpula militar, pois somente os militares estavam plenamente comprometidos com o retorno a democracia e poderiam garantir que este processo não fosse subvertido. O conservadorismo de Hering era tamanho que até mesmo o maior exemplo da autoridade de Geisel, o *Pacote de Abril*, era interpretado como um indício de um futuro democrático.

neste sentido, consideramos o próprio casuísmo do chamado *pacote de abril* como indício da sua transitoriedade, destinando a garantir ao governo uma posição forte no Legislativo na transição para o pleno estado de direito, inclusive com eventuais aberturas partidárias.²⁶¹

Além de elitizada, a abertura democrática deveria ser *lenta, gradual e segura* para evitar que este processo político caísse em '*mãos erradas*'. De acordo com Hering, somente

uma abertura gradual, se bem que menos *brilhante* (e para nossos teóricos desnecessariamente morosa), pode garantir com mais segurança uma mudança isenta de agitações de um regime para o outro e a conservação de algumas salvaguardas – não para a perpetuação do atual regime, mas para a própria segurança da Nação. Devemos ficar com os pés no chão: a ideia, durante muito tempo em voga, de que o terrorismo e a subversão são uma reação justa dos *oprimidos* pelos regimes forte foi uma ilusão, da qual o mundo está sendo acordado pelo recrudescimento de tais movimentos justamente nos países de maior liberdade. Daí a necessidade de manter razoáveis condições mínimas para a segurança nacional.²⁶²

Podemos perceber assim o quanto os artigos de Hering dialogavam com as políticas adotada pelo governo Geisel - as quais discutimos no primeiro capítulo desta monografia – e como este pode ser visto como um intérprete do processo de abertura, sempre apoiando irrestritamente os militares nesta iniciativa, e alertando a respeito do perigo comunista de uma forma que fazia qualquer militar da ala *linha dura* se sentir orgulhoso e fielmente representado.

Discutiremos no próximo subcapítulo o tema mais presente na Coluna Ingo Hering: o marxismo. Se durante este subcapítulo pudemos perceber o verdadeiro temor que Hering possuía que o processo de abertura fosse cooptado pelo comunismo, problematizaremos a

²⁶⁰ HERING, Ingo. O legado de Castello Branco. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 23/4/1978.

²⁶¹ HERING, Ingo. Problemas da abertura democrática. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 29/4/1978.

²⁶² HERING, Ingo. A abertura. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 1/7/1978.

relação do colunista com as teorias marxistas, as quais este considerava um *intelectualismo destrutivo* por alimentar o terrorismo de esquerda e colocar em risco a segurança nacional.

4.2.2 – As falácias do marxismo

Sendo Ingo Hering um dos maiores capitalistas do Sul do país não é de se estranhar que este acreditava que a obra de Marx possuía *Chavões superados*²⁶³, tais como a mais-valia e a luta de classes, as quais “foram desmentidas, redondamente, pelo curso da História”.²⁶⁴ Também, para este, a violenta diferenciação de salários entre empresários e empregados era vista como uma característica passageira do capitalismo, mas que “a lei de mercado, combinada com uma ação moderadora do Estado, fará com que, em tempo relativamente curto, tais desequilíbrios tendam a desaparecer”²⁶⁵. Sem contar que de acordo com Hering, “se ainda existem bolsões de miséria e favelas, devemos isto exclusivamente ao nosso excessivo crescimento populacional”²⁶⁶, pois segundo a sua lógica, a desigualdade social no capitalismo era uma situação passageira e a luta de classes um conceito ultrapassado que não explica o surgimento de tais fenômenos sociais.

Sem dúvida, um dos fatores que mais trouxeram curiosidade a este autor enquanto este fazia a leitura dos artigos de Ingo Hering pela primeira vez foi a quantidade de artigos que este destinava na busca de rebater as teorias marxistas. Hering buscava apresentar ao seu público leitor como o marxismo era um teoria '*superada*', '*falaciosa*', '*dogmática*' e que possuía um caráter '*destrutivo*' de '*cooptar*' a nossa juventude para os seus fins '*antidemocráticos*'. Segundo Hering, nas teorias marxistas os jovens encontravam respostas simples e imediatas, porém '*ilusórias*' a respeito da realidade, e, justamente devido a esse caráter '*dogmático*' e quase '*religioso*', o marxismo acabava os levando ao '*fanatismo*', e conseqüentemente ao '*condenável terrorismo revolucionário*'. Segundo Hering, os jovens

quando começam a pensar conscientemente, vêm ao redor de si muita miséria e reais ou supostas injustiças, o que os convence de que só uma reforma radical da sociedade pode salvar o mundo. Encontram, então, a resposta para todos os problemas na bíblia de Marx, que, sem dúvida, é uma obra filosófica cuja dialética impressiona, principalmente, aos menos experimentados na vida real.²⁶⁷

²⁶³ HERING, Ingo. Chavões superados. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 18/7/1979.

²⁶⁴ HERING, Ingo. Intelectualismo destrutivo. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 21/5/1978.

²⁶⁵ HERING, Ingo. Falácias do marxismo. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 12/11/1977.

²⁶⁶ HERING, Ingo. Os 'bons tempos' antes de 1964. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 7/4/1979.

²⁶⁷ HERING, Ingo. Falácias do marxismo. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 12/11/1977.

As alusões ao marxismo como uma '*doutrina religiosa*' foi algo constante nos artigos de Hering, pois para este, enquanto teoria, o marxismo impelia qualquer outro tipo de '*verdade*' e era contrário ao que o colunista denominava de *sociedade pluralística*, onde a diversidade de opiniões impediria a '*manipulação mental*' de uma verdade única. Tendo em vista estes posicionamentos, o caráter '*dogmático*' do marxismo deveria ser combatido, principalmente para '*salvar a nossa juventude*'. Nas palavras de Hering:

Parece-nos, porém, que justamente o dogmatismo monístico do marxismo exerce uma grande atração sobre eles [jovens], porque a vida cada vez mais complexa confunde os jovens que estão à procura da '*verdade*'. Neste sentido, o pluralismo na filosofia e na própria vida moderna – que é a condicionante da liberdade – deixa-os muitas vezes perplexos ante tantas questões que surgem e assim torna-os predispostos a abraçar uma '*quase religião*' que lhes oferece respostas imediatas, no fundo simplistas, mas empacotadas numa linguagem sofisticada e, por isso, considerada '*profunda*'.²⁶⁸

Sendo assim, Hering compreendia o marxismo como uma teoria que oferecia respostas '*simples*', '*imediatas*', e que por '*parecer sofisticada*' e '*profunda*' exercia um '*grande fascínio para a juventude*'.

É neste '*processo de cooptação da juventude para o marxismo*' que um importante personagem nos textos de Hering aparece: o *intelectual marxista*. Hering não poupou esforços em criar uma imagem negativa e perniciosa dos intelectuais marxistas, tal como afirmar que estes “– e muitos que não admitem sê-lo - (...), acham-se presos num verdadeiro círculo vicioso de semiverdades, como, drogados, que, igualmente, não podem distinguir entre visão e realidade”.²⁶⁹ Tamanha aversão aos intelectuais marxistas era justificada pelo motivo destes serem os responsáveis por fazerem com que os nossos jovens viessem a acreditar “que o terrorismo é uma reação – quase que justificada – das massas pobres, nos países subdesenvolvidos”.²⁷⁰ Segundo Hering

existe, pois, sem dúvida, uma relação ideológica estreita entre os pregadores do marxismo ortodoxo – os intelectuais marxistas, inclusive os seus ruminantes – e o terrorismo. (...) É claro que esses intelectuais nunca vão admiti-lo publicamente, pois sempre se fingem de '*democratas*', legítimos defensores de todas as liberdades – até o momento em que podem ditar as regras do jogo. Então exercem um verdadeiro terror intelectual por intermédio das conhecidas '*patrulhas ideológicas*', que desvirtuam qualquer discussão objetiva. Surge, daí, entre os verdadeiros democratas, a pergunta,

²⁶⁸ HERING, Ingo. Liberdade - como eles a entendem. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 3, 21/4/1979.

²⁶⁹ HERING, Ingo. Terrorismo e democracia. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 3, 4/8/1979.

²⁷⁰ Idem, Ibidem.

se deve aplicar-se as regras democráticas-liberais a favor de partidos, associações totalitárias e mesmo intelectuais que abusam da sua posição de educadores em sentido ideológico totalitário. Na Alemanha Ocidental, país que desfruta das maiores liberdades democráticas, esta pergunta foi respondida negativamente: funcionários públicos em cargos de responsabilidade, inclusive professores, poderão ser aposentados quando se pronunciarem publicamente contra as instituições do Estado e a ordem liberal constitucional, não em forma crítica construtiva, mas numa contestação absoluta.²⁷¹

Dois pontos merecem o devido destaque no texto acima. O primeiro é a direta ligação que Hering realizou entre o marxismo e o totalitarismo, típico da propaganda anticomunista dos tempos de Guerra Fria, e neste contexto, o intelectual marxista, embora se '*finja de democrata*', na verdade possuía uma '*estreita ligação ideológica com o terrorismo*' e só '*aguardava o momento para ditar as regras do jogo*' e instalar uma '*verdadeira ditadura*'.²⁷² Já o segundo ponto, e que possui relação com o primeiro, é a questão da legalização de '*partidos, associações totalitárias e mesmo intelectuais que abusam da sua posição de educadores em sentido ideológico totalitário*'. Sendo o texto de 1979 - período em que as discussões a respeito do caráter dos novos partidos que iriam substituir a Arena e o MDB estavam no seu ápice - propomos uma breve discussão a respeito do argumento construído por Hering.

Com claros intuitos de deslegitimar a criação de qualquer partido com caráter comunista na reestruturação partidária, Hering utilizou da já citada ligação entre marxismo e totalitarismo para alertar os seus leitores a respeito do caráter pernicioso de um partido comunista legalizado, inclusive propondo medidas legais para evitar a criação de qualquer partido com '*sentido totalitário*'. Não podemos deixar de citar que durante o governo Geisel o combate ao comunismo teve como o seu principal foco uma verdadeira caça aos membros do extinto PCB, os quais ainda buscavam reestruturar o partido mesmo que na ilegalidade.²⁷³ Os militares instalaram uma série de operações pelo país, inclusive em Santa Catarina, a intitulada *Operação Barriga Verde* que foi realizada em 1975 e teve como resultado a prisão de 42 pessoas.²⁷⁴

²⁷¹ HERING, Ingo. Terrorismo e democracia. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 3, 4/8/1979.

²⁷² Tal concepção de que o marxismo visa o totalitarismo é o tema principal de um curioso artigo de Hering intitulado de *Uma viagem à China Vermelha*. O artigo consiste em um relato da visita de um industrial ao país, e que este “teria voltado mais capitalista do que nunca” ao se deparar com um sistema tão “rigidamente ditatorial que visava introduzir uma igualdade antinatural, que nunca existiu na história, cujo o preço é transformar a vida dos chineses em idas de verdadeiras formigas humanas”. Cf. HERING, Ingo. Uma viagem à China vermelha. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 3, 21/04/1979.

²⁷³ Cf. HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. Editora Ática, São Paulo, 1992.

²⁷⁴ Para uma análise mais aprofundada da Operação Barriga Verde Cf. SPECK, Karina. **A cartilha militar para o combate do inimigo: a luta anticomunista no contexto catarinense, 1968 a 1979**. Florianópolis, 2000.

Após tamanhas críticas aos intelectuais marxistas, coube ao próprio Ingo Hering explicar as teorias marxistas, interpretá-las e '*desmascará-las*' ao leitor. Segue abaixo um interessante trecho do artigo *Falácias do marxismo*, na qual Hering explica as teorias marxistas e as confronta.

A sua tese social básica era a do empobrecimento constante das massas operárias, porque os capitalistas, pagando só o absolutamente mínimo para garantir-lhes um precário sustento de vida, aplicariam os seus lucros (a Mais-Valia) em máquinas que, por seu turno, liberando mão-de-obra, criariam um 'exército de reserva' crescente, o que, como verdadeiro círculo vicioso, permitiria aos capitalistas pagar cada vez menores salários. Sabemos, porém, que o desenvolvimento real dos salários foi crescente. Isto, o próprio Marx, na sua época mais madura, reconheceu de certo modo, modificando, então, a sua tese – em círculo de amigos – para a de uma 'diferenciação relativa maior entre pobres e ricos'. A teoria de 'ética' tornou-se, assim, mais uma questão de 'inveja'. Bem ao contrário da teoria marxista do 'empobrecimento absoluto' e mesmo 'relativo' da sua admissão posterior, podemos constatar, atualmente, que a última consequência do capitalismo, onde ele sofreu menos influência do marxismo, ou seja, nos EUA, foi uma nivelção – às vezes até exagerada – dos salários. (Que existem lá, também, sérios desajustes, principalmente de fundo racial, evidentemente não pode ser debitado ao capitalismo em si).²⁷⁵

Um dos pontos escolhidos por Hering para afrontar as teorias marxistas é a questão salarial. Segundo Hering, o curso da história desmentiu a teoria marxista de que os capitalistas pagariam cada vez menores salários aos seus empregados, sendo que o que ocorreu foi justamente o oposto. Estes estariam recebendo salários cada vez maiores, e Hering inclusive cita como exemplo os EUA, país onde supostamente o marxismo teve menor influência e que neste existiria uma nivelção salarial até exagerada.

Comprendemos este tipo de argumentação como uma evidência da forma elitista com que Hering compreendia o curso da história, na qual os rumos desta seriam definidos pelos *de cima*, sem levar em consideração a história dos *de baixo*. Na concepção de Hering a realidade salarial do trabalhador havia mudado muito desde o século XIX e que tanto os salários destes, quanto suas condições de trabalho haviam melhorado. Entretanto, este descartava toda uma história de conquistas da classe trabalhadora por meio da luta social. História esta permeada por reivindicações e conquistas mediante inúmeras greves, paralisações, passeatas e confrontos diretos contra seus patrões e contra o Estado. Os conflitos entre classes e as tensões sociais foram descartadas e combatidas por Hering por meio de soluções harmônicas de crença nas leis do mercado, que com o tempo tenderiam a '*ajustar as desigualdades da*

Universidade Estadual de Santa Catarina.

²⁷⁵ HERING, Ingo. Falácias do marxismo. *Jornal de Santa Catarina*, Blumenau, p. 2, 12/11/1977.

sociedade'. Justamente por Ingo Hering negar a luta de classes como um conceito válido para se compreender a realidade é que este acabou escrevendo a trajetória das classes trabalhadoras mediante a sua ótica enquanto empresário. Podemos perceber na sua argumentação evidentes intuítos de defender a classe empresarial e a legitimá-la enquanto defensora dos interesses da classe trabalhadora.

O caráter revolucionário do marxismo causava repulsa a Ingo Hering não somente por este considerá-lo uma '*verdade dogmática*', uma '*quase religião*', ou por ser uma teoria '*ultrapassada*' de respostas '*simples*' e '*imediatistas*'. O marxismo era condenável para Hering por colocar em discussão os seus privilégios enquanto empresário e membro de uma elite. Se do seu ponto de vista este se colocou como defensor das classes trabalhadoras, o marxismo lhe colocava como parte do problema destas, ao compreender que os rumos da história não estão nas mãos das classes dominantes, muito menos na '*justiça das leis de mercado*', mas sim nas mãos das classes trabalhadoras na sua constante luta por emancipação. Para Hering, o fator tempo viria a ser a prova incontestável das teorias liberais, e o que podemos ver ao analisar a sociedade atual, na opinião deste autor, é que não caminhamos rumo a uma maior igualdade entre os homens, e que a luta de classes e o marxismo ainda podem muito bem explicar as razões da dicotomia entre *ricos e pobres*.

Como um capitalista do seu tempo, Hering possuía preocupações do seu tempo e esta guerra travada contra o comunismo estava inserida em um contexto sócio-político internacional em que o mundo se encontrava dividido entre um bloco capitalista e um bloco comunista. Hering nitidamente temia o poder do marxismo de '*angariar adeptos*' e que assim o Brasil aderisse ao bloco comunista. Um dos vários exemplos deste '*medo comunista*' de Ingo Hering se encontra no seu artigo *Democracia e Liberdade*. O texto focava na discussão do papel da democracia e da liberdade nos países mais pobres, então denominados pelos eufemismos de '*em desenvolvimento*', ou de '*terceiro mundo*'. Para Hering, democracia e liberdade eram conceitos que deviam ser discutidos tendo em vista a realidade do país em questão – se ele é '*desenvolvido*', ou se ele está '*em desenvolvimento*'. Neste ponto de vista, alguns países estavam mais aptos a terem uma democracia mais ampla e maior liberdade do que outros. Para Hering, a liberdade e

a sua viabilidade é tanto maior quanto mais desenvolvido for o país, porque mesmo o seu abuso não criará problemas fatais, ao passo que, nas nações em desenvolvimento, o seu abuso, praticado pelos inimigos da liberdade – marxistas, anarquistas e extremistas da direita – pode pôr em xeque qualquer estado de direito e convulsionar toda a economia. O ponto de vista adotado pelo MDB, de que o nosso país está suficientemente maduro para comportar

uma liberdade ampla (menos na parte econômica), é compreensível para uma oposição. Mas seria perigoso se o povo-eleitorado o aceitasse sem a necessária crítica. Ela é demasiadamente simplista para resistir ao embate da realidade, como demonstra a situação real e insofismável do mundo ao nosso redor. (...) Por isso, a extinção pura e simples do AI-5, que o MDB oficialmente exige, seria um perigoso pulo no escuro, cujo risco o terrorismo na Argentina e em outros países latino-americanos demonstra a cada dia. E não nos iludamos: terroristas em potencial também existem aqui, e em número nada desprezível.²⁷⁶

A situação '*insofismável*' do mundo a que Ingo se referia era a do perigo comunista em tempos de Guerra Fria. Neste contexto a liberdade do mundo ocidental e capitalista estaria constantemente ameaçada pelas ideias comunistas, principalmente nos países mais pobres, e este medo expresso por Ingo não era somente privilégio deste, mas fruto de um intenso combate ao comunismo à nível nacional e internacional durante a Guerra Fria. Segundo o historiador Eric Hobsbawm, estes países mais pobres formavam uma espécie de zona mundial de revolução devido a instabilidade política e a desigualdade social presente nestes, e este potencial revolucionário era um problema para o grupo de países capitalistas liderados pelos EUA que

o identificavam com o comunismo soviético, ou pelo menos encaravam como uma vantagem permanente e potencial para o outro lado na grande luta global pela supremacia. Quase desde o início da Guerra Fria, os EUA, partiram para combater esse perigo por todos os meios, desde a ajuda econômica e a propaganda ideológica até a guerra maior, passando pela subversão militar oficial e não oficial; de preferência em aliança com um regime local amigo ou comprado, mas, se necessário, sem apoio local.²⁷⁷

Os EUA promoveram auxílio direto a luta anticomunista no Brasil desde os primeiros anos da década de 1960, tendo grande influência no golpe civil/militar de 1964 e no decreto da Lei de Segurança Nacional.²⁷⁸ Todavia, se o combate ao comunismo interessava aos EUA por motivos relacionados a conjuntura internacional, este também muito interessava os militares, empresários e políticos conservadores em geral no Brasil. Consideramos assim que

²⁷⁶ HERING, Ingo. As opções da oposição (II): Democracia e liberdade. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 16/10/1976.

²⁷⁷ HOBBSAWM, Eric J. Terceiro mundo e revolução. In: **A Era do Extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 421-446.

²⁷⁸ A respeito da Lei de Segurança Nacional e a ditadura civil/militar. Cf: MARCONNI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira : (1968-1978)**. São Paulo: Global, 1980; BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. (O Brasil Republicano, vol. 4). p. 13-42. A respeito da influência dos EUA no golpe de 1964 Cf: FICO, Carlos. **O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo : o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; GREEN, James N. **Apesar de Vocês: oposição à ditadura militar nos EUA 1964-1985**. Companhia das Letras: São Paulo, 2009.

a coluna Ingo Hering foi um exemplo deste uso instrumental do combate ao comunismo à nível regional por meio da imprensa, sempre visando os interesses de membros da elite empresarial e política do Vale do Itajaí a qual este fazia parte.

A concepção adotada por Ingo de que terroristas ainda existiam na sociedade brasileira em meados da década de 1970, e de que o comunismo ainda era passível de triunfar no Brasil se valendo da boa fé de nossa população pode parecer ufanista, estapafúrdia e um verdadeiro exagero para a maioria dos leitores atuais de seus textos, mas como pudemos observar, ela não estava desvinculada de uma crença profunda nos valores do liberalismo, e do temor ao comunismo à nível nacional e internacional, questões estas que estão interligadas aos interesses próprios de uma elite regional e são abertamente apresentadas nos seus artigos.

4.2.3 – *As opções da oposição*

Enquanto um dos principais membros do partido da Arena em Santa Catarina, não poderíamos esperar que Ingo Hering poupasse o MDB de duras críticas na sua coluna. Tal como apontamos anteriormente, a própria data em que a coluna estreava não era um mero acaso, praticamente um mês antes das eleições municipais de 1976 (ver p. 66). Devemos considerar também o contexto da política nacional após as eleições de 1974, em que a Arena se encontrava em descrédito e o MDB crescia vertiginosamente com seus parlamentares sendo cada vez mais críticos em relação ao governo militar. Foi justamente sob esta conjuntura que os primeiros textos escritos por Ingo foram publicados no JSC. Estes formavam uma série intitulada *As opções da oposição*, a qual consistia em quatro artigos (*O desejável e o possível*, *Democracia e liberdade*, *Administração descentralizada* e *Problemas econômicos*) que foram publicados do dia 13 de outubro ao dia 23 de outubro de 1976. Já no seu primeiro artigo Ingo Hering afirmava ser

direito da oposição criticar o governo e pintar com cores bonitas o quadro daquilo que ela iria proporcionar ao povo, uma vez eleita. Mas, se o mesmo povo não souber distinguir entre o desejável e o possível, voltaremos novamente à situação de antes de 1964.²⁷⁹

Uma das críticas ao MDB mais presentes nos textos de Ingo Hering é a falta de bom senso do partido oposicionista em propor para a sociedade brasileira o que seria *desejável* para esta, sem levar em conta o que de fato seria *possível* de ser feito. Para o autor, o MDB

²⁷⁹ HERING, Ingo. *As opções da oposição* (I): o desejável e o possível. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 13/10/1976.

exigia mudanças radicais, as quais seriam inclusive louváveis e um consenso nacional, afinal de contas, “quem estaria contra uma democracia liberal e contra uma liberdade ampla e irrestrita? Certamente ninguém”.²⁸⁰ Todavia, veremos que, entre o que Hering considerava *desejável* e *possível*, temos interesses políticos conservadores que temiam por mudanças no quadro social brasileiro.

Como já foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho, foi durante o governo Geisel que o MDB cresceu enquanto um partido de oposição à ditadura, legitimado pelas classes populares - principalmente nos centros urbanos - e cada vez mais crítico em relação ao regime. Este aumento da participação do MDB na política de forma mais crítica não passou despercebido pelos artigos de Ingo Hering, que ao mesmo tempo via que o partido cumpria o seu papel enquanto oposição, mas muitas vezes de forma *irresponsável* e *inconsequente*, querendo impor o *desejável* como *possível*. O que nos traz duas questões importantes: 1) qual seria o papel do MDB enquanto partido de oposição para Hering? 2) em quais momentos que o MDB rompia o limite do *possível*?

Segundo Hering, Castello Branco ao editar o AI-2 estava comprometido com o caráter transitório da intervenção dos militares na política, e dentro da “concepção de excepcionalidade do regime revolucionário, que só devia permanecer o tempo necessário para levar bom termo as reformas planejadas, a sua opção foi o bipartidarismo”.²⁸¹ De acordo com a lógica do autor, o bipartidarismo foi o sistema ideal para a '*revolução*', pois embora este fosse um *artificialismo*, “como a História provou, facilitou a volta gradativa para a democracia, mediante eleições de verdade, pois havia alternativas de escolha para o povo e não simplesmente uma nomeação referendada pelo povo, como seria o caso do Partido Único”.²⁸² Para Hering, o multipartidarismo da Constituição de 1946 “estava emperrando as reformas planejadas”²⁸³ pelos militares quando estes chegaram ao poder e o unipartidarismo “teria instituído e perpetuado a Revolução”²⁸⁴, quando o seu caráter era transitório. Levando em conta estes dois fatores, para Hering o sistema mais próprio a ser adotado para um regime transitório e comprometido com o retorno a democracia seria o bipartidarismo. Entramos assim em uma das discussões mais importantes em relação ao sistema bipartidário: existia de fato *alternativas de escolha para o povo*?

Durante o sistema bipartidário os eleitores podiam escolher entre membros do MDB e

²⁸⁰ HERING, Ingo. As opções da oposição (II): Democracia e liberdade. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 16/10/1976.

²⁸¹ HERING, Ingo. A extinção dos partidos. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 3, 17/11/1979.

²⁸² Idem, *Ibidem*.

²⁸³ HERING, Ingo. O legado de Castello Branco. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 23/4/1978.

²⁸⁴ Idem, *Ibidem*.

da Arena, todavia, o autoritarismo do regime militar intervia diretamente nas práticas destes partidos políticos e no sistema eleitoral. Membros do MDB, e até mesmo da Arena, eram cassados pelo regime por motivos quase nunca evidentes para a população, sendo que estas ações eram legitimadas pelo arbítrio do AI-5 e da Lei de Segurança Nacional. Medidas como o fechamento do Congresso em 1968 e 1977, a edição do AI-5 e as reformas do Pacote de Abril simbolizam o poder que o Executivo possuía em suas mãos e com o qual subjugou o Legislativo nestas ocasiões.

O próprio dizer popular dizer da época, de que o MDB era o partido do *Sim!*, enquanto a Arena seria o do *Sim, senhor!*, corrobora a imagem de um Legislativo subjugado pelo Executivo. Pois, embora fossem partido de oposição e posição respectivamente, ambos se sentiam por seus motivos particulares castrados enquanto classe política e acabavam cedendo ao poder do governo federal.

Retornando à questão de se existia *alternativas para o povo?* Podemos responder que de fato existia a possibilidade da população escolher os seus representantes, mas somente aqueles que haviam sido permitidos pelo regime para exercer a política e que não tiveram os seus mandatos cassados ou foram exilados pelo mesmo. Devemos lembrar que embora João Goulart, Juscelino Kubitschek, Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes fossem nomes de destaque da política brasileira na época, estes jamais disputaram qualquer eleição no sistema bipartidário, pois estavam impossibilitados de tal ato. Embora possa parecer democrático enquanto teoria, na prática o bipartidarismo dialogou diretamente com o arbítrio dos militares, o qual era seletivo, excludente e antidemocrático.

E, em segundo lugar, tal como discutimos previamente, de acordo com Mathias (ver p. 25) o regime defendia que apenas aos partidos políticos era permitido o ato de se fazer política – embora com severas restrições – o que acabava por elitizar este ato. Aos sindicatos e grupos organizados da sociedade civil este direito era negado e quando estes se pronunciavam eram reprimidos e seus membros cassados.

A partir destes apontamentos, compreendemos que o fato de que partidos políticos terem atuado ao longo da ditadura, e eleições terem ocorrido regularmente não implica a existência de qualquer tipo de democracia durante o período. Ao nosso ver, uma '*democracia*' imposta por uma elite de forma autoritária, na qual o arbítrio do opressor é a lei suprema e a participação da sociedade civil é coibida, jamais pode ser de fato uma democracia.

Ao longo dos artigos de Hering podemos constatar que este corroborava com a posição do governo militar, na qual somente os partidos políticos podiam fazer política, enquanto aos demais grupos organizados da sociedade civil cabia o silêncio. Em alguns

trechos dos seus artigos, Hering legitimava o MDB enquanto uma oposição válida, e quando este comenta a respeito da presença das multinacionais no Brasil, chega até mesmo a considerar que “se for, pois, com o intuito de dar cobertura ao governo na vigilância contra possíveis abusos, uma crítica do MDB, quando procedente, só pode ser benéfica”.²⁸⁵ O ponto central da questão é até quando uma crítica do MDB podia ser *benéfica* para Hering? Até o limite do que era permitido ao partido enquanto uma *oposição concedida*, ou seja, até o ponto que estes não atrapalhasse os planos dos militares e da Arena.

Dentro desta discussão podemos observar a perceptível diferença com que Hering tratou o MDB e os grevistas metalúrgicos de São Paulo no ano de 1979. Ambos eram constantemente criticados pelo autor em seus artigos, mas os segundos de forma muito mais severa. Hering inclusive chegou ao ponto de colocar os grevistas que exigiam maiores salários contra a própria população pobre. Segundo este

a opinião pública deve pois conscientizar-se (e parece-nos que já se está conscientizando) de que as vítimas de movimentos reivindicatórios que vão além da taxa inflacionária plus taxa média de aumento da produtividade são, inevitavelmente, as classes mais pobres, que terão dificultadas as suas esperanças de conseguir o seu empregozinho no patamar inferior da escala dos assalariados ou que estão ameaçadas de perdê-lo, quando já o tiverem conseguido a duras penas.²⁸⁶

Enquanto o MDB era julgado por Hering como muitas vezes inconsequente, mas mesmo assim a sua participação política considerada válida em uma democracia, o mesmo não se pode dizer da participação sindical na política brasileira.

Em um dos artigos de Hering a respeito das greves no ABC, intitulado de *Uma entrevista que o 'Lula' deveria ler*, este coloca trechos de uma entrevista de Luciano Lama, Secretário Geral de um sindicato italiano de '*orientação comunista*'. Segundo Hering, Luciano Lama era um exemplo de comunista, pois “se todos os comunistas, principalmente latino-americanos, pensassem assim, tanto empregados como empregadores poderiam ficar mais tranquilos quanto ao desenvolvimento econômico-social dos seus países”.²⁸⁷ Ao longo da entrevista, o dito Secretário afirmava ver como positiva “uma política que não tolha a participação do capital privado (...) mas sim que procure incentivá-la, ou desestimulá-la, de acordo com os interesses gerais da comunidade”. Este também se apresentava favorável a

²⁸⁵ HERING, Ingo. As opções da oposição (III): administração descentralizada. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 2, 19/10/1976.

²⁸⁶ HERING, Ingo. Lições das greves. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 28/4/1979.

²⁸⁷ HERING, Ingo. Uma entrevista que o 'Lula' devia ler. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 15/5/1979.

uma política social dos sindicatos que tivesse como meta “não propor reivindicações sem propósitos, ou irrealistas, diante da situação real do País”.²⁸⁸ E em relação às questões referentes as políticas sociais de sindicatos visando aumento salarial este indagava que: “se apoiássemos tudo, qual seria o risco, se o movimento sindical assume este papel? (...) A crise se agrava porque o sistema econômico será atingido por golpes potentes. Essa estratégia é a da destruição (...) e estimula o fortalecimento de políticas autoritárias”.²⁸⁹

A partir destes apontamentos de Hering, é possível afirmar que um exemplo de líder comunista para este era aquele que não praticasse a sua ideologia, pois todos os exemplos citados são de um líder sindical que pode ter a sua orientação política definida de várias maneiras, mas, sem dúvida, comunista não seria uma delas. Todavia, o ponto central no uso desta entrevista era o de criticar e deslegitimar a participação política dos sindicatos grevistas brasileiros. Para Hering,

é digno de destaque que o citado líder trabalhista [Luciano Lama] – que de 'comunista' só tem o nome – em nenhum lugar usou slogans tão caros aos nossos marxistas, como 'exploração do operário', 'injustiças sociais', 'opressão', etc., também aproveitados fortemente pelo 'Lula' em seus discursos. Estes dão ao operário ingênuo a impressão de que, só querendo, os empresários e os governos poderiam dobrar os salários sem que isso afetasse a inflação ou a economia global do País. (...) Da mesma forma se explica também, até certo ponto, a imaturidade dos nossos líderes sindicais, que, antes de mais nada, deviam desvincular-se dos slogans marxistas para que pudesse haver um diálogo mais proveitoso de lado a lado.²⁹⁰

A participação sindical na política só era admitida enquanto fosse complacente com o papel que lhe foi atribuído pelos militares, pois a partir do momento em que esta passou a se mobilizar de forma organizada e reivindicar os seus direitos, ela se tornou inadmissível.²⁹¹ Maior *'afrenta'* ainda para Hering, era o fato dos líderes sindicais utilizarem *'chavões marxistas'* como *'ferramenta de manipulação ideológica'*, neste caso do *'operário ingênuo'*.

A dicotomia entre os grupos que eram permitidos de *'realizar política'* no país (a classe política) e os que não eram (grupos civis organizados, sindicatos, etc.), também esteve presente na Coluna Ingo Hering e foi interpretada de modo semelhante ao qual o alto escalão militar compreendia. Enquanto o MDB era considerado uma oposição legítima à ditadura, o mesmo não se pode dizer dos grupos civis organizados, os quais eram cada vez mais

²⁸⁸ HERING, Ingo. Uma entrevista que o 'Lula' devia ler. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 15/5/1979.

²⁸⁹ Idem, *Ibidem*.

²⁹⁰ Idem, *Ibidem*.

²⁹¹ A respeito das greves do ABC nos anos de 1978/1980 e a repressão militar Cf. SKIDMORE, *op.cit.*, 397-401.

deslegitimados como oposição, devido ao medo dos setores conservadores de que a participação popular crescesse de forma tamanha que tirasse o controle dos rumos da abertura política do alto escalão militar.

Todavia este medo não era partilhado somente pelos militares. Enquanto membro de uma elite local e um anticomunista convicto, Ingo Hering demonstrou ao longo dos seus artigos o quanto este temia a participação popular na política e ainda acreditava na missão '*revolucionária*' de combate ao comunismo.

5. Considerações finais

As questões referentes às relações estabelecidas entre o partido da Arena e o *Jornal de Santa Catarina* nos auxiliaram a compreender e desvelar alguns aspectos das ações de uma elite regional que constituía o partido e sua rede de sociabilidades estruturada ao longo da ditadura civil/militar. A partir do diálogo entre a bibliografia especializada, as fontes levantadas e os apontamentos teóricos e metodológicos, buscamos compreender como a Arena se utilizou do JSC para intervir na vida social do Estado, e como a forma deste periódico realizar jornalismo foi influenciada por estas diretrizes de cunho político.

Tivemos como recorte temporal deste trabalho um período em que tanto o partido da Arena, quanto o regime militar, já não possuíam a legitimidade popular de outrora. Pudemos ver assim que o resultado das eleições de 1974, aliado à crescentes manifestações oriundas da sociedade civil e contrárias ao regime se tornaram verdadeiras ameaças ao projeto de distensão e estas preocupações estiveram presentes no periódico. Ao longo deste período o JSC se utilizou de seu poder enquanto meio de comunicação e buscou influenciar a opinião pública em prol do partido da Arena e do governo militar. Visando manter a ordem vigente da ditadura civil/militar, o JSC resistia as propostas de mudanças do cenário político nacional que eram provenientes dos setores da sociedade civil descontentes com o regime. Como

vimos, somente a partir de 1979 este passou a dialogar com tais propostas e ir ao encontro das reformas.

Nos baseando neste recorte temporal específico, pudemos ver que as ações e os interesses desta elite regional formada por políticos e empresários, a qual intervia diretamente no jornal, dialogavam com questões políticas de abrangência nacional, tal como as disputas eleitorais, o projeto de distensão, as intervenções autoritárias dos militares na política, etc. Todavia, a partir do enfoque desta pesquisa na história regional, também pudemos encontrar preocupações específicas deste grupo direcionadas à política catarinense, tal como a disputa pela hegemonia política do Estado durante o governo Colombo Salles, e principalmente a constante necessidade do jornal em reforçar uma cultura política própria desta elite.

Compreendemos assim que ao realizar um diálogo constante entre as questões de nível macro da política nacional, e das questões de nível micro da política regional, conseguimos criar uma interessante rede de relações entre o poder Federal e o poder regional, na qual ambos se constituíam em uma constante negociação, em um constante jogo de forças. Ao que nos parece, o regime militar necessitava do apoio político desta elite regional que constituía o partido da Arena para se legitimar em Santa Catarina, pois não era forte o bastante para confrontar a cultura política e a hegemonia desta – vide a tentativa frustrada do governo Colombo Salles. Por outro lado, esta elite necessitava do poder Federal para manter a sua rede de poder e privilégios, seus mandatos políticos, os financiamentos estatais de suas empresas, manutenção das concessões de rádios e televisão que estavam sob a posse destes, etc. Pudemos ver nas páginas do JSC que a saída para ambos, principalmente após o fim do combate as oligarquias, foi a busca por harmonia entre estes poderes e a cooperação mútua ao longo das gestões Geisel/Konder Reis e Figueiredo/Bornhausen.

Por fim, por meio da Coluna Ingo Hering pudemos ver alguns exemplos de como o partido da Arena buscou legitimar o seu conservadorismo político perante a opinião pública por meio do JSC, se posicionando de forma clara nos embates ideológicos do período. Hering enquanto intérprete do processo '*revolucionário*' buscou legitimar a intervenção autoritária do golpe de 1964, o bipartidarismo e o próprio regime enquanto instituição '*democrática*'. Também buscou atacar os setores de oposição, tecendo críticas ao MDB e principalmente ao marxismo, suas teorias e aos seus intelectuais. Mediante uma análise minuciosa dos seus textos, encontramos ligações entre o conceito elitista do curso da história defendida pelo autor e pelo regime. Ambos coadunavam com a crença de que o futuro não poderia ser ditado pelas classes populares.

Ao término deste trabalho reiteramos o nosso desejo de que este sirva como incentivo

para que novas pesquisas referentes à ditadura civil/militar sejam realizadas, principalmente no Estado de Santa Catarina. Acreditamos que a historiografia ainda há de desvelar muitas questões em relação ao período no Estado. Devemos por meio das pesquisas no campo da história reconstituir a arquitetura social do período, problematizar a trajetória de seus personagens, ampliar a rede de relações (sejam elas sociais, políticas, econômicas, culturais, etc.) entre os seus agentes históricos, para assim compreender cada vez mais como a ditadura se constituiu – e como esta pôde se constituir - no Estado por seus diversos meios.

De acordo com Eric Hobsbawm, o historiador possui uma responsabilidade enquanto ator político. Para este “essa situação nos afeta de dois modos. Temos uma responsabilidade pelos fatos históricos em geral e pela crítica do abuso político-ideológico da história em particular”.²⁹² Ao longo deste trabalho nos atentamos para esta responsabilidade, e por meio da prática historiográfica de crítica das fontes e em constante enfrentamento contra os abusos políticos-ideológicos propagados pelos membros do partido da Arena, pelo JSC e seu jornalismo manipulado por interesses conservadores, pelos militares golpistas de 1964, e por todos os setores da sociedade que apoiaram a ditadura, buscamos nos posicionar neste embate político de forma contrária ao autoritarismo e ao arbítrio. Se para Michael Pollak, a memória histórica está em constante disputa, sendo que muitos setores buscam realizar um *enquadramento* desta enquanto *memória oficial* e silenciar vozes que possam vir a divergir desta *versão oficial*, cabe ao historiador ir contra este arbítrio.²⁹³ Não podemos assim deixar que a falta de pesquisas referentes à ditadura civil/militar em Santa Catarina venha a encobrir os atos de autoritarismo, repressão, censura e legitimação do arbítrio que aqui ocorreram nesse período. Acreditamos que este *silêncio* só pode vir a servir ao opressor, jamais aos oprimidos.

²⁹² HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das letras, 2013. p.19

²⁹³ De acordo com Pollak, ao estudar como a memória se constitui ao longo do tempo nas sociedades, este a compreende enquanto um campo em constante disputa. Para o autor, a memória dita *oficial* possui um caráter não somente seletivo, mas destruidor, uniformizador e opressor. Nas palavras de Pollak “o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização. Para que emerja nos discursos políticos um fundo comum de referências que possam constituir uma memória nacional, um intenso trabalho de organização é indispensável para superar a simples *montagem* ideológica, por definição precária e frágil”. Este trabalho de organização de uma *memória coletiva*, para Pollak, é denominado de *enquadramento da memória*. Cf: POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, nº3, p.3-15, 1989.

Bibliografia

- ARANTES, Marco Antônio. **Conversa com Ingo Hering, hoje**. Tubarão: COAN, 2008.
- ARTURI, Carlos S. Transição política e consolidação da democracia: notas a partir da experiências brasileira. IN: REIS, Maria Hermínia; FRY, Peter (Orgs.). **Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- BORNHAUSEN, Paulo Konder. **Retrato político de uma época (1960-1982)**. Florianópolis, SC: Insular, 2000.
- CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul. 9ª edição, 2006.
- CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1982.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim & PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino: Imprensa e Ideologia no Jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: AlfaOmega, 1980.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. Florianópolis: EdUFSC, 1990.
- CASTRO, Celso & D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). **Dossiê Geisel**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2002.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da ditadura:**

- regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. (O Brasil Republicano, vol. 4).
- FORGET, Danielle. O projeto de anistia de 1979 no Brasil: discurso de dominação e resistência. In: **Conquistas e resistências do poder: a emergência do discurso democrático no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- _____. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- GERTZ, René. **O Fascismo no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- _____. **Arenista, graças a Deus**. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, p. 78 - 82, 01 abr. 2008.
- GREEN, James N. **Apesar de Vocês: oposição à ditadura militar nos EUA 1964-1985**. Companhia das Letras: São Paulo, 2009.
- HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. Editora Ática, São Paulo, 1992.
- HERING, Ingo. **Coletânea de artigos Ingo Hering vol.1**. São Paulo: Laborgraf Artes Gráficas S.A., 1980.
- _____. **Coletânea de artigos Ingo Hering vol.2**. São Paulo: Laborgraf Artes Gráficas S.A., 1989.
- HOBBSAWM, Eric J. **A Era do Extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das letras, 2013.
- LAMOUNIER, Bolivar; CARDOSO, Fernando Henrique (orgs.). **Os partidos e as eleições no Brasil**. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 111-153.
- KONDER, Victor Márcio (org.). **Antônio Carlos Konder Reis: 50 anos de vida pública**. Itajaí: Oficina da Palavra de Itajaí, 1997.
- KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira : (1968-1978)**. São Paulo: Global, 1980.
- MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tânia Regina de (orgs). **História da imprensa no Brasil**.

São Paulo: Contexto, 2008.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)**. Campinas: Papirus, 1995.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2ªed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MUNHOZ, Sidnei. **Fragmentos de um possível diálogo com Edward Palmer Thompson e com alguns de seus críticos**. Revista de História Regional, Maringá, 1997.

NETTO, David Antonio de Castro. **Propaganda e legitimação da ditadura civil-militar brasileira (1968-1977)**. Maringá, 2011. Dissertação – Universidade Estadual de Maringá.

PEDRINI, Nelson. **Pedra Lisa: como tudo aconteceu**. Florianópolis: Ed. Papa livro, 2001.

PEREIRA, Moacir. **Imprensa & Poder: a comunicação em Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1992.

_____ **A imprensa em debate: entrevistas a Moacir Pereira**. Florianópolis: Editora Lunardelli/Assembleia Legislativa, 1981.

_____ **Ivo Silveira: um depoimento**. Florianópolis: Insular, 1998.

_____ **Colombo Salles: o jogo da verdade**. Florianópolis: Insular, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, nº3, p. 3-15, 1989.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

RECKZIEGEL, Ana Luíza Setti. **História Regional: dimensões teórico-conceituais**. História: debates e tendências. V.1, n.1, 1999.

REIS, Daniel Aarão Reis; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

REIS, Fábio Wanderley (org.). **Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo: Símbolo, 1978.

RODEGHERO, Carla Simone. **A anistia de 1979: um balanço historiográfico**. Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente. Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC; PPGH, 2011. p. 842-853.

SKIDMORE, Thomas. **De Castelo a Tancredo, 1964-1985**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SPECK, Karina. **A cartilha militar para o combate do inimigo: a luta anticomunista no contexto catarinense, 1968 a 1979**. Florianópolis, 2000. Universidade Estadual de Santa Catarina.

Fontes on-line

Ato institucional número 2, editado no dia 27 de outubro de 1965 – Disponível em:

http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_3.htm (Data de acesso: 30/04/2013)

Pequena biografia de Bernardo Wolfgang Werner:

<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2008/11/morre-bernardo-wolfgang-werner-ex-presidente-da-fiesc-2308779.html>. (Data de acesso: 26/10/2013)

<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/03/31/a-ditadura-civil-militar-438355.asp>. (Data de acesso: 03/12/2013)

Periódicos

O Jornal de Santa Catarina. Coleção de periódicos. Biblioteca Estadual de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

A Tribuna. Coleção de periódicos. Arquivo José Ferreira da Silva, Blumenau/SC.

Jornal do Brasil. Disponível on-line em: <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>

O Estado de São Paulo. Disponível on-line em: <http://acervo.estadao.com.br/>